

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**CÁTIA DIANA DA SILVA MOURA**  
Aspirante a Oficial de Polícia

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS**  
**XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia**

**CUSTO ECONÓMICO PARA O ESTADO PORTUGUÊS DO**  
**CRIME DE HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA**  
**DOMÉSTICA**

**(VOLUME I)**

**ORIENTADORA:**  
**PROFESSORA DOUTORA SÓNIA MARIA ANICETO MORGADO**

**COORDINADOR:**  
**SUPERINTENDENTE-CHEFE JOSÉ EMANUEL DE MATOS TORRES**

**Lisboa, 22 de abril de 2016**



**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**CÁTIA DIANA DA SILVA MOURA**  
Aspirante a Oficial de Polícia

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS**

**XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia**

**CUSTO ECONÓMICO PARA O ESTADO PORTUGUÊS DO  
CRIME DE HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA  
(VOL. I)**

**Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Professora Doutora Sónia Maria Aniceto Morgado e coorientação do Superintendente-Chefe José Emanuel de Matos Torres.**



**Estabelecimento de Ensino:**

**Instituto Superior de Ciências  
Policiais e Segurança Interna**

**Autor:**

**Cátia Diana da Silva Moura**

**Título:**

**Custo económico para o Estado Português  
do crime de Homicídio em contexto de  
Violência Doméstica**

**Orientadora:**

**Professora Doutora Sónia Maria  
Aniceto Morgado**

**Coorientador:**

**Superintendente-Chefe José Emanuel  
de Matos Torres**

**Local de Edição:**

**Lisboa**

**Data de Edição:**

**22 de abril de 2016**



## *DEDICATÓRIA*

*Às pedras grandes da minha vida.*

## ***AGRADECIMENTOS***

O culminar dos longos cinco anos desta formação académica policial atinge o seu pináculo nesta dissertação de mestrado. Todavia, o sucesso desta caminhada jamais teria sido possível sem o contributo de todos aqueles que me apoiaram e motivaram a aceitar os desafios da vida.

À grande pedra da minha vida, Brito, o meu profundo agradecimento. Não existem palavras para exprimir todo o amor e apoio incondicional. Obrigada por acreditares sempre em mim.

Ao meu irmão que me incentivou sempre na realização dos meus sonhos.

Aos meus pais pela luta constante na vida para me proporcionarem tudo.

À Professora Doutora Sónia Morgado e ao Superintendente-Chefe Matos Torres pela orientação, disponibilidade, motivação e transmissão de conhecimentos, essenciais à prossecução desta investigação.

Ao Sr. Subintendente Hugo Guinote, à Doutora Luísa Mascoli e ao Sr. Comissário Lourenço Pimentel pela troca de ideias sábias e pela ajuda nesta investigação.

À Divisão Policial do Seixal e de Cascais pela hospitalidade com que me receberam e ao efetivo policial da Esquadra da Cruz de Pau e da Esquadra da Parede por toda a transmissão de ensinamentos no estágio prático, que contribuíram certamente para o meu futuro policial.

Uma palavra de apreço a todos os elementos que contribuem diariamente para a formação desta casa que é o ISCPSI, em particular para a Agente Principal Teresa Antunes e Agente Principal Carvalho, pela demonstração exemplar do seu serviço.

A minha gratidão a todos que colaboraram com dados para esta investigação. Ao Doutor Bruno Brito da APAV, à Doutora Maria Mendonça e Doutora Luísa Eiras, em representação do INMLCF, ao Sr. Fernando Ramos em nome da PGR, ao Sr. Diretor do LPC, Carlos Farinha, ao Sr. Inspetor-Chefe Filipe Ferreira em representação da PJ, à Sr. Elisabete Ramalho e Sr.<sup>a</sup> Maria Henriques em nome da DGAJ, à Coordenadora da 7<sup>a</sup> Secção do DIAP Lisboa, Doutora Maria Alves, ao Sr. Subintendente José Custódio, ao Sr. Comissário Sérgio Barata, à Sr.<sup>a</sup> Subcomissário Maria Dantier, ao Sr. Subcomissário Jorge Simões, ao Sr. Subcomissário Carlos Carolino e ao Sr. Subcomissário Fábio Carreto. A todos o meu obrigado.

Ao XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia, pelos ensinamentos do lema

*Vis Et Perseverantia.*

## ***RESUMO***

Num ambiente conturbado e de fragilidade económica que atravessa atualmente Portugal, urge a adoção de mecanismos e de ferramentas de gestão por parte do Estado que lhe permita uma gestão de contas mais eficiente. Neste sentido, os custos que o crime acarreta na nossa sociedade são de facto consideráveis, sendo crucial para os decisores políticos o aumento do conhecimento desta temática, traduzida num instrumento valioso na avaliação das medidas de prevenção e de combate ao crime. É neste contexto que surge o presente trabalho de investigação com o objetivo de aferir o custo económico do crime de Homicídio em contexto de Violência Doméstica na ótica do Estado Português, consubstanciado nos custos suportados por todas as instituições com uma intervenção direta neste crime. Estimar o impacto económico de um fenómeno social como a o Homicídio em contexto de Violência Doméstica apresenta um contributo válido para os decisores políticos na formulação de políticas de segurança e no desenvolvimento de novas medidas de prevenção deste crime. Suportados numa abordagem *bottom-up*, aferimos os custos de pelo menos os atores principais dos sistemas de portas de acesso a este crime: Ministério da Administração Interna, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. Fruto da agregação dos valores aferidos de todas as entidades diretamente envolvidas na reação a este crime, apurou-se o custo total de 481 328,81 €. Desta feita, o Estado deverá de pelo menos, investir em prevenção todo este montante, sendo claramente este um limite “natural” do investimento do Estado na prevenção do Homicídio em contexto de Violência Doméstica numa ótica de custo-benefício.

**Palavras-chave:** Homicídio, Violência Doméstica, Custo, Estado português, Abordagem *bottom-up*.

## ***ABSTRACT***

It is within a turbulent environment and economic weakness, in which Portugal currently lives that it is urgent the state creates mechanisms and management tools, to streamline resource management. This way the costs that crime brings in our society are very high. It is crucial for policy makers to increase awareness to this issue, translated into a valuable tool in the evaluation of prevention and fighting crime. It is in this context that appears the present research work, in order to assess the economic cost of Homicide in the context of Domestic Violence in the view of the Portuguese State, based on the costs incurred by all institutions with direct intervention in this type of crime. Calculate the economic impact of a social phenomenon such as the Homicide in the context of Domestic Violence has a valuable contribution to policy-makers in the formulation of security policies and the development of new measures to prevent this crime. Supported in a bottom-up approach, we assess the costs of the main actors of the system with access to this kind of crime: Ministry of Internal Affairs, Ministry of Health and Ministry of Justice. Results from the aggregation of measured values of all entities directly involved in the reaction to this crime, it was found the total cost of 481 328,81 €. So, the State should at least invest in prevention all this amount, clearly being a "natural" limit in the State investment in preventing Homicide context of Domestic Violence in a perspective of cost-benefit.

**Key Words:** Homicide, Domestic Violence, Cost, portuguese State, bottom-up approach.

# ***ÍNDICE GERAL***

## **VOLUME I**

DEDICATÓRIA .....	iv
AGRADECIMENTOS .....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT .....	vii
ÍNDICE GERAL.....	viii
ÍNDICE DE EQUAÇÕES .....	xi
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xiii
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	xiv
ÍNDICE DE TABELAS .....	xv
LISTA DE ACRÓNIMOS.....	xvi
<b><i>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO</i></b> .....	1
1.1. ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO .....	1
1.2. IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO.....	1
1.3. PERGUNTA DE PARTIDA.....	3
1.4. OBJETIVOS .....	3
<b><i>CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA</i></b> .....	5
2.1. ESTADO COMO GARANTE DA SEGURANÇA.....	5
2.1.1. A ORIGEM DO ESTADO .....	5
2.1.2. O ESTADO: INTERVENÇÃO NO PLANO ECONÓMICO .....	7
2.1.3. ESTADO-PROVIDÊNCIA.....	9
2.2. A SEGURANÇA.....	10
2.2.1. O DIREITO À SEGURANÇA .....	10
2.2.2. SEGURANÇA INTERNA .....	11
2.3. CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DOS BENS .....	12
2.3.1. O CONCEITO DE BEM ECONÓMICO .....	12
2.3.2. A SEGURANÇA COMO BEM PÚBLICO PURO? .....	13
2.4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	14
2.4.1. CONTABILIDADE ANALÍTICA .....	14
2.4.2. TERMINOLOGIA/DEFINIÇÃO DOS CUSTOS .....	15
2.4.3. CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS .....	16
2.4.4. SISTEMAS DE CUSTEIO: O CUSTO-PADRÃO .....	17
2.5. A NOÇÃO DE CRIME.....	18
2.6. HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	21



2.6.1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM CONCEITO INTEGRAL? .....	22
2.6.2. PERCURSO LEGAL VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	22
2.6.3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EXTREMA: A MORTE .....	25
2.7. O CUSTO DO CRIME .....	26
2.7.1. CUSTO PARA A SOCIEDADE NA RESPOSTA AO CRIME .....	27
2.7.2. NATUREZA DOS CUSTOS DO CRIME.....	28
2.7.3. A ABORDAGEM <i>BOTTOM-UP</i> .....	29
<b>CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO PROCESSUAL</b> .....	30
3.1. ANÁLISE PROCESSUAL – NOTÍCIA DO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	30
3.1.1. URGÊNCIAS – SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICO .....	30
3.1.2. POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	31
3.1.3. INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES.....	34
3.1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	34
3.2. ANÁLISE PROCESSUAL – NOTÍCIA DO CRIME DE HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	36
3.2.1. POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	36
3.2.2. INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA.....	38
3.2.3. POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	38
3.2.4. LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA .....	39
3.2.5. INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES.....	40
3.2.6. PROCESSO JUDICIAL.....	41
3.2.6.1. <i>ITER</i> PROCESSUAL MINISTÉRIO PÚBLICO .....	41
3.2.6.2. <i>ITER</i> PROCESSUAL TRIBUNAL DE 1ª INSTÂNCIA – AUDIÊNCIA E JULGAMENTO .....	42
3.2.7. DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS .....	43
<b>CAPÍTULO IV – ESTUDO EMPÍRICO</b> .....	44
4.1. MODELO CONCEPTUAL E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO.....	44
4.2. METODOLOGIA.....	45
4.3. CARATERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES.....	47
<b>CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS</b> .....	49
5. CUSTOS DO CRIME DE HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ....	49
5.1. NOTÍCIA DO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	49
5.1.1. CUSTOS PARA O SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICO .....	49
5.1.2. CUSTOS PARA A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	50
5.1.3. CUSTOS PARA O INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES .....	52
5.1.4. CUSTOS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	53

5.2. NOTÍCIA DO CRIME DE HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ...	54
5.2.1. CUSTOS PARA A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	54
5.2.2. CUSTOS PARA O INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA .....	54
5.2.3. CUSTOS PARA A POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	55
5.2.4. CUSTOS PARA O LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA.....	55
5.2.5. CUSTOS PARA O INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES .....	56
5.2.6. CUSTOS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	56
5.2.7. CUSTOS AUDIÊNCIA E JULGAMENTO.....	57
5.2.8. CUSTOS PARA O SISTEMA PRISIONAL.....	57
5.2.9. CUSTOS DA PERDA DE RENDIMENTOS PARA O ESTADO .....	58
5.2.10. CUSTOS PARA A SEGURANÇA SOCIAL.....	59
<b><i>CAPÍTULO VI – DISCUSSÃO DE RESULTADOS</i></b> .....	60
<b><i>CAPÍTULO VII – CONCLUSÃO</i></b> .....	63
6.1. CONCLUSÃO.....	63
6.2. LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÕES FUTURAS .....	64
6.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES .....	66
<b><i>BIBLIOGRAFIA</i></b> .....	68

## VOLUME II

<b><i>APÊNDICES</i></b> .....	2
<b><i>ANEXOS</i></b> .....	73

## *ÍNDICE DE EQUAÇÕES*

Equação 1 .....	30 (VOL. II)
Equação 2 .....	30 (VOL. II)
Equação 3 .....	30 (VOL. II)
Equação 4 .....	30 (VOL. II)
Equação 5 .....	30 (VOL. II)
Equação 6 .....	31 (VOL. II)
Equação 7 .....	31 (VOL. II)
Equação 8 .....	31 (VOL. II)
Equação 9 .....	31 (VOL. II)
Equação 10 .....	32 (VOL. II)
Equação 11 .....	32 (VOL. II)
Equação 12 .....	34 (VOL. II)
Equação 13 .....	34 (VOL. II)
Equação 14 .....	34 (VOL. II)
Equação 15 .....	38 (VOL. II)
Equação 16 .....	38 (VOL. II)
Equação 17 .....	38 (VOL. II)
Equação 18 .....	38 (VOL. II)
Equação 19 .....	38 (VOL. II)
Equação 20 .....	38 (VOL. II)
Equação 21 .....	39 (VOL. II)
Equação 22 .....	39 (VOL. II)
Equação 23 .....	39 (VOL. II)
Equação 24 .....	39 (VOL. II)
Equação 25 .....	39 (VOL. II)
Equação 26 .....	39 (VOL. II)
Equação 27 .....	42 (VOL. II)
Equação 28 .....	42 (VOL. II)
Equação 29 .....	42 (VOL. II)
Equação 30 .....	47 (VOL. II)
Equação 31 .....	47 (VOL. II)

Equação 32 .....	47 (VOL. II)
Equação 33 .....	47 (VOL. II)
Equação 34 .....	47 (VOL. II)
Equação 35 .....	47 (VOL. II)
Equação 36 .....	48 (VOL. II)
Equação 37 .....	48 (VOL. II)
Equação 38 .....	48 (VOL. II)
Equação 39 .....	48 (VOL. II)
Equação 40 .....	49 (VOL. II)
Equação 41 .....	49 (VOL. II)
Equação 42 .....	49 (VOL. II)
Equação 43 .....	49 (VOL. II)
Equação 44 .....	50 (VOL. II)
Equação 45 .....	52 (VOL. II)
Equação 46 .....	58 (VOL. II)
Equação 47 .....	60 (VOL. II)
Equação 48 .....	60 (VOL. II)
Equação 49 .....	61 (VOL. II)
Equação 50 .....	61 (VOL. II)
Equação 51 .....	62 (VOL. II)
Equação 52 .....	62 (VOL. II)
Equação 53 .....	62 (VOL. II)
Equação 54 .....	62 (VOL. II)
Equação 55 .....	64 (VOL. II)
Equação 56 .....	64 (VOL. II)

## ***ÍNDICE DE FIGURAS***

Figura 1: Classificação de custos.....	5 (VOL. II)
Figura 2: Custos do crime .....	7 (VOL. II)
Figura 3: Fluxograma de encaminhamento de vítimas de Violência Doméstica no serviço de urgência .....	8 (VOL. II)
Figura 4: Fluxograma denúncia de violência doméstica numa Esquadra da PSP.....	9 (VOL. II)
Figura 5: Expediente elaborado pelo Graduado de Serviço numa denúncia de Violência Doméstica.....	11 (VOL. II)
Figura 6: Níveis de risco .....	12 (VOL. II)
Figura 7: Fluxograma de atuação das Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima .....	13 (VOL. II)
Figura 8: Fluxograma de atuação da Esquadra de Investigação Criminal.....	14 (VOL. II)
Figura 9: Fluxograma de atuação do INMLCF .....	15 (VOL. II)
Figura 10: Fluxograma de atuação do MP .....	16 (VOL. II)
Figura 11: Pressupostos para a Suspensão Provisória do Processo.....	17 (VOL. II)
Figura 12: Fluxograma de atuação da intervenção 1ª linha PSP .....	18 (VOL. II)
Figura 13: Peças de expediente elaboradas pelos elementos do carro-patrolha numa ocorrência de Violência Doméstica .....	19 (VOL. II)
Figura 14: Fluxograma de atuação da Brigadas de Prevenção Criminal .....	20 (VOL. II)
Figura 15: Fluxograma de atuação automática da PSP.....	21 (VOL. II)
Figura 16: Fluxograma de atuação INEM.....	22 (VOL. II)
Figura 17: Fluxograma de atuação PJ.....	23 (VOL. II)
Figura 18: Fluxograma de atuação LPC.....	24 (VOL. II)
Figura 19: Fluxograma de atuação INMLCF .....	25 (VOL. II)
Figura 20: Fluxograma de atuação MP .....	26 (VOL. II)
Figura 21: Fluxograma Audiência e Julgamento.....	27 (VOL. II)
Figura 22: Modelo conceptual do processo de investigação.....	46 (VOL. I)

## ***ÍNDICE DE GRÁFICOS***

Gráfico 1: Variação dos custos.....	75 (VOL. II)
Gráfico 2: Evolução do crime de Violência Doméstica.....	6 (VOL. II)
Gráfico 3: Condenações por homicídio conjugal .....	6 (VOL. II)
Gráfico 4: Meio de comunicação de queixa na PSP do crime de Violência Doméstica no ano de 2015.....	10 (VOL. II)
Gráfico 5: Número total de defensores oficiosos e respetivo montante atribuído no orçamento público na assistência judiciária .....	112 (VOL. II)
Gráfico 6: Custos gerados após ocorrência de Violência Doméstica .....	66 (VOL. II)
Gráfico 7: Custos gerados após ocorrência de Homicídio em contexto de Violência Doméstica (incluindo DGRSP) .....	67 (VOL. II)
Gráfico 8: Custos gerados após ocorrência de Homicídio em contexto de Violência Doméstica (excluindo DGRSP). .....	68 (VOL. II)
Gráfico 9: Custos perda de produtividade após ocorrência de Homicídio em contexto de Violência Doméstica. ....	69 (VOL. II)
Gráfico 10: Custos totais das instituições na reação ao crime de Homicídio em contexto de Violência Doméstica (incluindo DGRSP). ....	70 (VOL. II)
Gráfico 11: Custos totais das instituições na reação ao crime de Homicídio em contexto de Violência Doméstica (excluindo DGRSP). ....	71 (VOL. II)
Gráfico 12: Custos totais do crime de Homicídio em contexto de Violência Doméstica. ....	72 (VOL. II)

## ***ÍNDICE DE TABELAS***

Tabela 1: Causas de admissão no Hospital de S. José .....	69 (VOL. II)
Tabela 2: Procedimentos essenciais de promoção de segurança segundo o nível de risco .....	87 (VOL. II)
Tabela 3: Prazos decorrentes da 1ª avaliação .....	89 (VOL. II)
Tabela 4: Resultados dos inquéritos de Violência Doméstica relativos a 2012, 2013 e 2014 comunicados à ex-DGAJ/SGMAI.....	98 (VOL. II)
Tabela 5: Motivos de arquivamento – 2012 a 2014 – decisões comunicadas à ex-DGAJ/SGMAI .....	98 (VOL. II)
Tabela 6: Custos estimados e não estimados na investigação.....	28 (VOL. II)
Tabela 7: Custos unitário por doente no Hospital de S. José .....	29 (VOL. II)
Tabela 8: Rúbricas utilizadas no cálculo dos custos intermédios da PSP.....	33 (VOL. II)
Tabela 8: Custo intervenção 1ª linha PSP .....	35 (VOL. II)
Tabela 10: Custo EPAV .....	35 (VOL. II)
Tabela 11: Custo EIC.....	36 (VOL. II)
Tabela 12: Custo INMLCF.....	37 (VOL. II)
Tabela 13: Rúbricas utilizadas no cálculo dos custos intermédios do MP ....	40 (VOL. II)
Tabela 14: Constituição do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa .....	41 (VOL. II)
Tabela 15: Custo para o MP .....	43 (VOL. II)
Tabela 16: Custo intervenção 1ª linha PSP .....	44 (VOL. II)
Tabela 17: Custo BPC.....	44 (VOL. II)
Tabela 18: Custo automaca .....	45 (VOL. II)
Tabela 19: Custo unitário por acionamento ambulância INEM.....	46 (VOL. II)
Tabela 20: Custo exame ao local do crime .....	51 (VOL. II)
Tabela 21: Custo investigação .....	51 (VOL. II)
Tabela 22: Custo LPC .....	53 (VOL. II)
Tabela 23: Custo INMLCF .....	54 (VOL. II)
Tabela 24: Custo MP .....	55 (VOL. II)
Tabela 25: Custos Audiência e Julgamento .....	56 (VOL. II)
Tabela 26: Custo utilizados no cálculo do custo total de um recluso/dia .....	57 (VOL. II)
Tabela 27: Custo unitário por presos .....	59 (VOL. II)
Tabela 28: Custos perda de rendimentos para o Estado .....	63 (VOL. II)
Tabela 29: Custos Segurança Social .....	65 (VOL. II)

## ***LISTA DE ACRÓNIMOS***

<b>ABC</b>	Custeio Baseado nas Atividades.
<b>ADSE</b>	Assistência na Doença aos Servidores do Estado.
<b>AJ</b>	Autoridade Judiciária.
<b>AP</b>	Administração Pública.
<b>APA</b>	<i>American Psychological Association.</i>
<b>BDVD</b>	Base de Dados da Violência Doméstica.
<b>BPC</b>	Brigada de Prevenção Criminal.
<b>CCC</b>	Centro de Comando e Controlo.
<b>CEP</b>	Contribuições para a Entidade Patronal.
<b>CHLC</b>	Centro Hospitalar Lisboa Central.
<b>CI</b>	Custo Intermédio.
<b>CIG</b>	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
<b>CODU</b>	Centro de Orientação de Doentes Urgentes.
<b>COMETLIS</b>	Comando Metropolitano de Lisboa.
<b>CP</b>	Código Penal.
<b>CPCJ</b>	Comissão Proteção de Crianças e Jovens.
<b>CPP</b>	Código Processo Penal.
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa.
<b>CSS</b>	Contribuições para a Segurança Social.
<b>DGPJ</b>	Direção-Geral da Política de Justiça.
<b>DGRSP</b>	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.
<b>DIAP</b>	Departamento de Investigação e Ação Penal.
<b>DIC</b>	Divisão de Investigação Criminal.
<b>EIC</b>	Esquadra de Investigação Criminal.
<b>EMV</b>	Esperança Média de Vida.
<b>EPAV</b>	Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima.
<b>EPES</b>	Equipas do Programa Escola Segura.
<b>FSS</b>	Forças e Serviços de Segurança.
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana.
<b>INEM</b>	Instituto Nacional de Emergência Médica.
<b>INMLCF</b>	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.



<b>IRS</b>	Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.
<b>JIC</b>	Juiz de Instrução Criminal.
<b>JIT</b>	<i>Just in Time.</i>
<b>LOIC</b>	Lei de Organização e Investigação Criminal
<b>LPC</b>	Laboratório de Polícia Científica.
<b>LSI</b>	Lei de Segurança Interna.
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna.
<b>MIPP</b>	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade.
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça.
<b>MP</b>	Ministério Público.
<b>MS</b>	Ministério da Saúde.
<b>NAE</b>	Núcleo de Armas e Explosivos.
<b>OPC's</b>	Órgãos de Polícia Criminal.
<b>PAVD</b>	Programa Para Agressores de Violência Doméstica.
<b>PIPP</b>	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.
<b>PJ</b>	Polícia Judiciária.
<b>POCMS</b>	Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde.
<b>POCP</b>	Plano Oficial de Contabilidade Pública.
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública.
<b>PV</b>	Pensão de Velhice.
<b>R</b>	Reforma.
<b>RB</b>	Remuneração Base.
<b>RL</b>	Rendimento Líquido.
<b>SAD/PSP</b>	Serviço Assistência Doença / Polícia Segurança Pública.
<b>SEI</b>	Sistema Estratégico de Informações.
<b>SFOIC</b>	Suplemento Funções Operacionais de Investigação Criminal.
<b>SIEP</b>	Síntese Estatística do Emprego Público.
<b>SIV</b>	Suporte Imediato de Vida.
<b>SMN</b>	Salário Mínimo Nacional.
<b>SNS</b>	Sistema Nacional de Saúde.
<b>SP</b>	Suplemento de Patrulha.
<b>SPP</b>	Suspensão Provisória do Processo.
<b>SSFS</b>	Suplemento por Serviço nas Forças de Segurança.
<b>ST</b>	Suplemento de Turno.

<b>TIC</b>	Tribunal de Instrução Criminal.
<b>TIR</b>	Termo de Identidade e Residência.
<b>TR</b>	Taxa de Retenção.
<b>UMIC</b>	Unidade Metropolitana de Informações Criminais.
<b>VD</b>	Violência Doméstica.

# ***CAPÍTULO I***

## ***INTRODUÇÃO***

### **1.1. ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO**

Na esteira da crise financeira global sentida atualmente, a análise económico-financeira surge como um foco transversal às demais áreas, nomeadamente no escrutínio e na avaliação das contas do Estado. Deste modo, e atendendo à pressão crescente sobre os gastos do Estado, torna-se premente uma gestão de contas cada vez mais eficiente, sendo fulcral a aferição dos custos de um determinado conjunto de crimes por forma a avaliar o seu impacto nos gastos do Estado.

O crime não só gera custos substanciais para o Estado, como para a sociedade e para a própria vítima, sendo que no nosso objeto de estudo nos focaremos nos custos económicos para o Estado. Becker (1968) revoluciona a análise retificando a lacuna existente até essa data, relativa à economia e criminalidade. O autor concluiu no seu estudo que os recursos públicos e privados são gastos no combate ao crime, quer na sua prevenção quer na sua repressão. Perante isto, e de forma a delimitar a nossa investigação, o estudo em causa versará sobre o custo do crime de Homicídio em contexto de Violência Doméstica (VD) tendo em conta a visibilidade crescente que este fenómeno tem vindo a adquirir associada à afirmação dos direitos humanos.

É certo que, com o aumento da consciencialização por parte dos elementos policiais, por parte da comunidade e até mesmo por parte da própria vítima, o fenómeno da VD tem assumido proporções nunca antes atingidas na nossa sociedade. Assim, neste estudo procuramos determinar o valor do custo económico deste crime.

### **1.2. IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO**

A segurança, a justiça e o bem-estar da sociedade constituem, nos dias de hoje, os principais fins do Estado Português (H. Dias, 2012), assegurando o garante dos demais direitos fundamentais, pois sem a garantia do direito à segurança, a vida em comunidade de forma harmoniosa e tranquila seria inconcebível. Portugal, nos últimos anos tem-se deparado com uma tendência crescente do crime de VD<sup>1</sup>, que não raras vezes tem culminado na *ultima ratio*, na última consequência, a morte da vítima.

Logo então, este estudo alcança desde já a sua relevância por abordar um crime que tem assumido especial destaque na escala de crimes denunciados em Portugal. A sua

---

<sup>1</sup> Conforme análise efetuada no subcapítulo 2.6.2.

importância advém do facto de revelar a gravidade de um determinado tipo de crime, ajudando a priorizar a ação pública contra o esse (Czabanski, 2010), de modo a que os custos de dados criminais possam ser usados para obter uma melhor compreensão das implicações da redução da criminalidade ao nível da atividade policial. Por outro lado, e na senda do mesmo autor, o custo da reação permitirá, para efeitos de confrontação, revelar o limite “natural” de custo económico que o Estado deverá despende em programas, projetos e políticas de prevenção de modo a evitar ou reprimir este tipo de criminalidade em concreto.

Assim sendo, os custos económicos associados ao Homicídio em contexto de VD jamais deverão ser negligenciados, nem porventura a ótica da prevenção onde se poderão atingir custos consideráveis, nomeadamente nas campanhas massivas de sensibilização e medidas especiais de segurança como a proteção pessoal da vítima e de testemunhas. Perante isto, recorreremos aos fundamentos base da Economia na medida em que esta permitirá perceber o dilema eterno da Administração Pública (AP), recursos escassos para necessidades infundáveis.

Segundo Cohen (2000), a aferição dos custos monetários do crime e os respetivos benefícios destes na redução da criminalidade tem sido alvo de estudo pela investigação internacional, nas diversas componentes do custo. Todavia, desde já importa relevar que o objeto do nosso estudo em momento algum se prende com a componente sociológica associada a este fenómeno, mas antes uma perspetiva económica de modo a que seja produzida informação fulcral para fundamentar a tomada de decisão por parte dos dirigentes policiais na difusão dos seus meios na prevenção e reação este fenómeno, ou para contribuir com informação essencial à produção de políticas públicas de segurança por parte dos dirigentes políticos no que concerne a esta matéria.

Por outro lado, e tendo em conta a constante evolução das sociedades, e por sua vez, a constante evolução da sua complexidade, torna-se cada vez mais imperativo que todas as decisões, independentemente da natureza operacional, sejam sustentadas no máximo de informação possível. Cada vez mais, e nas mais diversas áreas, “os técnicos com formação superior são chamados a interpretar os dados de actividade das suas empresas, com recurso a índices e gráficos, fundamentais como auxiliares na tomada de decisão” (Venes & St.Aubyn, 2011) Impõe-se inverter a tendência. Existe uma relutância na nossa AP em analisar o custo-benefício de toda a sua atividade, em tornar público e transparente todos os seus custos. Jamais o nosso objetivo com a presente investigação se cruza com o juízo de boa ou má aplicação dos dinheiros públicos, apenas procuramos aferir um custo

essencial que poderá estar na base de tomada de decisões que implicarão mudanças num problema grave sociológico que é o Homicídio em contexto de VD. É neste âmbito que se exige que o Estado, no domínio económico seja eficiente, por forma a termos uma visão mais clara dos gastos com a segurança, numa época em que estes são cada vez mais comeditos face à crise económico-social que Portugal atravessa.

Por fim, urge investir em estudos de índole policial, importantes organizações como se caracterizam as instituições policiais, necessitam de conhecimento científico para progredir e acompanhar a sociedade atual que se encontra constantemente em modificações.

### **1.3. PERGUNTA DE PARTIDA**

Em virtude da ausência de investigação nacional acerca do presente tema, procuramos realizar um estudo que assume como mote a seguinte pergunta de partida:

**Qual o custo económico que o Estado suporta no crime de Homicídio em contexto de Violência Doméstica?**

Com esta pergunta de partida, procuramos exprimir o nosso propósito e intenção de investigação neste estudo, ilustrando aquilo que pretendemos conhecer (Quivy & Champenhoudt, 1998), para que possamos cumprir com os objetivos de estudo propostos. Seguindo a linha de raciocínio de Quivy & Champenhoudt, “conceber uma problemática é escolher uma orientação teórica, uma relação com o objeto de estudo, o que implica a inscrição num esquema de integibilidade” (1998, p. 100), onde sucessivamente reforçam a importância deste estudo. Perante isto e seguindo o exemplo de Czabanski (2010), se o custo total do crime corresponder a um milhão de euros, isto significa que o gasto de um milhão de euros em medidas de prevenção do crime seria benéfico.

É exatamente este ponto que queremos realçar e debater, pois só com esta aferição de custos será possível a ponderação de custos da prevenção deste crime, visto que estando em causa o bem supremo vida, devidamente explanado na Constituição da República Portuguesa (CRP), para a figura do Estado será sempre mais compensador a perspetiva preventiva.

### **1.4. OBJETIVOS**

Na verdade nós não precisamos de pesquisas para verificar que o crime é caro. Mais desafiador e duradouro serão as questões que envolvem a forma como os resultados de atividades criminosas se traduzem em danos sociais e como esses danos devem ser operacionalizados, já que as sociedades atuais alocam uma grande quantidade de recursos

para o controlo da criminalidade (Chalfin, 2013). Destarte, e uma vez que a finalidade de uma investigação não se prende somente com a descrição dos factos demonstrados empiricamente, prende-se também com uma interpretação desses mesmos dados (Carvalho, 2009), propomo-nos a cumprir o seguinte objetivo geral:

**Aferir o custo económico para o Estado Português do crime de Homicídio em contexto de Violência Doméstica.**

São ainda definidos como objetivos específicos os seguintes:

- Análise da evolução do crime de Violência Doméstica e do crime de Homicídio em contexto de Violência Doméstica;
- Análise do *iter* processual adotados pelas instituições na intervenção deste crime;
- Definir o limite “natural” do investimento ao Estado na prevenção do Homicídio em contexto de Violência Doméstica na ótica de custo-benefício;
- Abrir caminho para trabalhos ulteriores de confrontação dos gastos do Estado com a prevenção do Homicídio em contexto de Violência Doméstica face aos custos económicos que assume com a sua ocorrência.

Em vista dos objetivos enunciados, o presente trabalho de investigação inicia-se no capítulo I com uma breve introdução à investigação e a sua importância, não só no contexto académico como na nossa sociedade, definindo-se desta feita a problemática de investigação e os objetivos a que nos propomos cumprir. Seguidamente, e no capítulo II procedemos à contextualização teórica do custo do crime, numa perspetiva abrangente e evolutiva. Abordamos o Estado enquanto garante da segurança e o seu papel no plano económico, evoluindo para conceitos essenciais como a segurança e os bens económicos. Nesta parte, é ainda apresentada toda a terminologia e conceitos associados à problemática dos custos, passando pelo processo evolutivo da contabilidade analítica, a classificação dos custos e o seu respetivo cálculo. Por fim, fazemos uma breve abordagem ao crime em análise, Homicídio em contexto de VD, para posteriormente apresentarmos as metodologias mais revelantes utilizadas para estimar os custos do crime. O capítulo III tem como enfoque o *iter* processual de todas as instituições que intervém neste crime, procedendo a uma análise processual desses atos.

No nosso estudo empírico, apresentamos no capítulo IV, o modelo conceptual e a hipótese de investigação, seguida da metodologia que a norteia. No capítulo V apresentamos os resultados obtidos para cada uma das instituições analisadas. Por fim, discutem-se os resultados obtidos e no capítulo final expomos a conclusão sintetizadora da nossa investigação, ressaltando as limitações desta.

## ***CAPÍTULO II***

### ***CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA***

#### **2.1. ESTADO COMO GARANTE DA SEGURANÇA**

Atualmente, o Estado Português é caracterizado por ser um Estado de Direito Democrático, na sequência da CRP, que limita o poder do Estado através do império do direito, mas que ao mesmo tempo legitima-o de uma ordem de poder devidamente previsto.

O Estado, “enquanto representação da especificidade bem público, garante da ordem social, principal depositário do interesse comum, detentor de prerrogativas de poder, do monopólio da violência legítima, cabe-lhe o exercício racional e teleológico da autoridade” (M. Dias, 2012, p. 63), pelo que dissecaremos o Estado enquanto garante da segurança, para doravante conseguirmos aferir o custo do crime de Homicídio em contexto de VD para o Estado Português.

##### **2.1.1. A ORIGEM DO ESTADO**

Desde o primeiro momento em que o homem vive em comunidade e consegue atribuir alguma ordem ao caos que o rodeia no estado natureza, que qualquer ameaça a essa estabilidade artificial e natural, arduamente conseguida, é olhada com aversão, com medo do elemento desestabilizador.

Na senda de Hobbes, todos os homens são iguais e se guiam pelo instinto de sobrevivência, sendo que com a imposição da ordem social ao caos, a violência surge como algo legítimo e inerente à criação do Estado. Hobbes (2010) afirma que o Estado foi instituído através de um pacto criado entre todos os homens, sendo atribuído a uma assembleia de homens o poder de representar os direitos do povo. O Estado legitimado surge precisamente a partir deste contrato, sendo criado um Estado com poder de violência legítima perante a insegurança e medo sentido. Desta forma, a violência assoma-se como o elemento fundador de um Estado (Duarte, 2012).

Na mesma linha Weber (1979), defende que a ausência do uso de violência por parte do Estado conduziria ao fim das estruturas de regulação social e, consequentemente, à anarquia, sendo um claro reflexo da ideologia de Hobbes.

Maquiavel (2003) eleva o valor da comunidade em virtude de outros valores, ao defender a manutenção do Estado, em que todos os meios justificam os fins (Moreira, 2012). Esta teoria está subjacente na teoria de Hobbes, que encara o Estado como o

monstro Leviatã, ao crescer desmesuradamente, tornando-se um elemento prejudicial para o regular funcionamento da economia. Esta desregulação e o peso superior ao Estado resulta do volume de impostos necessários para o seu financiamento (Pereira, Santos, Arcanjo, & Afonso, 2012).

“Entramos assim numa ambivalência. Por um lado, (...) temos a violência como destruidora e motor de corrosão de um poder legítimo; e por outro, está a violência como fundadora de Estado, ou, se quisermos, de um poder legítimo” (Duarte, 2012, p. 20). O seu propósito passa sobretudo pela garantia da segurança, justiça, bem-estar económico e social, fazendo-se para isso, o Estado valer nos termos da lei por forma a garantir esses fins.

Apesar de esta linha seguir em torno do domínio da filosofia política, e não sendo nossa pretensão desenvolvê-la em detalhe, parece apropriado contextualizar e realçar outros autores que tiveram um importante contributo para o estudo do desenvolvimento político a par de Hobbes, como o caso de John Locke. A visão liberal de Locke e a visão autoritária e conservadora de Hobbes (cit. por Bronowski & Mazlish, 1960) convergem no contrato entre os indivíduos que esteve na origem da sociedade política. Ambos apresentavam a mesma visão relativa ao contrato entre os indivíduos que esteve na origem da sociedade política, no entanto, para Locke no estado de natureza não teria havido caos, não existindo desta forma qualquer cessação dos direitos naturais ao Estado. Para Locke, o estado de natureza não será forçosamente um estado de guerra, apenas o seria quando o homem socorresse do uso da força para obter o controlo de algo que não se coadunasse com a norma natural, como o controlo sobre a liberdade, a vida, e os bens dos outros homens (cit. por Abbagnano, 1970).

Na conceção de Rousseau (1999), o contrato social surge da degradação do Estado, para que em virtude da renúncia de parte da liberdade natural de cada um, existir uma outra liberdade, sustentada na segurança. Nesta linha de pensamento, o soberano é o povo, a quem todos os indivíduos, na base do contrato social, transferiram os seus direitos naturais, reinando a vontade coletiva. Por consequência, o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular, soberania essa investida no Governo, onde os homens pertencentes apenas exercem fielmente o seu dever em nome dos direitos do povo soberano (Moreira, 2012).

No entanto, Rousseau (1999) altera ao longo da sua vida as suas premissas, entrando mesmo em contradição de pensamentos. O seu pensamento passou a assentar numa dura crítica do artificialismo da vida social, pois para o autor, o indivíduo encontrava-se



totalmente subordinado à vontade do corpo político, e não como *à priori* defendia, que a vontade do povo seria a vontade do Estado.

### **2.1.2. O ESTADO: INTERVENÇÃO NO PLANO ECONÓMICO**

Pese embora, a função original do Estado se prender sobretudo com a defesa e segurança das pessoas e dos seus bens, a descrição das funções do Estado estará sempre condicionada pelo seu contexto histórico-social. Schmitt (1932) refere que a definição de Estado deve ter em consideração o momento histórico em que um povo vive, bem como o aparelho de Estado, os quais adquirem sentido mediante o político. Ao Estado “como unidade essencialmente política pertence o *jus belli*, isto é a possibilidade real de, num dado caso, determinar, em virtude da sua própria decisão, o inimigo, e combatê-lo” (Schmitt, 1932, p. 71).

No entanto, Santos (2010) considera que a descrição das funções do Estado revelam-se inconclusivas, pelo que este assume uma intervenção na vida económica de forma variável consoante as épocas de grande intervencionismo e épocas de intervenção mínima do Estado.

O papel do Estado e a sua relação com o mercado constitui um tema central e controverso em toda a literatura sobre o desenvolvimento económico, existindo uma secular interdependência entre a Economia e o Estado.

Com o eclodir da Revolução Industrial, a intervenção económica do Estado foi posta em causa em virtude das “regras inerentes ao dirigismo mercantilista [...] que o Estado impunha aos agentes económicos, com o argumento de que ela constituía um entrave ao livre desenvolvimento da iniciativa privada” (Santos, 2010, p. 46). Surge então o apoio dos economistas da escola clássica entre os finais do séc. XVIII e meados do séc. XIX, nomeadamente de Adam Smith.

Smith (1976) defendia que o indivíduo tem uma tendência natural para melhorar a sua própria condição, gerando um interesse próprio que impulsiona o mercado a satisfazer a procura individual através da produção de bens e serviços desejados. A esta ideologia, intitulou de *mão invisível*, onde “não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse” (Smith, 1976, p. 95). Este conceito fundamenta-se no facto de que todos os homens devem lutar pelos seus objetivos pessoais, e desta forma concretiza-se o fim máximo do bem-estar coletivo e social (Neves, 2007).

Subjacente a esta ideologia, Smith era um forte oponente às intervenções do Estado na economia, pois na sua perspetiva acabava por enfraquecer a economia. Por outro lado, a espontaneidade e inovação tecnológica inerentes à revolução industrial provocaram uma mudança crassa na sociedade, tornando-se visíveis as desigualdades por base do critério do trabalho.

Por sua vez, Karl Marx teve um importante contributo na ciência política, onde a sua ideologia concebeu o Estado e o Poder em plena interação com as forças económicas e sociais (cit. por Fernandes, 2010).

Marx apresentava uma conceção negativa acerca do Estado, considerado que este é concebido somente para expressão das classes económicas dominantes, não existindo qualquer conceção baseada num pacto social (cit. por Oliveira, 2001). Na conceção do autor, o Estado deveria deter um poder de harmonização e amenização das relações existentes entre as diferentes classes, não sendo o seu objetivo procurar o bem comum da sociedade (cit. por Oliveira, 2001).

Porém, o século XIX foi efetivamente um período de surgimento de clivagens na Europa. É precisamente desta ambiente de divisão que “emerge o Estado enquanto molde analítico fundamental para as ciências sociais – particularmente, para as três disciplinas nomotéticas ocidentais: ciência política, economia e sociologia –, o que tornou mais árdua a tarefa de observar outros níveis analítico” (Aldeia, 2009, p. 5).

Com o aparecimento da Grande Depressão de 1929, a teoria clássica deixou de se aplicar à realidade económica da época, pelo que Keynes (2010) emerge na moderna Economia, negando a existência de uma harmonia entre o interesse individual e o coletivo. Dois fatores criaram a atmosfera ideal para o desenvolvimento da teoria Keynesiana, não só a Grande Depressão, como já foi referido, que tornou o mercado capitalista tão instável ao ponto de o desemprego ter atingido níveis nunca antes vistos, como a II Guerra Mundial. O aparecimento da II Guerra Mundial contribuiu para uma forte evidência empírica da política de Keynes, já que o desemprego desapareceu, e produção económica aumentou exponencialmente (Skousen, 2007).

O Estado deve ter uma intervenção ativa no setor da economia, devendo estimular a procura para o investimento e para o consumo e gerar produção e emprego. Contudo, a sua ideologia jamais deverá assentar num ideal de substituição da iniciativa privada de cada homem (Rosseti, 1991). Keynes afirma que a intervenção estatal é necessária para estabilizar a despesa que determina o nível de rendimento e de emprego, já que o mercado não assegura o pleno emprego. As instituições refletem as oscilações económicas de uma

sociedade, pelo que a estabilidade e o desenvolvimento económico são elementos fundamentais e de garante da estabilidade dos centros de decisão do poder político (Rosseti, 1991).

A sociedade teve e terá sempre como pano de fundo a economia, acabando por afetar todos em qualquer momento da história. Parece-nos, portanto que a definição mais consensual presentemente passa pela teoria dos três elementos, na qual o Estado se caracteriza por três elementos: território, população e aparelho do Poder (Fernandes, 2010).

### **2.1.3. ESTADO-PROVIDÊNCIA**

Num fervilhar de vaga de humanização, natural no seguimento de um conflito como a Guerra Mundial, o propósito do Estado assentou numa ideologia de bem-estar e de garantia de todos, considerando que todos os cidadãos terão direito a condições mínimas de rendimento, nutrição, saúde, habitação e educação (Wilensky, 1974).

Para fazer face a um aumento da diferenciação social, a noção de estado-providência, desenvolvido por Bismarck, surge como uma incumbência do Estado a garantia de um conjunto de responsabilidades sociais (cit. por Mozzicafreddo, 1994). Desta feita, é garantido aos cidadãos os padrões mínimos de dignidade humana, a fim de assegurar à população o nível mínimo de bem-estar que é assumido como um direito de cidadania, surgindo este como um processo de ajustamento económico e da desigualdade económica existente entre as diferentes classes sociais (Rodrigues, 2000).

Também denominado como *Welfare State*, caracteriza-se pelos princípios de bem-estar social, onde todos têm direito a um conjunto de bens e serviços garantidos pelo Estado, como a educação, a assistência médica gratuita e o auxílio no desemprego. Será portanto, a solução de muitos problemas para uns, já que outros evocam as disfunções do Estado, apontando o mercado como solução preferencial.

Em Portugal, “as formas de intervenção Estatal na economia, primeiro, e de regulação das relações económicas, depois, inscrevem-se no desenrolar das transformações pós 1974 e do papel desempenhado pelo Estado” (Mozzicafreddo, 1992, p. 58), movido pela Constituição de 1976, que promovia a criação de um sistema de segurança social público e de um sistema de saúde público (Amaral, 2010).

Esta intervenção estatal aparentemente equilibrada começa a ser posto em causa pela rutura demográfica das últimas décadas. Presentemente o panorama social inverteu-se drasticamente, no sentido em que o número de pensionistas aumentou exponencialmente

ao passo que o número de ativos empregados diminui, tornando árdua a manutenção do Estado-Providência (Rodrigues, 2000).

Contudo parece-nos que “os valores de fraternidade, solidariedade e bondade são imprescindíveis num Estado moderno verdadeiramente respeitador da condição humana” (Torres, 2014, p. 25).

## **2.2. A SEGURANÇA**

Existe de facto uma dificuldade na delimitação conceptual do vocábulo *segurança*. Se por um lado a mutação que lhe é subjacente permite que adquira um valor próprio por cada tempo e espaço, por outro a multiplicidade de enfoques que o comporta. Já Gordon e Bellavita (2006) unem esforços no sentido de unificar o conceito, pois ao contrário de áreas como a medicina, direito e a engenharia não existe um acordo conceitual sobre a gama de temas que constituem a segurança ou a segurança interna.

Associada a esta dificuldade de delimitação, surge ainda o dilema segurança/liberdade frequentemente analisado, pelo facto de a segurança ser efetivamente um bem vital, mas não o ser de forma absoluta, encontrando limites sociojurídicos de modo a que não ponha em causa outros bens vitais como a liberdade (H. Dias, 2012).

### **2.2.1. O DIREITO À SEGURANÇA**

A segurança, enunciada por Clemente como a “primeira liberdade cívica”, permite o exercício livre por parte do cidadão de todos os seus direitos. De facto, este direito surge a par com o direito à liberdade, pois “a liberdade sem segurança é uma prisão sem grades e a segurança sem liberdade consiste num pântano insalubre” (2000, p. 34).

Partilhando a ideia de Gomes Canotilho e Vital Moreira (2014), o direito à segurança consiste no exercício seguro dos direitos dos cidadãos, livre de qualquer ameaça ou insegurança. Daí o mesmo, previsto no art.º 27º n.º 1 da CRP, apresentar uma relação de simbiose com o direito à liberdade previsto no mesmo artigo. Este pormenor criado pelo legislador pressupõe uma relação de complementaridade e interdependência funcional, nos termos da qual não há liberdade sem segurança, nem segurança sem liberdade. Este direito é a garantia do exercício dos restantes direitos fundamentais, cuja consagração constitucional remonta à Constituição Liberal de 1822, sendo que “a segurança se assume como um bem jurídico absoluto e um bem jurídico autónomo, ou seja, a segurança assume o pedestal da hierarquia dos direitos” (Valente, 2012, p. 10).

Pese embora o direito à segurança comportar duas dimensões, em que a dimensão negativa traduz-se num direito de defesa perante agressões por parte de outrem. O direito à segurança é na sua essência um direito positivo que se traduz no direito de os poderes públicos assegurarem a proteção do cidadão perante ameaças ou agressões de outrem (Silva, 2001). Todavia, o direito à segurança vincula também os particulares, não no sentido de que estes tenham qualquer dever geral de proteção dos direitos dos outros, mas pelo facto de os obrigar a praticar alguns atos cautelares quando pretendam gozar um direito fundamental que possa vir a lesar o gozo dos direitos de terceiros. A título de exemplo referimos a obrigação de comunicação de um aviso prévio à pretensão de gozo do direito de manifestação conforme o art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de agosto.

### **2.2.2. SEGURANÇA INTERNA**

A segurança como “bem jurídico coletivo ou supra-individual e individual não pode ser visto numa perspetiva limitativa dos demais direitos fundamentais, mas tão só e em uma visão humanista e humanizante, como garantia da liberdade física e psicológica para usufruto pleno dos demais direitos fundamentais” (Valente, 2014, p. 105). Perante este facto, compete ao Estado a criação de uma força coletiva, a Polícia, de modo a esta ser capaz de promover e garantir a segurança dos cidadãos e dos seus bens, legitimada pela utilização de meios coercivos de forma a garantir os bens jurídicos supra.

Porém, a segurança tem tomado proporções tais que não se contem somente nas fronteiras internas de cada país, surgem novas formas de segurança em virtude de existirem novas formas de insegurança. O fenómeno da globalização, se por um lado é um processo social de inclusão e proximidade entre culturas (Morgado, 2013b), por outro constitui um forte impulsor para a alteração da segurança tal como a conhecemos. Este fenómeno comporta determinados riscos inerentes a uma sociedade, levando a uma premente criação de novos modelos conceptuais por forma a combater as novas formas de insegurança (Guedes & Elias, 2014).

Face ao exposto, a segurança interna, nos termos do n.º 1 do art.º 1º da Lei de Segurança Interna (LSI) é a “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”.

Partilhamos a opinião de Guedes Valente, no sentido em que o conceito anterior se torna um pouco limitativo, sendo que “podemos considerar este conceito mais abrangente,

porque a Segurança Interna deve ter como primeiro objectivo, o princípio estruturante de qualquer estado moderno, que é o respeito pela dignidade da pessoa humana, através da promoção de uma ordem, segurança e tranquilidade pública, que seja capaz e eficiente na protecção das pessoas contra qualquer tipo de ameaças ou perigos” (Valente, 2014, p. 108).

Neste seguimento, parece-nos lógico a tese proposta por Poiares (2014) referente ao defrontar da VD como um problema de segurança interna e não somente como um problema social, consubstanciado sobretudo no facto de este fenómeno provocar um impacto nas gerações futuras e consequentemente gerar condutas desviantes.

## **2.3. CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DOS BENS**

### **2.3.1. O CONCEITO DE BEM ECONÓMICO**

Os bens económicos podem ser classificados como públicos ou privados consoante os critérios de rivalidade no consumo e a sua exclusão.

O critério da rivalidade pressupõe a ideia de disponibilidade e de valorização de um bem, isto é, caso um bem seja consumido sem diminuir a sua disponibilidade, questionando se várias pessoas poderão usufruir de um bem sem prejuízo uma das outras (Mankiw, 2008). O critério da exclusão traduz-se na exclusividade de um bem, pelo que um bem em que não seja possível limitar o acesso de um indivíduo preenche os requisitos de bem público, caso contrário entramos na esfera de um bem privado. Por conseguinte, os bens públicos são aqueles que o seu uso pode ser partilhado simultaneamente por duas ou mais pessoas, não sendo passível de existência de título de propriedade, nem uma diminuição da sua disponibilidade (Carrera-Fernandez, 2009).

A título de exemplo, enunciamos a ação de patrulhamento apeado por parte de elementos da Polícia de Segurança Pública (PSP) que perfaz na sua plenitude os requisitos de um bem público, onde todos os indivíduos enquanto titulares de cidadania beneficiam do seu serviço.

Por outro lado, um bem é privado caso não possa ser utilizado simultaneamente por duas ou mais pessoas (Carrera-Fernandez, 2009), pelo que a produção de um bem privado prevê um proveito monetário para o produtor do bem/serviço, existindo uma transferência do direito de propriedade para o consumidor, como por exemplo, a compra de uma viatura. O benefício é claramente individualizável.

Ainda no ramo do direito público, poderemos desdobrar outros ramos respeitantes a bens públicos puros ou impuros. O seu conceito apresenta linhas de separação e de limitação de conceito muito ténues, pelo que debruçamo-nos sobre os mesmos.

O bem público puro é um bem ou serviço a “que qualquer cidadão pode aceder, sem, por um lado, prejudicar o consumo dos demais e provocar custos adicionais ao Estado e, pelo outro, sem um interesse ou benefício especial do ponto de vista individual” (Torres, 2014, p. 31), o benefício do seu uso está efetivamente ao alcance de todos os indivíduos. Em virtude de não existir exclusão nem rivalidade, não existe um mercado, não existindo por sua vez uma curva de procura nem uma curva de oferta relativos ao bem, como o caso da defesa nacional (Samuelson & Nordhaus, 2011).

### **2.3.2. A SEGURANÇA COMO BEM PÚBLICO PURO?**

Na senda de Torres, exemplos clássicos de bem público puro *tour cour* serão os casos de defesa nacional e da diplomacia, que de “forma inequívoca,[...] não estão sujeitos a questões de rivalidade e de exclusão de consumo”(2014, p. 31), não existindo nenhuma componente individualizável que beneficie os interesses de um particular apenas.

Na verdade, frequentemente a segurança é encarada como um bem público puro, no entanto Samuelson e Nordhaus, entendem claramente que existe uma “componente individualizável que se traduz, por exemplo, nas estruturas de apoio às vítimas, no atendimento individualizado aos utentes das unidades policiais e até na segurança de entidades sujeitas a níveis agravados de risco” (cit. por Torres, 2014, p. 32).

No que concerne à prevenção do crime de Homicídio em contexto de VD é nosso entendimento que este não se prende com a conceção de bem público puro, já que existe precisamente uma esfera pessoal e íntima que goza de um benefício individualizado. Não quererá isto dizer que esta prevenção não se enquadra na conceção de bem público, muito pelo contrário, até porque a VD personifica-se num crime público.

Se por outro lado analisarmos a vertente da segurança, no que concerne à atividade de patrulhamento indiscriminada, por norma de cariz aleatório e não dirigido, havendo a possibilidade efetiva de todos os cidadãos serem por ele abrangidos, aí sim, preenche na sua completa aceção os requisitos de bem público puro, já que não existe qualquer individualização da atividade, sendo destinada a todos em geral. Contudo, também poderá existir um entendimento contrário no que concerne ao patrulhamento policial. Numa visão mais ortodoxa, este poderá ser entendido como um bem público impuro, quando o mesmo é dirigido aos chamados *hot spot*, isto é, zonas de especial incidência criminal onde os cidadãos que vivem nas zonas abrangidas são beneficiados face a outros não contemplados com esse serviço.

## 2.4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Estado gera um valor socioeconómico, valor esse que se transforma num custo diretamente equacionado na vida da sociedade e do cidadão. Nesta linha de raciocínio, todas as instituições/entidades direta ou indiretamente dependentes do Estado, visam utilizar o mínimo de recursos de modo a promover o máximo de produtividade, no entanto, esta pretensão não pretende descurar os padrões de qualidade de serviço prestado. Assim, e utilizando como pano de fundo permanente a legalidade, pretende-se seguir o princípio da economia, eficiência e eficácia, para no fim atingirmos um fator transversal a toda esta dinâmica, a Qualidade<sup>2</sup>.

Por outro lado a AP portuguesa encontra-se sujeita à influência económica internacional, fruto do desafio lançado pela globalização, implicando novas estratégias de gestão pública (Morgado, 2013a). Desta forma, a globalização surge de facto como o elemento chave para as mudanças que se sucedem em todas as economias mundiais (Morgado, 2013b).

### 2.4.1. CONTABILIDADE ANALÍTICA

Por tudo suprarreferido, as demais entidades, devido à sua complexa e imperativa função e aos inúmeros *stakeholders* a que diariamente prestam serviço, carecem de um rumo estratégico no que concerne à gestão de toda a sua atividade, pelo que a necessidade da AP adaptar a sua gestão a novos métodos como a contabilidade analítica é crucial (Pinto, Santos & Melo, 2013).

Assim sendo, a contabilidade assume-se como a “ciência do equilíbrio patrimonial preocupando-se com todos os acontecimentos que o possam influenciar e por isso os identifica, seleciona, analisa e promove medidas, processo, avaliação e comunicação de dados, facilitando a tomada de decisões” (Rocha, 1991, p. 36).

A contabilidade pública aplicada pelas entidades que não têm como objetivo primordial a obtenção de lucros, mas antes a garantia do bem-estar social, procurava somente registar os fluxos de caixa, exigindo-se somente que se informasse o valor e composição do ativo, sendo estas informações muito débeis no campo da eficiência e controlo (Pereira & Franco, 1994).

---

<sup>2</sup> A título de exemplo, a PSP tem, nos últimos anos, concentrado esforços no sentido de realizar estudos dos custos da sua atividade para numa fase posterior fazer uma análise custo-benefício. Sobre este o custo da atividade policial consultar Silva, L. (2015). *Afetação de recurso da Polícia de Segurança Pública nos espetáculos desportivos de risco elevado: Uma avaliação económica*. Lisboa: ISCPSI. Sobre a análise custo-benefício consultar Torres, J. (2015). *Gestão de riscos: No planeamento, execução e auditoria de segurança*. Lisboa: ISCPSI.



Deste modo, a AP sente a necessidade de uma mudança de paradigma, sustentada numa filosofia de um novo rigor contabilístico, com um maior controlo de resultados de modo a satisfazer as necessidades de uma AP moderna.

No juízo de Tavares e Branco (1998) o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) surge como um desafio, face ao habitual descuido e desinteresse em matéria de gestão e rigor financeiro, possibilitando uma facilidade na criação de um completo e rigoroso balanço das contas do Estado.

O POCP<sup>3</sup> suporta-se numa filosofia diagráfica de registo, pretendendo que as instituições olhem para as suas contas não apenas numa visão de controlo orçamental, mas sobretudo numa perspetiva de obter informações úteis e cruciais para a sua administração.

A contabilidade analítica surge na AP fruto do POCP, que se consubstancia num sistema de informação de gestão visando analisar os proveitos, os custos e os resultados (Pinto, Santos & Melo, 2013). É através desta ferramenta que se torna possível aferir os custos de um determinado serviço prestado à sociedade, suportar a tomadas de decisões e analisar a eficiência deste empreendimento. Deste modo, a informação prestada pela contabilidade analítica visa aumentar a eficiência, eficácia e economia de determinados recursos através de uma gestão mais rigorosa e controlada (Pinto, Santos & Melo, 2013). Trata-se, desta forma, de um sistema de custeio direto, onde a um determinado segmento (seja serviço/produto) só é afetado pelos fatores que inequivocamente contribuíram para a sua formação, eliminando-se, assim, quaisquer formas de imputação indireta de custos.

Contudo, e apesar de o POCP tornar obrigatório o sistema de contabilidade analítica, “existem ainda muitas instituições que ainda não deram início a este processo” (Carvalho, Costa & Macedo, 2008, p. 31), pois com a implementação do POCP não fora produzido qualquer modelo de contabilidade analítica.

#### **2.4.2. TERMINOLOGIA/DEFINIÇÃO DOS CUSTOS**

O custo pode ser definido como uma tradução monetária de todos os recursos gastos na concretização de um determinado objeto de custo (Carvalho, 1998). Na mesma linha, o autor refere que para conseguirmos aferir e determinar este custo, é crucial identificar o objeto de custo, podendo este ser um produto ou uma atividade.

Efetivamente não existe somente um custo, “mas tantas configurações de custo quantos os possíveis objectivos da relevação” (Silva, 1991, p. 113), pelo que também Barfield,

---

<sup>3</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97 de 3 setembro, assumindo como requisito legal a implementação de três sistemas contabilísticos: contabilidade orçamental, a contabilidade patrimonial e a contabilidade analítica.

Raiborn e Dalton (1998) enfatizam esta ideia, referindo que diferentes tipos de custos são utilizados para situações também elas diferentes.

Todos os decisores para conseguirem assertivamente tomar decisões necessitam de fixar os seus objetos de custeio de acordo com a sua pretensão, pois só deste modo poderá suportar/fundamentar a sua decisão.

Na senda de Brand e Price (2000), e aplicando o conceito ao âmbito criminal e a propósito da presente investigação, consideramos que custo poderá ser definido como o valor total dos recursos despendidos na prevenção de um crime (custos na antecipação do crime), nos tratamentos médicos necessários no pós vitimação (custos como consequência do crime) e todos os recursos despendidos na punição do criminoso e no restabelecimento da paz social na comunidade (custos como reação ou resposta ao crime).

#### **2.4.3. CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS**

O custo encerra em si mesmo uma complexidade tal, pelo que pode assumir diferentes classificações de acordo com a perspetiva em análise, ilustrada em Apêndice A:

- Relação com o objeto de custo: os custos subdividem-se em custos diretos e em custos indiretos. Os primeiros são diretamente imputados ao objeto de custo (Pinto, Santos & Melo, 2013). A título de exemplo, e se em virtude de analisarmos o salário de um elemento policial *tour cour*, mas antes um salário de um elemento policial única e exclusivamente adstrito às Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV), já o consideramos como um custo direto.

*A contrariu sensu*, os custos indiretos não são diretamente imputados ao objeto de custo, pelo que é necessário a aplicação de técnicas de repartição (Pinto, Santos & Melo, 2013). Quando uma determinada organização se dedica a diversos serviços, como o caso da PSP, coloca um problema no cálculo destes custos, uma vez que estes são comuns a todos os serviços. Como exemplo temos o salário de um elemento policial é um custo indireto porque não é adstrito a uma única atividade. No caso em concreto em análise, e usando como exemplo o patrulheiro, que se encontra de ronda na sua área de atuação e é chamado para uma ocorrência de VD, o seu ordenado não é exclusivo para socorrer situações de VD, mas sim a todas as ocorrências suscetíveis de necessidade de intervenção policial.

Para além dos custos referidos no ponto anterior, existe outro conjunto de custos que, por funcionalmente se referirem a toda a logística de suporte que permite a concretização da atividade operacional, se englobam nos designados custos gerais de fabrico. No caso em

concreto, referimos as rendas, custos de manutenção dos edifícios, custos de eletricidade e os serviços de limpeza.

Neste tipo de custos indiretos, a sua repartição nem sempre é direta pelo que há a necessidade de fazer a sua repartição contrabalançada.

- **Relação com o nível de atividade:** os custos são denominados de custos fixos e custos variáveis. Os custos fixos são os custos que se mantêm constantes independentemente do nível de atividade (Pinto, Santos & Melo, 2013). Este é um custo que existe sempre, independentemente do nível atividade, a título de exemplo referimos, o salário dos elementos policiais independentemente de no horário de serviço dos mesmos ocorra algum crime ou não.

Os custos variáveis são aqueles que variam de forma proporcional consoante o nível de atividade (Pinto, Santos & Melo, 2013), como é o caso do consumo de combustível, que varia de acordo com a atividade operacional com recurso a uma viatura.

De realçar que uma boa gestão organizacional tende a que, marginalmente, se atinja o ponto certo em que custos variáveis alcancem o mínimo valor possível. Pela análise do Gráfico 1 em Anexo A, podemos depreender que o custo fixo apresenta uniformemente um valor constante, independentemente da atividade produzida, ao invés que o custo variável varia diretamente proporcional à variação da atividade produzido. Relativamente ao custo total, sendo este a soma do custo fixo com o custo variável, assume sempre como sua origem o ponto equivalente ao custo fixo, variando consoante a atividade relativa ao custo variável. Caso os custos variáveis sejam nulos, a curva do custo total sobrepõe-se à curva do custo fixo (Samuelson & Nordhaus, 2011).

#### **2.4.4. SISTEMAS DE CUSTEIO: O CUSTO-PADRÃO**

Nas palavras de Matz, Curry e Frank, o custo-padrão é o “custo planeado de um produto, segundo condições de operação correntes e/ou previstas. Baseia-se nas condições normais ou ideais de eficiência e volume” (1987, p. 532). A utilização deste sistema permite um controlo mais atempado dos custos, e assume-se como uma ferramenta preciosa ao nível da programação da atividade produtiva. O confronto dos desvios verificados em relação ao padrão definido permite analisar a eficiência produtiva, sendo o seu objetivo primordial aproximar ao máximo o valor aferido do custo padrão ao custo real da atividade (Ferreira, et al., 2014).

Este sistema de custeio procura estimar o valor monetário de cada centro de custo, numa base unitária, tornando a organização mais eficiente (Pinto, Santos & Melo, 2013).

Barfield, Raiborn e Dalton (1998) enumeram outros benefícios associados a um sistema de custos padrão. Em primeiro lugar, é um método menos dispendioso do que o apuramento permanente dos custos reais. Por outro lado, permite definir metas ao nível dos objetivos, sendo muitas vezes, um instrumento valioso de controlo de custos. E, não menos importante: os custos padrão podem apoiar a tomada de decisão, constituindo boas medidas para analisar o desempenho.

Através da sua simplicidade na implementação e dos reduzidos custos de implementação comparativamente com os restantes métodos, este método compromete-se com o objetivo de determinar os desvios entre os valores monetários efetivamente gastos com os previstos, procurando identificar as conseqüentes causas dos desvios (Ferreira, et al., 2014).

Em abono da verdade, as novas exigências fruto da evolução tecnológica, levaram à criação de sistemas de custeio modernos, como o Custeio Baseado nas Atividades (ABC)<sup>4</sup> ou o sistema *Just in Time* (JIT)<sup>5</sup>. Todavia, nenhum destes é uma solução definitiva ou completa, sendo que cada um, com a sua essência, apresenta um importante contributo para uma melhor gestão.

Concluindo, e de encontro com o objetivo do presente trabalho, a nossa linha de pensamento vai no seguimento de Viceconti e Neves (2000), no sentido em que o custo-padrão estimado é o custo determinado através de uma projeção para o futuro, com base numa média dos custos observados no objeto de custo no passado.

## **2.5. A NOÇÃO DE CRIME**

A origem do crime é remetida à origem do próprio homem, correspondendo desde sempre uma punição à sua prática (Faria, 2014), sendo certo que ao longo dos tempos, o caminho para a definição do conceito de crime tem constituído uma preocupação.

Já em tempos remotos, Platão “viu o crime como sintoma duma doença cuja casa seria tríplice: paixões (ciúme, inveja, ambição e cólera), procura de prazer e na ignorância” (cit. por Dias & Andrade, 1992, p. 7) ao passo que Aristóteles considerava o criminoso como um inimigo da sociedade, atribuindo à miséria e à pobreza a principal causa do crime (cit. por Dias & Andrade, 1992).

---

<sup>4</sup> Consiste na repartição de todos os custos indiretos pelas atividades para posterior imputação de custos ao produto final (Pinto, Santos & Melo, 2013).

<sup>5</sup> Procura fornecer o recurso certo ao local certo no momento certo, para deste modo existir uma melhoria permanente da produtividade e da qualidade dos produto/serviço.

Apesar da tónica dominante deste ponto recair sobre o crime *per si*, não poderemos analisar as demais perspetivas do objeto da criminologia, sem precisamente analisarmos a própria perspetiva histórica da criminologia. Desta forma, propomo-nos, sucintamente e num exercício de analepse, a contrapor as duas grandes escolas de criminologia, a Escola Clássica e a Escola Positiva, expondo as suas principais linhas de pensamento.

A primeira escola de criminologia, oriunda de meados do século XVIII, deve-se a Beccaria (1996), que usando como mote o contrato social, propõe uma equidade entre penas de crimes similares, refutando a distinção de penas entre diferentes classes sociais, pois para o autor somente as leis poderiam fixar as penas de cada delito. Para o economista italiano, o homem comete o crime em busca do prazer, traduzindo a ideia de hedonismo, pelo que a pena aplicada ao criminoso deverá ser suficiente para que o demova à prática do crime (cit. por Ferreira, 2013).

Cerca de um século depois, Cesare Lombroso inaugura a Escola Positiva que pode ser decomposta nos seus diversos ramos do saber em a perspetiva biológica ou fisiológica, a perspetiva psicológica e ainda a perspetiva sociológica. Enquanto a perspetiva biológica e a psicológica se concentram no delinquente ou no criminoso, no sentido de encontrar uma explicação das causas do seu comportamento, a abordagem sociológica desvia-se da pessoa e procura responder à mesma questão, olhando para o ambiente desse delinquente ou criminoso (Ferreira, 2013).

Gottfredson e Hirschi (1990) rejeitam a versão do século XIX do positivismo que foi promulgado por Lombroso e seus seguidores. Para estes autores, as características genéticas são a principal causa do crime, ideia essa profundamente rejeitada no campo da criminologia desde 1920.

No séc. XX, o positivismo perde parte da sua ribalta, tendo que a partilhar com outras correntes como a criminologia clínica e o estudo das carreiras criminais, a tradição durkheimiana, os conflitos de cultura, a reação social à desviância e a criminologia do ato e a escolha racional (Cusson, 2007).

Pese embora, uma definição jurídica oferecer inequivocamente uma precisão e um rigor (Dias & Andrade, 1992) que outra definição não consegue oferecer, diversos autores entendem que o crime é um “ato de força ou fraude levado a cabo pelos interesses próprios” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p. 15).

Por sua vez, Tappan (1947) levou a sua definição de crime a um ponto mais extremo onde apenas aquele que foram punidos pelo sistema judicial são criminosos, ao passo que Sellin defende um conceito sociológico de crime uma vez que o conceito jurídico-legal de

crime se torna ineficiente do “ponto de vista das exigências metodológicas e epistemológicas” (cit. por Dias & Andrade, 1992, p. 70). Na sua visão, torna-se necessário evoluir para um conceito sociológico, já que as normas jurídico-penais apenas “projectam a estrutura normativa dos grupos culturalmente dominantes, reflectindo deste modo os valores e interesses dos grupos sociais que controlam o aparelho legislativo” (cit. por Machado, 2008, p. 29). Desta forma, para Sellin, o crime resulta de um conflito cultural, resultante da desarmonia das leis de um Estado e as normas existentes no grupo em que o criminoso se encontra inserido (cit. por Cusson, 2007).

Isto sucede-se, porque todas as sociedades e os respetivos grupos criados no seio de qualquer sociedade criam as suas próprias normas de integração no grupo (Cusson, 2007). Neste âmbito, é incontornável a abordagem ao conceito de desvio, não só na perspetiva de Durkheim (1985) como da perspetiva de Guiddens (2004), pois não raras vezes os conceitos são confundidos, sendo fulcral delinear os seus limites.

Durkheim veio contribuir para uma clarificação do conceito de crime, com a introdução da noção de desvio, onde para o autor, o crime e o desvio são factos sociais, ambos necessários à sociedade, não existindo sociedade sem crime. Durkheim afirma que o crime é necessário à vida em sociedade, estando o mesmo ligado a condições fundamentais da vida social essenciais à evolução da moralidade e da lei (Durkheim, 1895).

Não obstante, o crime é simultaneamente um facto social patológico e um facto social normal, isto é, dependendo do contexto histórico-social uma determinada prática poderá provocar constrangimento na sociedade e ser criminalizada e com o passar do tempo deixar de o ser, senão vejamos a evolução histórica da prostituição.

Na corrente de Durkheim, Guiddens (2004) define desvio como todo o comportamento adotado que não se coaduna com um conjunto de normas socialmente aceites pela comunidade. É certo que ambos os conceitos, e apesar de seguirem a mesma linha de orientação, não são sinónimos, pelo que o desvio se torna mais vasto do que o próprio conceito de crime.

Naturalmente que o próprio conceito de crime, até então sobretudo desenvolvido pela doutrina, uma vez que os próprios textos legais não o definiam, evoluiu com o passar dos tempos. No entanto, e com o fim de evitar “indefinições, embora com risco de se entrar num domínio que mais curialmente pertenceria à doutrina ou à jurisprudência” (Gonçalves, 2009, p. 54), as leis penais portuguesas adotaram o método de incluir um artigo com um quadro de definições legais respeitante àquele diploma legal.

Em virtude do anterior, a lei estabelece como crime aquilo que é cominado como tal, não se considerando qualquer outra realidade que se desenquadre do âmbito legal.

Qualquer comportamento, ainda que contrarie qualquer norma social, de conduta ou outras não tipificadas na lei, jamais se poderá considerar crime. De acordo com a vertente jurídico-legal, crime, segundo o código de processo penal, é um conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais (Gonçalves, 2009).

Deste modo, a evolução criminal levou a uma necessidade de adaptação por parte da legislação face ao aparecimento de determinados fenómenos criminais, já que o próprio conceito de crime deverá ser constantemente atual face às novas formas de criminalidade que surgem, senão vejamos o exemplo do crime informático.

Atualmente parece-nos consensual que a conceptualização deste conceito deverá ter por base a vertente jurídico-legal e a sociológica, que em boa verdade, só a conjugação de ambas as vertentes permite determinar o conceito global de crime de modo a sistematizar o nosso estudo.

## **2.6. HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Uma bofetada cria uma dor que é esquecida, um pontapé deixa uma ferida que rapidamente é curada, mas nem sempre a VD deixa marcas que são visíveis e efémeras. Num dos seios que deveria ser considerado o mais seguro e o mais acolhedor, a família por vezes não é a fonte de carinho e de felicidade que todos desejam.

As nossas sociedades estão repletas de crueldades cometidas contra as crianças, as mulheres e outros membros da família, mas é sobretudo um fenómeno que tem adotado, por todo o mundo, dimensões muito elevadas e que só foi acusado a partir dos anos 60/70 pelos movimentos feministas (Alves, 2005).

Pese embora, os avanços da legislação portuguesa e de atualmente existir uma maior emoção e rigidez social face ao crime de VD e ao crime de Homicídio em contexto de VD, em Portugal verifica-se, ainda, uma discrepância substancial entre a lei e a realidade da situação, maioritariamente reproduzida pelo facto da maioria das vítimas não utilizarem nem reconhecerem os direitos que têm ao seu dispor, adotando uma atitude passiva.

Ambos os crimes tornaram-se fenómenos infelizmente ubíquos e comuns, que afetam vítimas de muitos e diferentes tipos, nomeadamente crianças, mulheres, idosos, doentes, e outros, claro está. Mas a vulnerabilidade e as estruturas sociais de distribuição desigual de

poder tornam inevitavelmente estas categorias estatisticamente mais prováveis como vítimas (Beleza, 2008).

### **2.6.1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM CONCEITO INTEGRAL?**

Face ao mesmo, fazemos um breve apontamento relativo ao antagonismo que poderá existir em redor da terminologia do crime VD, e por sua vez em redor do crime de Homicídio em contexto de VD. O nosso legislador, quando em 2007 automatizou o crime de VD do crime de Maus tratos, intitulou a todas as práticas previstas no art.º 152 do CP de “Violência Doméstica”. Acontece que, pelo facto de efetivamente a prática de VD enquadrar tipologias que extravasam o seio familiar, existem autores, como Beleza (2008) e Mascoli (2015), que discordam desta denominação, justificando que a denominação de violência familiar ou intrafamiliar surge como um conceito mais abrangente e integrador.

Mascoli (2015), reflete que o conceito “doméstico” é um conceito demasiado limitador para todo o universo que este abrange. Este termo é originário do latim *domus* que denota que o crime é cometido no interior da mesma casa ou que os intervenientes partilham a mesma casa.

Beleza (2008) refere que a expressão *Violência Doméstica* entrou no léxico jurídico vinda da sociologia anglófona, depois de se ter generalizado na linguagem comum (política, jornalística, académica), sendo que a expressão violência familiar fosse uma tradução mais vernácula, razão pela qual possivelmente não ter sido adotado esta expressão.

É no entendimento de Mascoli que todo o tipo de violência, “embora possa ser parte integrante no conceito global de violência “doméstica”, tenha um estatuto especial que, pela sua gravidade e frequência, permita um tratamento particular, seja a nível social, seja a nível jurídico-penal” (2015, p. 19).

Contudo, e tendo em conta que o nosso estudo é um estudo de índole económica, e pese embora recaia sobre um tema fortemente sociológico, este não é o objetivo da nossa abordagem, pelo que, nos cingimos à escolha do legislador, adotando a nomenclatura de VD.

### **2.6.2. PERCURSO LEGAL VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

O crime de VD insere-se na categoria de crimes contra as pessoas, contudo, enquanto crime legalmente previsto apresenta um curto e escasso percurso no nosso ordenamento jurídico. Sendo assim, a VD pode ser definida como



qualquer acto, conduta ou omissão que auxilie para infligir, reiteradamente e com energia, dores físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que resida no mesmo agregado familiar privado (crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital (Machado & Gonçalves, 2003, p.2).

A criminalização autónoma de Maus Tratos entre cônjuges surge pela primeira vez no nosso ordenamento jurídico com o Código Penal (CP) de 1982, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, todavia a primeira lei referente à proteção das vítimas de violência surge apenas em 1991 com a Lei n.º 61/91 de 13 de agosto, responsabilizando o Estado pela execução de medidas como o desenvolvimento de mecanismos de prevenção, proteção e apoio a mulheres vítimas de crime, como a criação do gabinete SOS para atendimento telefónico às mulheres vítimas de crimes de violência e a criação junto dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC's) de secções de atendimento direto às mulheres vítimas de crimes de violência. Contudo, e tal como é visível no Gráfico 2 em Apêndice B, até 1998 não existem registos deste crime, não sendo possível fazer uma análise da evolução do mesmo até então.

Assim, e por consequência da anterior, em 1995, surge uma revisão do CP, através do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, que alterou o texto legislativo referente à incriminação nos casos de maus tratos conjugais. Este crime assumiu uma natureza semipública, incluindo também as ofensas psíquicas neste tipo de crime. No entanto, e o facto de se tratar de um crime semipúblico, dependente de queixa da vítima, prevendo a possibilidade de desistência, contribuiu para uma relativa inutilidade do preceito (Beleza, 2008).

A revisão penal de 1998, levada a efeito através da Lei n.º 65/98, de 2 de setembro, veio novamente introduzir alterações ao art.º 152, alterando a sua natureza, concedendo legitimidade ao MP para avançar com a queixa contra o agressor suspeito sem queixa, não obstante ao facto de a vítima ter a última palavra quanto ao prosseguimento do processo. Esta foi uma alteração significativa, no sentido em que foi uma estratégia desinibidora do constrangimento e receio de represálias. Esta alteração apenas surte efeitos em 1999, o que explica o aumento nesse período.

A Lei n.º 7/2000, de 27 de maio, representou um marco importante na legislação portuguesa no que respeita ao combate jurídico a este flagelo social (Ferreira, 2005), ao

atribuir ao crime de Maus Tratos natureza pública, de modo a que o processo tivesse seguimento independentemente da vontade da vítima.

Com todas estas alterações torna-se perceptível a curva do Gráfico 2 Apêndice B, no sentido em que há um claro aumento das denúncias neste período, porém, é de realçar que, isto não é sinónimo de um aumento do crime, mas sim de um aumento de denúncias.

Posteriormente, e através da Reforma Penal de 2007, o crime de VD previsto no art.º 152º do CP foi automatizado do crime de Maus Tratos previsto no art.º 152º-A do CP. O legislador veio clarificar que os maus tratos físicos ou psíquicos não têm de ser reiterados. Veio também agravar as penas quando o «agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima» e aumentou o número de penas acessórias, permitindo que a pena de proibição de contacto com a vítima possa incluir não apenas o afastamento da residência desta, mas também do seu local de trabalho, podendo o seu cumprimento ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância, alargando a duração da mesma, que pode ir até cinco anos, acrescentando a proibição de uso e porte de armas e a possibilidade do condenado ser obrigado a frequentar programas específicos de prevenção da VD.

No que diz respeito ao registo de ocorrências entre os anos de 2007 e 2008, é possível verificar uma subida acentuada do número de ocorrências, no valor de 34,7%, resultante da Reforma Penal de 2007 onde se automatizou o crime de VD (art. 152º) e o crime de Maus Tratos (art. 152º-A), surtindo efeitos nas estatísticas no ano seguinte, em 2008.

A Lei n.º 19/2013 de 21 de fevereiro veio acrescentar a pessoa do mesmo ou de outro sexo<sup>6</sup> com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro imediatamente antes da referência à relação análoga à dos cônjuges, pelo que ambas as situações serão agora abrangidas pela locução final ainda que sem coabitação. Veio também agravar as penas quando o «agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima» e aumentou o número de penas acessórias. De acordo com os dados retirados das Estatísticas Oficiais da Justiça (Direcção-Geral da Política de Justiça, 2009), existe uma clara diminuição de cerca de 4,6% do ano de 2010 com cerca de 30 340 denúncias para o ano de 2011 com 28 990, existindo uma média anual (1999-2015) de 18 2630 ocorrências registadas pelos OPC's.

A prevalência registada aumentou entre os anos de 1999 (3 420 ocorrências) e 2010 (30 340 ocorrências) a um ritmo quase constante, tendo depois decrescido até 2012 (26 794

---

<sup>6</sup> Fernandes afirma que com esta alteração “inclui-se agora expressamente a pessoa do mesmo sexo, o que está em consonância com a nova redacção do n.º 3 do artigo 13º da Constituição da República, que veda a discriminação em função da orientação sexual” (2008, p. 311).

ocorrências), assumindo posteriormente uma nova tendência de crescimento atingindo em 2014 com 27 305 denúncias. Em 2015, o número total de ocorrências registadas assume o valor de 26 595.

### **2.6.3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EXTREMA: A MORTE**

Sem uma intervenção comunitária atempada e eficaz, a VD pode elevar a gravidade e conduzir ao Homicídio. A VD quando resulta em Homicídio constitui muitas vezes um reflexo do fracasso da comunidade em identificar a sua gravidade e potencial letalidade e simultaneamente desempenhar o seu papel ao nível da intervenção precoce (Castanho, 2013).

A VD extrema implica ofensas graves à integridade física ou a morte da vítima. No entanto, no que concerne ao enquadramento legal desta conduta estamos perante uma nublosa indefinição legal. Não existe efetivamente um paralelo entre a previsão do art.º 152º e as alíneas a) b) e c) do n.º 2 do art.º 132º (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2015), sendo que uma possível relação apenas se denota na norma do n.º 1 do art.º 152º que remete para a aplicação da moldura do tipo mais grave “se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal”.

O Homicídio qualificado surge como um tipo de culpa agravada do Homicídio simples previsto no art.º 131º CP, por força da cláusula geral da especial censurabilidade ou perversidade, devidamente esclarecidos no presente artigo.

É neste âmbito que se ergue o Homicídio conjugal previsto na alínea b) do n.º 2 do art.º 132º do CP, “configurando por isso, *prima facie* o tipo do Homicídio qualificado, mas pode ser desqualificado, face ao carácter não automático das cláusulas do n.º 2 do art.º 132 do CP” (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2015, p. 31). Por outro lado, é importante realçar que os Homicídios ocorridos numa esfera de VD não se esgotam na conjugalidade, abrangendo por sua vez os sujeitos previstos nas alíneas do n.º 1 do art.º 152º. Razão pela qual, a estatística existente referente aos Homicídios ocorridos em contexto de VD é ainda débil, sendo que nem os dados disponíveis nas Estatísticas Oficiais da Justiça refletem esses valores, nem o próprio Relatório Anual de Segurança Interna.

Desta forma, e no sentido de concretizar o objetivo a que nos propusemos de analisar a evolução do crime de Homicídio em contexto de VD, foi imperioso o recurso somente aos dados de Homicídios Conjugais, conforme Gráfico 3 em Apêndice B. De acordo com o Gráfico elaborado, a tendência global é relativamente estável, sendo de realçar o ligeiro decréscimo desde 2009, que nesse ano se regista o pico das condenações por este crime.

Contribuindo para esta nublosa indefinição legal, surge a informação revelada no Relatório de Violência Doméstica (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2015), em que a plataforma *Citius* não apresenta nenhuma filtragem respeitante ao n.º 2 art.º 152º do CP, ao passo que relativo ao “Homicídio qualificado” já o permite.

Perante o enunciado, e devido à exponencial propagação e mediatização social deste crime e da enorme onda de sensibilização movida para este fenómeno, o Homicídio em contexto de VD tem sido apreciado de uma forma mais rigorosa, traduzida em penas mais severas (Mascoli, 2015).

De facto, os factos cujo fim último é a morte da vítima, tem sido entendimento que integram a prática pelo arguido como autor material de Homicídio qualificado previsto e punido pelos art.ºs 131º e 132º n.º 1 e 2 al. b), podendo o agente ser punido com uma pena de prisão até 25 anos. Contudo, os factos indiciados que ocorrem efetivamente em contexto de VD e atento o resultado morte enquadram-se no quadro da VD previsto e punido pelo art.º 152º n.º 1 al) c e n.º 3 al. b), punível com pena de prisão até 10 anos.

É entendimento pois do Ministério Público (MP), conforme processos consultados<sup>7</sup>, que no caso concreto esse crime de VD é consumido pela qualificação mais gravosa, Homicídio qualificado punível com pena de prisão 12 a 25 anos, que consome em concurso aparente outros tipos penais como o caso do crime de VD.

O apuramento dos Homicídios neste contexto de expressão de VD extrema não será de todo simples. Sublinhe-se mais uma vez, que esta forma de violência não se esgota na conjugalidade, podendo existir intervenientes descendentes, ascendentes, irmãos (biológicos ou adotados), ou qualquer outra pessoa que por via de uma outra relação se encontre integrada no seio familiar (Mascoli, 2015).

## **2.7. O CUSTO DO CRIME**

O custo do crime é, essencialmente, uma medida do impacto do crime na sociedade. Dá-nos uma forma de medir o impacto das políticas destinadas a reduzir o crime e suas consequências (Brand & Price, 2000).

Chalfin (2013) identifica o crime como um *non-market goods*, isto é, considera o crime como algo que não se possa ir a uma loja e comprar, como o caso da compra de uma maçã. Face a isto, a análise dos custos do crime e a análise do custo de uma maçã serão totalmente díspares. O autor concretiza a sua ideia ilustrando que enquanto o preço de uma

---

<sup>7</sup> Os processos consultados foram realizados numa visita à 7ª Secção do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), na consulta de processos de Homicídio em contexto de VD transitados e julgados.

maçã é determinado pelo custo de crescimento, embalagem, transporte e venda da mesma, influenciado pela procura dos consumidores, relativamente ao crime não existe mercado. Os consumidores não procuram o crime, pois enquanto a compra de uma maçã é completamente voluntária, a vítima de um crime jamais o será.

Assim sendo, Lourenço identifica que “no cálculo do custo do crime importa assim reter duas dimensões: os custos decorrentes de eventuais prejuízos patrimoniais, da diminuição da produtividade e tratamentos médicos e um montante difícil de calcular associado ao sofrimento, danos de foro mental e psicológico e do risco de morte em caso de vitimação grave” (2010, p. 51).

### **2.7.1. CUSTO PARA A SOCIEDADE NA RESPOSTA AO CRIME**

O crime encerra em si custos para os demais intervenientes na sociedade, ilustrado em Apêndice C.

O impacto mais direto do crime incide na própria vítima. Quando uma vítima, fruto da vitimização, fica incapaz de realizar as tarefas diárias do seu dia-a-dia existe francamente uma perda para a vítima. Este custo pode assumir numa perspetiva intangível nomeadamente sob a forma de dor, sofrimento e medo ou por outro lado poderá traduzir-se em custos tangíveis como contas médicas e perda de dias de trabalho.

O crime gera também tem um impacto sobre as pessoas que não estão diretamente relacionadas com o crime, isto é, pessoas que não sofreram o papel de vitimização. Estas, muitas vezes são afetadas pelo crime, pelo simples facto de a proliferação da notícia de um crime gerar inevitavelmente um sentimento de insegurança. Estas vítimas potenciais poderão ter mais gastos provocados pela perceção do medo que culminam na melhoria da sua própria segurança, como a instalação de alarmes, compra de armas de defesa ou gastos em formação de proteção pessoal.

Por sua vez, o custo mais visível associada à prática criminal é precisamente o envolvimento de estruturas do Estado, seja os custos associados às Forças e Serviços de Segurança (FSS), ao sistema judicial ou ao sistema prisional. Todas estas dimensões acarretam custos inevitáveis ao Estado, aquando um delito criminal, custos esses associados a uma sociedade que pretende punir, reabilitar, ou ainda procurar justiça.

Saindo um pouco da esfera judicial, mas ainda na dependência do Estado, existe outra resposta por parte deste que inevitavelmente acarreta custos, designadamente os programas de prevenção criminal. O Estado gasta recursos na divulgação do problema criminal de modo a evitar novas expressões do crime (Cohen, 2005).

Não obstante habitualmente não se afigurar custos associados ao autor do crime pela sua conduta que consubstancia a prática de um crime, os mesmos existem. Neste contexto, Cohen (2005) considera que para a prática do crime em geral, existem custos despendidos em recursos que auxiliam o criminoso na prática do crime como os gastos em armas.

Por outro lado, quando um criminoso é preso torna-se em termos económicos incapaz pelo facto de não possuir uma atividade salariada, existindo uma perda não só para o criminoso como para a sociedade, já que há uma perda de produtividade para o país. Cohen (2005) refere ainda que existe ainda um outro custo potencial associado ao criminoso, nomeadamente o custo associado ao valor da liberdade, aquando a sua punição corresponda a uma medida restritiva de liberdade.

As instituições de apoio à vítima são uma resposta aos demais crimes, resposta essa que se expressa em sessões de aconselhamento, abrigo temporário e assistência financeira, de modo a procurar aliviar o trauma associado à vitimização.

### **2.7.2. NATUREZA DOS CUSTOS DO CRIME**

Como observado por Cohen (2000), o custo do crime poderá assumir duas diferentes naturezas que se consubstanciam em tangível e intangível.

Os custos tangíveis são custos que facilmente podem ser aferidos economicamente como por exemplo o valor da deslocação de uma viatura a uma ocorrência de VD ou a aferição dos custos médicos ou os custos do próprio sistema de justiça criminal (Chalfin, 2013). A princípio, poderá parecer que os custos tangíveis do crime serão relativamente simples de estimar, no entanto, como no seguimento da presente dissertação será observável, existem determinadas vertentes, que pela falta de dados existentes relativo ao custo do crime em particular colocará alguns impedimentos na elaboração dos mesmos.

Por sua vez os custos intangíveis são relativos à perda da qualidade de vida resultante do medo do crime ou os efeitos psicológicos de vitimização (Heaton, 2010). A título de exemplo referimos o custo do sofrimento de uma vítima de VD que poderá ser traduzido na perceção do medo, da dor, do sofrimento e na perda de qualidade de vida.

A medição de custos intangíveis encerra em si uma dificuldade acrescida, tendo sido alvo de diversas metodologias de aferição de custos por diversos autores como Cohen (1988), Cohen e Miller (2003) e Dolan e Moore (2007).

Pese embora, efetivamente os custos intangíveis serem uma componente substancial na aferição global do custo do crime, no presente estudo iremos apenas abordar os custos tangíveis.

### 2.7.3. A ABORDAGEM *BOTTOM-UP*

Não sendo tarefa fácil a aferição dos custos de qualquer produto final, é fulcral a escolha de uma de duas abordagens. Cohen (2007) e Detotto e Vannini (2010) afirmam existirem duas abordagens possíveis, a *Bottom-up* e a *Top-Down*, não sendo nenhuma necessariamente menos eficiente que outra.

A abordagem *top-down*<sup>8</sup> consiste em estimar os custos do crime a partir de uma única fonte de dados, nomeadamente através de inquéritos por forma a avaliar as perceções das pessoas acerca do crime, apresentando a desvantagem de não permitir a desagregação dos vários componentes dos custos (Cohen, 2007). Nesta abordagem existe uma desagregação do montante despendido pela entidade, procedendo-se à alocação do valor despendido nas atividades relacionadas com o crime em análise.

Por seu turno, a abordagem *Bottom-Up* é uma abordagem que procura identificar todos as componentes de custos associados ao crime em estudo (Cohen, 2007). A nossa escolha prevaleceu sobre esta abordagem, pelo facto de discriminar cada componente associada ao crime em estudo, o que permite, na nossa perspetiva, uma abordagem mais rigorosa e fidedigna (Chalfin, 2013), até porque uma informação desagregada e detalhada, permite numa fase posterior uma análise mais particularizada e cirúrgica, fornecendo contributos importantes para os decisores políticos (Detotto & Vannini, 2010).

No entanto, esta abordagem poderá apresentar uma fragilidade, pelo facto de existirem uma grande variedade de componentes de custo, sendo impossível aferir todos (Detotto & Vannini, 2010). Outra fragilidade é referente aos dados intangíveis, como a dor e sofrimento, que não são tão facilmente avaliados por esta abordagem, tal como refere Cohen (2007) e Ludwig (2010), uma vez que esta abordagem se centra em dados retrospectivos. Contudo, o nosso estudo não se centra como já referido, nos custos intangíveis, mas antes nos tangíveis, pelo que a nossa opção se centrou nesta abordagem.

---

<sup>8</sup> Para a aferição dos custos dos crimes dos condutores da cidade do Porto, a autora recorreu a esta abordagem, procedendo “numa primeira fase, à desagregação do montante despendido por um determinado organismo em montante destinado a atividades relacionadas com o crime e montante destinado a atividades não relacionadas com o crime. Seguidamente, procede à alocação do valor despendido em atos relacionadas com o crime a tipos de crimes específicos” (T. Dias, 2012, p. 65).

## ***CAPÍTULO III***

### ***ENQUADRAMENTO PROCESSUAL***

#### **3.1. ANÁLISE PROCESSUAL – NOTÍCIA DO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

##### **3.1.1. URGÊNCIAS - SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA**

O Sistema Nacional de Saúde (SNS), através do serviço de urgência<sup>9</sup>, acaba por ser muitas vezes o ponto de socorro das vítimas de VD. Se por um lado ocorrem a este sempre que dessa violência resultam lesões de maior gravidade, por outro deslocam-se a este após a intervenção das Forças de Segurança, onde as encaminham ao serviço de urgência com o fim de serem prestados os devidos socorros. Neste campo, o SNS, na sua vertente das Urgências Hospitalares é grande parte das vezes, “a «porta de entrada» das situações de VD, sendo por isso uma plataforma privilegiada de diagnóstico, encaminhamento e acompanhamento desta problemática” (Silva 2009, p. 32).

No serviço de urgência, e sempre que uma vítima se dirige a este serviço<sup>10</sup>, o utente é inscrito no sistema disponível e posteriormente atendido por um enfermeiro, segundo o Protocolo de Manchester, com o objetivo de lhe ser atribuída uma prioridade e um encaminhamento para uma especialidade, de modo a ser mais tarde observado por um médico (Lopes, Gemito & Pinheiro, 2012), seguindo em diante os demais procedimentos elencados em Apêndice D<sup>11</sup>.

De referir ainda que, e de acordo com o art.º 3 do Despacho n.º 10319/2014, o serviço de urgência básico deverá no mínimo ter à sua disposição dois médicos, dois enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica de áreas profissionais adequadas, de acordo com a diversidade dos exames a efetuar, um assistente operacional com funções de auxiliar de ação médica e um assistente técnico, por forma a conseguir satisfazer todas as necessidades dos utentes no serviço de urgência.

---

<sup>9</sup> Fluxograma de encaminhamento de vítimas de VD no serviço de urgência em Apêndice D.

<sup>10</sup> No Centro Hospitalar Lisboa Central, sempre que na admissão seja dado conhecimento da situação de VD em que a vítima se encontra, a sua causa de admissão consta como Violência Doméstica. Acontece que, e ao analisarmos a Tabela 1 Anexo B, nos apercebemos que apenas 22 causas de admissão correspondem a cenários de VD. Isto naturalmente se sucede, por as vítimas não identificarem *à priori* a sua situação, pelo que são enquadradas na causa de admissão de agressão. Sucede-se que, e pese embora, nem todas as admissões com causa em agressão são necessariamente situações de VD, porventura certamente que uma parte delas deveria ter sido enquadrada na causa de VD.

<sup>11</sup> Os procedimentos elencados em Apêndice D foram adaptados da Circular Informativa DOV.101 de 5 de outubro de 2015 do Centro Hospitalar de Lisboa Central que refere os procedimentos a adotar perante pessoas vítimas/suspeita de violência sexual. Segundo fonte do Hospital de S. José, não existe um procedimento em concreto para casos de VD, por se aplicar procedimentos homólogos ao referido.



### 3.1.2. POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O procedimento criminal inicia-se com a notícia do crime, que pode ter lugar através da apresentação de queixa por parte da vítima de crime ou da denúncia do crime por qualquer pessoa ou entidade, numa Esquadra da PSP<sup>12</sup>, Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR), na Polícia Judiciária (PJ) ou diretamente no MP.

A notícia do crime é comunicada presencialmente pela vítima numa esquadra policial<sup>13</sup>, sendo que a vítima ao dirigir-se a esta é recebida por um elemento policial que desempenha funções de graduado de serviço, em regra, da categoria de Chefe<sup>14</sup>.

O expediente elaborado pelo graduado de serviço prende-se com a elaboração de um auto de denúncia através de um auto devidamente padronizado para situações de VD, conforme Anexo C. Juntamente com este autos são elaboradas as demais peças necessárias mencionadas em Apêndice G. É elaborado o RVD-1L<sup>15</sup>, disponível em Anexo D, pretendendo determinar a natureza do risco, discriminado em Apêndice H, que o(a) agressor(a) representa para a vítima, elaboração esta obrigatória para todas as denúncias iniciais de VD. Posteriormente, esse expediente seguirá a despacho ao Comandante de Esquadra, onde poderá ordenar o cumprimento de determinadas medidas em função da gravidade do caso. Seguidamente o expediente seguirá o curso habitual interno de uma peça de expediente.

Por forma a desempenhar uma intervenção adequada e eficaz a este fenómeno, o graduado de serviço deverá ainda seguir os procedimentos previstos na Tabela 2 em Anexo E, procedimentos esses essenciais à promoção da segurança, de acordo com o nível de risco resultante da avaliação.

Posteriormente, o elemento deverá notificar a vítima para comparência no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF) para realização do exame direto, conforme Anexo F.

Sempre que estamos perante uma situação de risco elevado, de imediato o graduado de serviço contacta a Unidade Metropolitana de Informações Criminais (UMIC), por forma a efetuar a marcação da inquirição da vítima na agenda eletrónica do investigador da

---

<sup>12</sup> Fluxograma de atuação perante denúncia de VD numa Esquadra da PSP em Apêndice E.

<sup>13</sup> Conforme Gráfico 4 em Apêndice F, o meio de comunicação da queixa do crime de VD mais comum em 2015 do crime de VD é a forma presencial numa esquadra da PSP.

<sup>14</sup> Na 1ª Divisão Policial do COMETLIS, foi criado um projeto piloto, o Espaço Júlia, por forma a dar uma resposta mais integrada e mais especializada de apoio à vítima, pelo que o protocolo estabelecido nesta divisão enuncia que todas as ocorrências desta índole, serão devidamente encaminhadas para este espaço, por forma a dar uma resposta mais especializada. Juntamente no Espaço Júlia, existe um Técnico de Apoio pertencente à Junta de Freguesia de St. António que realiza por sua vez a caracterização psicossocial da vítima.

<sup>15</sup> Criado através da Diretiva Operacional nº 32/2014 de 31 de Outubro de 2014 da PSP.

Esquadra de Investigação Criminal (EIC), no dia útil seguinte<sup>16</sup>. Caso contrário, a inquirição será realizada mais tarde, em sede de investigação.

Por outro lado, e com a inclusão de conceitos como o de proximidade na atuação policial (Durão, 2010), surge uma abordagem proativa prestada pela PSP, precisamente através da atuação das EPAV<sup>17/18</sup>.

Estas são a primeira linha de apoio, sendo cruciais no que respeita à sinalização de grupos de risco. A vantagem destas equipas é o facto de através de uma intervenção célere, ajudarem a vítima a aceder a instituições de apoio, se manterem em contacto com a vítima e de terem formação para reagir de forma adequada a situações tão sensíveis como a presente, pois só desta forma conseguem transmitir um sentimento de segurança.

Assim sendo, e após a denúncia/ocorrência de VD, estas equipas apresentam um 2º nível de intervenção, sendo estas as equipas responsáveis por fazer uma segunda reavaliação do risco para a vítima, e analisar a evolução da situação.

De acordo com o resultado do RVD-1L, é variável o momento de aplicação da RVD-2L, conforme Tabela 3 em Anexo G.

Para a aplicação do RVD-2L, exemplar em Anexo H, a vítima é notificada para comparecer nas instalações da EPAV, nomeadamente em sala designada para o efeito, sala de apoio à vítima, para ser inquirida, em regra, por 2 elementos desta equipa, sendo que posteriormente esta peça seguirá o curso habitual interno à semelhança do restante expediente.

Em paralelo com este policiamento de proximidade, existe efetivamente um processo de investigação em curso, pelo que, em Lisboa, o MP delega competências de investigação do processo na PSP, nomeadamente na Divisão de Investigação Criminal (DIC), que por sua vez delega competências na 7ª EIC<sup>19</sup>, cuja equipa contempla elementos especializados neste crime. As denúncias ou notícias de VD implicam a abertura de um processo-crime, sendo que o MP posteriormente delega a competência de investigação na PSP, nomeadamente no Sistema de Investigação Criminal.

Neste momento dá-se início à fase de inquérito que “compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a

---

<sup>16</sup> Este procedimento surge de um protocolo estabelecido entre o Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS) e a 7ª Secção do DIAP de Lisboa, por forma a acelerar o processo.

<sup>17</sup> Implementadas pela Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de maio, relativa ao Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) na PSP, que posteriormente a nomenclatura evolui para Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP), onde são constituídas as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) e as Equipas do Programa Escola Segura (EPES).

<sup>18</sup> Fluxograma de atuação das EPAV em Apêndice I.

<sup>19</sup> Fluxograma de atuação da EIC em Apêndice J.

responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação” segundo o art.º 262º n.º1.

Conforme Braz (2010), o inquérito no crime de VD é sobretudo produzido através da prova pessoal, pelo que o seguimento deste depende sobretudo da vontade da vítima. Esta prova pessoal visa a “percepção das atitudes e comportamentos inerentes às acções e omissões humanas” (Alves, 2012, p. 105).

Naturalmente que cada inquérito é peculiar entre os demais, no entanto existem pontos comuns, nomeadamente o despacho de delegação de competências de investigação por parte do MP na PSP e os mandados de comparência com a respetiva certidão de positivo/negativo para inquirição das testemunhas e vítima na EIC.

Da mesma forma que é emitido um mandado de comparência para o denunciado, onde no momento em que comparece na EIC, conforme art.º 58º do Código Processo Penal (CPP), é constituído arguido, prestado Termo de Identidade e Residência (TIR) e em ato posterior é interrogado. Após a constituição de arguido é elaborado um pedido de validação do ato processual ao MP.

Mas para além desta ferramenta poderão ser utilizadas mais duas: a informação e a instrumentação. A primeira faz-se valer da tecnologia e de técnicas do investigador para a correlação e cruzamento de dados que permitem a produção de informação criminal, ao passo que a segunda é uma ferramenta utilizada com recurso à investigação criminal laboratorial por forma a detetar vestígios (Alves, 2012). A título de exemplo, elencamos o pedido de informação solicitado por parte do investigador ao Núcleo de Armas e Explosivos (NAE) referente ao registo de posse de armas por parte do suspeito. Da mesma forma que interessa perceber se existem mais inquéritos, ou se houve outras ocorrências em que o agressor é denunciado pela prática de crimes da mesma natureza (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2015).

Por fim, e se mais diligências não se relevarem necessárias à produção de prova no âmbito do inquérito, dá-se por concluído os autos e remetem-se os mesmos ao MP.

A Lei Quadro de Política Criminal, prevista na Lei n.º 38/2009 de 20 de julho, torna o crime de VD um crime de investigação prioritário pelo que, implica diretamente uma afetação de recursos maior, o que consequentemente implica um custo maior.

### 3.1.3. INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES

O INMLCF<sup>20</sup>, nesta fase, coopera com a Justiça, na medida em que, em casos de VD onde existam indícios de agressões físicas praticadas contra a vítima, a PSP notifica a vítima para comparência desta no INMLCF, e envia para o mesmo cópia da certidão da notificação e cópia do auto. Deste modo, é realizado um exame direto<sup>21</sup> no âmbito da clínica forense, que consiste na avaliação do dano corporal<sup>22</sup> causado na vítima. Posteriormente, o relatório realizado é apensado ao processo no MP.

### 3.1.4. MINISTÉRIO PÚBLICO

O MP<sup>23</sup> aprecia a legitimidade do queixoso, denunciante ou participante, a par da verificação da ocorrência de um crime, dirigindo o inquérito conforme alínea b) do n.º 2 do art.º 53º do CPP e promoção da execução das penas e medidas de segurança necessárias de acordo com a alínea e) do n.º 2 do art.º 53º e 469º do CPP, sendo, nos termos da lei, o *dominus* do inquérito, como titular da ação penal.

No DIAP de Lisboa, a investigação do ilícito de VD cabe à 7ª secção que compreende a Unidade Contra a Violência Doméstica, sendo que este departamento “há muito que funciona com especializações por secção, pelo que logrou igualmente concentrar a distribuição dos inquéritos de VD na sua 7ª secção” (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2015, p. 7), por forma a especializar e a concentrar conhecimento numa só secção para deste modo se tornar mais eficiente.

O inquérito inicia-se com o despacho de abertura do inquérito do Magistrado do MP, conforme art.º 262º, conferindo aos OPC's a competência de iniciar as devidas diligências e a investigação, conforme art.º 270º do CPP (Direção-Geral da Administração da Justiça, 2013).

Se durante o inquérito tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado crime e de quem foi o seu agente, o MP, no prazo de 10 dias, deduz acusação contra aquele de acordo com o n.º 1 do art.º 283º.

Acontece que, no ano de 2014, 76,9% dos inquéritos comunicados resultou em arquivamento, 17,8% em acusação e 5,2% em suspensão provisória do processo SPP, conforme Tabela 4 em Anexo I. Analisando os motivos de arquivamento constata-se que

---

<sup>20</sup> Fluxograma de atuação do INMLCF em Apêndice K.

<sup>21</sup> Acerca das normas procedimentais a adotar na realização de exames em casos de suspeita de VD consultar NP-INMLCF-007 de setembro de 2013.

<sup>22</sup> De referir, que outros exames poderão ser realizados neste âmbito, consoante as necessidades de cada caso, como por exemplo a realização do exame de natureza sexual.

<sup>23</sup> Fluxograma de atuação do MP em Apêndice L.

dos 76,9% dos processos arquivados que cerca de 18,9 % foram arquivados ao abrigo do art.º 277º n.º 1 do CPP (ausência de crime/arguido não o praticou), 73,1% ao abrigo do art.º 277º n.º 2 do CPP (falta de prova) e 7,9 % ao abrigo do art.º 282º n.º 3 do CPP (finalização de SPP), conforme Tabela 5 em Anexo I (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2015). Isto acontece, precisamente pelo já enunciado na presente investigação, pelo facto de a prova não raras vezes se suportar sobretudo na prova pessoal, prova essa que poderá ser diminuta devido ao art.º 134º do CPP, em que a vítima poderá prescindir de prestar declarações.

Havendo indícios da prática de crime, pode o MP optar pela suspensão provisória do processo<sup>24</sup>, decisão essa que pode conduzir ao arquivamento do processo sem julgamento, nos casos em que o crime for punível com pena de prisão não superior a 5 anos ou com sanção diferente da prisão, conforme nº 1 do art.º 281º.

O MP, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, determina, com a concordância do juiz de instrução, a suspensão do processo, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta, sempre que se verificarem os seguintes pressupostos elencados em Apêndice M.

Tendo em conta que apenas 17,8% efetivamente seguem para acusação, sendo que os restantes 76,9% são arquivados ou 5,2% acabam em suspensão provisória do processo<sup>25</sup>, para efeitos de contabilização de custos, consideramos o arquivamento do processo por falta de prova conforme art.º 277º nº 2 do CPP.

---

<sup>24</sup> Em determinadas Comarcas, será condição, no âmbito da Suspensão Provisória do Processo, a integração do Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD). Esta resposta estruturada destinada a agressores de VD procura uma intervenção completa por forma a diminuir a reincidência da prática criminal (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013). Evidentemente que este programa acarreta custos para o Estado, contudo, tendo em conta a sua expressão no nosso universo de estudo, e uma vez que é um projeto que se encontra nos seus primeiros anos de implementação não abrangeremos os seus custos.

<sup>25</sup> Aliado a estes factos numéricos, a experiências dos profissionais no terreno refletem também esta realidade: “Entre os investigadores criminais é considerado que quando uma vítima se arrepende da denúncia, quando resolve não cooperar durante o inquérito ou nega declarações anteriores na fase de instrução, aquele processo irá redundar em Suspensão provisória. [...] Desse modo, na investigação criminal, o sentimento de impotência dos agentes alia-se a um sentido de despropósito e de desperdício do seu trabalho e de recursos do Estado” (Durão & Darck, 2012, p. 19).

## **3.2. ANÁLISE PROCESSUAL – NOTÍCIA DO CRIME DE HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

### **3.2.1. POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

A notícia do crime de Homicídio surge por via da linha 112<sup>26</sup> na área da competência territorial da PSP<sup>27</sup>, solicitando o apoio das autoridades para deslocação ao local do crime. Via central rádio é de imediato acionado o carro-patrolha da área da ocorrência para se deslocar ao local designado. O carro-patrolha é constituído por dois elementos policiais, da classe de agentes. Tendo em conta que estamos perante uma ocorrência grave e, tendo em conta toda a sua substância, no COMETLIS é procedimento que o Supervisor Operacional se desloque ao local da ocorrência, constituído por um chefe mais um elemento policial com a função de motorista.

No seguimento da chegada ao local da primeira força policial, esta depara-se com indícios claros da prática do crime, preenchendo os pressupostos da detenção em flagrante delito previstos no art.º 255º e 256º do CPP<sup>28</sup>. De imediato, o OPC efetua uma revista sumária de segurança ao suspeito e dá voz de detenção ao mesmo, procedendo à detenção do suspeito com o auxílio dos demais materiais policiais<sup>29</sup> que detêm para condução ao estabelecimento policial. Contudo, antes de um cenário de crime, existe efetivamente um cenário de emergência, pelo que associada a esta prática criminal, é urgente o apoio médico imediato, levando à deslocação de uma ambulância do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) ao local, cujos procedimentos serão dissecados mais à frente na presente investigação.

Dependendo das horas em que decorre esta detenção os procedimentos poderão ser díspares. Caso a detenção se efetue em horário de expediente<sup>30</sup> o suspeito após condução à unidade policial é conduzido ao tribunal para ser presente ao Juiz de Instrução Criminal (JIC) de acordo com o art.º 254º do CPP. Caso o suspeito seja detido fora de horário de expediente, apenas poderá ser presente ao JIC no dia útil seguinte, sendo detido nos quartos de detenção<sup>31</sup> da Divisão Policial respetiva. É certo que, o detido apenas recolhe

---

<sup>26</sup> Fica assim, no Centro de Comando e Controlo (CCC), registada a comunicação da ocorrência em suporte informático, onde constam os meios que foram acionados e o modo como a ocorrência foi gerida/resolvida.

<sup>27</sup> Fluxograma de atuação intervenção de 1ª Linha da PSP em Apêndice N.

<sup>28</sup> Conforme informação recolhida junto de Inspectores da Polícia Judiciária, raros são os casos de Homicídio inseridos num contexto de VD em que a detenção do suspeito não ocorre em ato seguido ao crime.

<sup>29</sup> Nomeadamente algemas que são adquiridos a título próprio pelo elemento policial.

<sup>30</sup> Das 9h00 às 17h00.

<sup>31</sup> Tendo em conta os direitos humanos do detido e conforme Circular n.º 02671 de 9 de agosto de 2004 da Polícia de Segurança Pública é fornecida uma refeição para o jantar e outra para o pequeno-almoço. Relativamente ao alojamento, deverão ser fornecidos roupa adequada à dormida.

aos calabouços, caso em ato seguido à detenção não seja possível a apresentação ao Juiz, mas este pressuposto tem de ser cumulativo com o facto de o crime praticado apresentar um limite máximo de pena superior a 5 anos, sendo neste caso os requisitos preenchidos.

O expediente elaborado pelos elementos do carro-patrulha prende-se com a elaboração de um auto de notícia por detenção, juntamente com as demais peças necessárias e mencionadas em Apêndice O. Posteriormente os originais do expediente são entregues no tribunal competente, assim como o suspeito é, conforme já enunciado, conduzido ao tribunal para ser presente ao JIC, cujo procedimento será posteriormente analisado.

Posteriormente, e em virtude de o crime em análise, de acordo com a Lei de Organização e Investigação Criminal (LOIC), ser um crime cuja investigação é da competência reservada da PJ, é de imediato solicitado ao CCC que faça o acionamento da mesma.

Durante todo o processo em que a PJ toma conta do cenário de crime, os elementos do carro-patrulha aguardam no local do crime, delimitando e garantido o perímetro de segurança adequado à preservação do local a examinar.

No entanto, os OPC's têm muitas vezes necessidade de agir, em termos processuais penais, antes da intervenção da AJ. É exatamente esta situação que o CPP vem regular, no art.º 55º n.º 2 conjugado com os art.ºs 248º ao 253º do CPP com as Medidas Cautelares e de Polícia, de modo a assegurar os meios de prova. Para tal, é acionada a Brigada de Prevenção Criminal (BPC), constituída, em regra, por 3 elementos policiais, que efetivamente garantem a preservação do local do crime.

Após a notícia do crime a BPC<sup>32</sup> desloca-se ao local do crime para garantir a contenção do local do crime, até à chegada do OPC com competência de investigação, neste caso a PJ. No tempo que medeia a chegada dessa Polícia, a BPC efetua todas as diligências necessárias, no que concerne à recolha de toda a informação possível junto das testemunhas, assim como praticar todos os atos cautelares necessários e urgentes por forma a assegurar os meios de prova, de acordo com o art.º 249º do CPP. Aquando a chegada da Polícia competente é transmitida toda a informação.

Após todas as diligências realizadas no local do crime pelos OPC's competentes, e após a autorização por parte da AJ, é ordenada a remoção do cadáver para a morgue, determinando a realização da autópsia médico-legal.

---

<sup>32</sup> Fluxograma de atuação da BPC em Apêndice P.

Para isso, o COMETLIS dispõe do serviço de automaca<sup>33</sup>, constituído por equipas de 2 elementos da classe de agentes da PSP que, juntamente com a carrinha automaca, se deslocam ao local do crime para proceder à remoção do cadáver para o INMLCF. Antes de efetuarem a remoção do corpo, efetuam uma avaliação preliminar em conjunto com os elementos da equipa do INEM. De realçar, que a entrega do corpo ao INMLCF tem de se fazer acompanhar do expediente<sup>34</sup> elaborado pelos elementos do carro-patrolha que tomaram conta da ocorrência. Após a entrega do corpo, os elementos da automaca preenchem uma folha de consumo interno, o verbete de remoção conforme Anexo J.

### **3.2.2. INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA**

Num cenário de emergência médica<sup>35</sup>, imediatamente deverá ser acionado através do número europeu de emergência, 112, os meios de emergência necessários para o local. Esta chamada efetuada é de imediato transferido para o Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) que controla e gere todos os meios de emergência médica, de acordo com os sinais, sintomas e todas as informações revelados no momento da chamada. Numa situação como a em análise, é por norma acionada uma ambulância Suporte Imediato de Vida (SIV) sendo tripulada por um enfermeiro e um técnico de emergência, com o objetivo de realizar uma estabilização pré-hospitalar (Instituto Nacional de Emergência Médica, 2015).

Na chegada ao local, e os profissionais de saúde ao depararem-se com um cenário de emergência, onde já não conseguem realizar manobras de estabilização pré-hospitalar, verificam efetivamente o óbito da vítima, sendo a certificação do óbito efetuada mais tarde pelo perito médico-legal.

### **3.2.3. POLÍCIA JUDICIÁRIA**

Com a confirmação da autoridade competente para a investigação, que, à exceção dos casos em que o MP, entidade titular da investigação, indica outra autoridade policial, é competência reservada da PJ, face à complexidade do fenómeno (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2015).

---

<sup>33</sup> Fluxograma de atuação da Automaca em Apêndice Q.

<sup>34</sup> O expediente é realizado em triplicado, sendo que o original é remetido para o MP, a primeira cópia é enviado para o registo do COMETLIS e a segunda cópia, acompanhada do original da verificação de óbito é remetido ao INMLCF.

<sup>35</sup> Fluxograma de atuação do INEM em Apêndice R.



Após o deslumbre claro de indícios de prática criminosa da competência de investigação da PJ<sup>36/37</sup>, de imediato se entra em contacto com o serviço de piquete, que por sua vez contacta o grupo da Brigada de Homicídios (2 elementos e 1 chefe de equipa) que se encontra em prevenção passiva<sup>38</sup> para se dirigem ao local do crime. A partir do momento em que é acionado este grupo, entram em prevenção ativa<sup>39/40</sup>.

No local inicia-se a inspeção Judiciária, sendo realizado um exame ao local do crime conjuntamente com todas as diligências necessárias à recolha de informação, sendo posteriormente elaborado relatório de inspeção judiciária.

Após a realização de todas as diligências possíveis no local do crime, o processo é distribuído a um investigador<sup>41</sup> por forma a concluir as demais diligências necessárias à produção de prova, como as inquirições a todos que possam contribuir com informação útil para o processo, assim como a análise de outras informações, nomeadamente através da colaboração com outras Forças de Segurança como a PSP, para tomar conhecimento da existência de um histórico de VD.

Em sede de investigação criminal, o inspetor procura reconstituir os factos, de modo a transpor a cena do crime para o cenário de julgamento.

#### **3.2.4. LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA**

Cabe ao Laboratório de Polícia Científica (LPC)<sup>42</sup> contribuir para a realização da Justiça através de uma resposta pericial no domínio da polícia científica. Este laboratório procura pesquisar, recolher e registar vestígios da cena do crime de forma a realizar perícias no domínio da ciência forense, como a balística, biologia, documentos, escrita manual, física, lofoscopia, química e toxicologia.

Após a notícia do crime, dirigem-se ao local as Equipas de Local do Crime (2 elementos) que recolhem informação e todos os meios de prova, sinais e vestígios

---

<sup>36</sup> Fluxograma de atuação da PJ em Apêndice S.

<sup>37</sup> O processo e toda a análise de custos foi circunscrito à Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo.

<sup>38</sup> A prevenção passiva consiste na disposição temporal de um grupo de uma brigada da secção de Homicídios para assumir o serviço durante 7 dias, em horário fora de expediente, independentemente de prestar serviço efetivo ou não (Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, 2013).

<sup>39</sup> A partir do momento em que o grupo se encontrava em prevenção ativa, é chamado à prestação efetiva de trabalho (Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, 2013).

<sup>40</sup> Assim sendo, e “consoante os funcionários respectivamente, integrem as unidades de prevenção e sejam chamados à prevenção efetiva de trabalho, integrem as unidades de prevenção e sejam chamados à prestação efetiva de trabalho ou não integrem a unidade de prevenção e sejam, nos termos do despacho em epígrafe, chamados à prestação de serviço fora do horário normal do trabalho” (Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, 2013, p. 7).

<sup>41</sup> Efetivamente o processo é entregue somente a 1 investigador, sendo coadjuvado pelos restantes elementos da brigada.

<sup>42</sup> Fluxograma de atuação do LPC em Apêndice T.

existentes para elaborar um relatório de exame pericial com a reprodução fotográfica do material, exame lofoscópico ao material, apreciação técnica de eventuais vestígios lofoscópicos revelados no exame com as impressões digitais e palmares recolhidas ao suspeito, pesquisa e comparação dos vestígios lofoscópicos no sistema automatizado de identificação lofoscópica (estas são algumas possibilidades de exames).

Posteriormente são realizadas as perícias de 2ª linha<sup>43</sup>, sujeitos ao protocolo respetivo de acordo com a área científica correspondente, para numa fase posterior ser elaborado o relatório pericial de acordo com o art.º 157º CPP.

### **3.2.5. INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES**

Na parte que aqui releva, o INMLCF<sup>44</sup> tem a função de cooperar com os tribunais e demais serviços e entidades que intervêm no sistema de administração da justiça, realizando os exames e as perícias de medicina legal que lhe forem solicitados, nos termos da lei, bem como prestar-lhes apoio técnico e laboratorial especializado, no âmbito das suas atribuições.

O regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses dispõe que a certificação dos óbitos são da competência dos médicos, sendo que, em situações de morte violenta ou de causa ignorada, e quando o óbito for verificado fora de instituições de saúde, deve a autoridade policial comunicar o facto, no mais curto prazo, à AJ competente, solicitando a comparência do perito médico da delegação do INMLCF, procedendo este à verificação do óbito (Provedor de Justiça, 2012). Após todas as diligências tomadas no local pelo perito médico, o cadáver é transportado para as instalações do INMLCF, por forma a ser sujeito a um exame pericial do hábito externo, sendo posteriormente realizada a autópsia (com a autorização da AJ)<sup>45</sup>.

Assim, a autópsia médico-legal<sup>46</sup> tem lugar em situações de morte violenta ou de causa ignorada, juntamente com a elaboração dos relatórios periciais finais das autópsias médico-

---

<sup>43</sup> O desenvolvimento da ciência contribui em muito para o enorme desenvolvimento deste laboratório, aumentando em larga escala a sua eficiência. Acontece que associada a este desenvolvimento, inevitavelmente os custos associados são elevados, não procurasse este laboratório estar constantemente munido da melhor tecnologia para cumprir a sua missão. Em conversa informal com os demais investigadores, apuramos que a preocupação destes jamais será a dinâmica económica, apesar da sua consciência do cenário de crise económica que o país atravessa. As suas preocupações centram-se no fim último da descoberta da verdade material dos factos ocorridos, provando-os e demonstrando-os de forma total e rigorosa através dos meios que dispõem.

<sup>44</sup> Fluxograma de atuação do INMLCF em Apêndice U.

<sup>45</sup> De realçar, que consoante a necessidade do caso, o perito poderá realizar outros exames pertinentes.

<sup>46</sup> Acerca dos procedimentos a adotar na realização de uma autópsia consultar: NP-INMLCF-008 de 2013: Recomendações quanto aos procedimentos gerais de realização de autópsia.

legais, realizadas por um médico perito, coadjuvado por um auxiliar de perícias tanatológicas.

### **3.2.6. PROCESSO JUDICIAL**

#### **3.2.6.1. ITER PROCESSUAL MINISTÉRIO PÚBLICO**

Existem diversas formas de o MP<sup>47</sup> ter conhecimento do crime, no entanto, em regra o Comandante de Esquadra da área onde se sucedeu o crime (ou o Oficial Dia), transmite a notícia ao Procurador-adjunto de turno junto do DIAP de Lisboa, a par da comunicação ao OPC competente, neste caso a PJ como já referido.

No DIAP de Lisboa, “não apenas os inquéritos por Violência Doméstica como os relativos a Homicídios em contexto de Violência Doméstica são distribuídos à 7ª secção, desde que esta assumiu a especialização” (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2015, p. 11).

Como o indivíduo suspeito da prática do crime de Homicídio, foi detido em flagrante delito, por norma deverá ser julgado em processo sumário. No entanto, e uma vez que porventura deverá ser aplicada “in casu” pena de prisão superior a 5 anos (limite à submissão do arguido a julgamento em processo sumário) tornam-se essenciais outras diligências à descoberta da verdade material, cuja realização não é possível no prazo máximo de 15 dias de acordo com o art.º 387º nº2 al. b) e c) não se conhecendo, por exemplo, em tempo útil o relatório de perícia médico-legal.

O Procurador-Adjunto manda remeter os autos ao Tribunal Instrução Criminal (TIC) de Lisboa para 1º interrogatório judicial de arguido detido, sendo este interrogatório realizado na presença do Procurador-Adjunto do MP, Oficial de Justiça e do Defensor<sup>48</sup>. Posteriormente, e perante os factos, é aplicada uma medida de coação, nomeadamente no caso em concreto a prisão preventiva por se cumprir os pressupostos do art.º 202º do CPP, sendo emitido pelo Juiz um mandado de condução do arguido detido ao estabelecimento prisional. O Procurador-adjunto delega na PJ competência de investigação com um prazo determinado (possível de ser prorrogado) para a investigação.

Durante todo o processo são elaboradas as demais notificações necessárias, seja para o arguido detido, para o seu defensor oficioso, para intervenientes que se tenham constituídos como assistentes, notificações essas elaboradas pela escrevã adjunta.

---

<sup>47</sup> Fluxograma de atuação MP em Apêndice V.

<sup>48</sup> O 1º interrogatório judicial deverá respeitar o enunciado no artigo 141º CPP.

O Procurador-Adjunto após toda a prova produzida elabora um despacho de acusação em processo comum para julgamento com intervenção do coletivo, sendo por sua vez notificado o arguido detido de que foi deduzido despacho de acusação e que no prazo máximo de 20 dias poderá requerer abertura da instrução do n.º 1 al. a) do art.º 287º CPP. Dando continuidade ao caso em análise e para efeitos de contabilização, não consideramos os custos relativos à fase de instrução.

### **3.6.2.2. ITER PROCESSUAL TRIBUNAL DE 1ª INSTÂNCIA - AUDIÊNCIA E JULGAMENTO**

Com o fecho da fase de inquérito, e sendo promovida uma acusação pelo MP, o processo segue para o tribunal para se realizar o julgamento. O julgamento<sup>49</sup> é uma audiência que tem lugar no tribunal, sendo produzida prova de acordo com o art.º 340º CPP e seguintes e debatida a matéria de facto apresentada, sendo no final proferida uma decisão. O Juiz pode ainda solicitar a elaboração do relatório social<sup>50</sup> para julgamento para uma correta determinação da sanção, sustentado no art.º 370.º do CPP.

Regra geral, a audiência é pública conforme art.º 231º do CPP, presidindo a audiência o Juiz Presidente, estando ainda presentes dois Juizes Adjuntos, o Magistrado MP, a Escrivã Auxiliar e o Defensor Oficioso do arguido.

Após proferida a sentença, esta é passível de recurso pelas partes legítimas e com interesse em agir constantes no art.º 401º do CPP, no entanto, no âmbito da análise dos custos do crime de Homicídio em contexto de VD não consideramos esta fase.

Durante toda esta fase, é permitido o apoio judiciário, “essencial para garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, especialmente para pessoas que não têm meios financeiros suficientes.” (CEPEJ, 2014, p.68), indo de encontro com o art.º 63 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, e com o n.º 3 do art.º 32º da CRP, onde é conferido ao arguido o direito de escolha de um defensor que promova a sua defesa.

Na mesma linha, e concatenando o preceituado no n.º 1 do art.º 20º da CRP, nenhum cidadão poderá ser privado do acesso ao direito e aos tribunais, nem a sua defesa prejudicada, por motivos de insuficiência económica. Face a isto, a legislação portuguesa prevê a criação da figura do defensor, que garante os direitos do arguido, promovendo a

---

<sup>49</sup> Fluxograma Audiência e Julgamento em Apêndice W.

<sup>50</sup> O relatório social é realizado por uma técnica de reinserção social e pretende apurar o ambiente familiar que formou a personalidade do arguido, quais as suas habilitações literárias, o ambiente social atual em que se encontra inserido, atual situação familiar, o seu emprego, quais as ocupações em tempos livres e o estado da sua situação económica.

sua defesa, “sendo tal regra só afastada nas situações em que o arguido deva praticar pessoalmente certo acto processual. Tal disciplina encontra-se vertida na disposição inscrita no n.º 1 do art.º 63.º do mencionado Código, sob a epígrafe “Direitos do defensor”” (Direcção-Geral da Política de Justiça, 2010, p. 8).

### **3.2.7. DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS**

O estabelecimento prisional consiste num espaço institucional construído com o fim de acolher pessoas que foram condenadas e a quem foi decretada uma pena e uma medida de privação de liberdade preventiva, bem como a forma de evitar a fuga ou evasão dessas pessoas. “Assegurar a execução da pena de prisão implica uma tripla função, Vigiar, Punir e Reeduicar” (Campos, 2015, p. 5), havendo uma necessidade de uma demonstração eficaz face ao impacto causado pelo crime.

Esta punição, se por outro lado, visa efetivamente abranger uma vertente punitiva pelos seus atos, por outro denota em si um carácter preventivo, para que este mais tarde possa a ser integrado na sociedade (Mascoli, 2015).

Sendo proferida a sentença pelo tribunal, nomeadamente a medida da pena de prisão, o condenado é de imediato conduzido para o Sistema Prisional onde irá cumprir a sua pena. Para o cumprimento do referido, são necessários os demais recursos humanos, que representam a despesa maioritária dos estabelecimentos prisionais.

## ***CAPÍTULO IV***

### ***ESTUDO EMPÍRICO***

#### **4.1. MODELO CONCEPTUAL E HIPÓTESE DE INVESTIGAÇÃO**

O presente estudo desenvolveu-se em torno de uma necessidade latente no contexto da investigadora, no plano policial e económico-financeiro: o custo económico de um Homicídio em contexto de VD. Para a realização do mesmo delineou-se um modelo conceptual ilustrado pela Figura 22. O mesmo permite identificar os constructos e a forma como se desenrolou o processo. Neste estudo pretende-se investigar: (a) o iter-processual dos diferentes intervenientes; (b) o custo inerente ao iter-processual; (c) o custo económico do Homicídio em contexto de VD e, acessoriamente, (d) a relação entre a intervenção policial e a ocorrência do homicídio.



**Figura 22 – Modelo conceptual do processo de investigação**

No plano do Homicídio em contexto de VD reforça-se a necessidade de incorporar uma visão económica dos factos, para que seja possível sensibilizar as diferentes estruturas intervenientes, e consequentemente os decisores políticos, para a implementação e definição de uma intervenção proativa.

Tendo presentes os objetivos do estudo definidos *a priori* (Subcapítulo 1.4.), e na ótica policial, propõe-se como hipótese:

H<sub>1</sub>: As ocorrências de Violência Doméstica que culminam num resultado morte tiveram uma intervenção policial anterior.

A conceção e a operacionalização da investigação é possível pelo desenho metodológico elaborado, que permite traçar o rumo da mesma, e aferir os elementos integrantes e fundamentais da análise.

## 4.2. METODOLOGIA

A metodologia de uma investigação visa determinar os métodos, as técnicas, os instrumentos de pesquisa e os materiais e equipamentos utilizados em cada fase do estudo (Sarmiento, 2013). O presente estudo é do tipo descritivo pois permite a exposição das características de determinado fenómeno utilizando para tal dados numéricos para obter informação e descrever relações (Fortin, 1999). Assim, com o intuito de dar resposta à questão da pesquisa evidenciada utilizamos como mote a metodologia de custeio padrão empregada pelo Home Office do Reino Unido (UK Government, 2014). Destarte e envergando como pano de fundo a contabilidade analítica é possível conhecer os custos associados a um determinado objeto, conseguindo desta forma fornecer informação de natureza económica crucial no contributo no planeamento e gestão e por sua vez na tomada de decisões.

O enquadramento da investigação baseou-se numa abordagem *bottom-up* aplicado por Moolenaar (2009) como uma das duas abordagens possíveis na aferição de custos. Esta abordagem procura calcular o custo da atividade desenvolvida perante um ilícito criminal de acordo com o tempo, recursos humanos e recursos materiais despendidos. Tendo por base a abordagem supramencionada, a análise do custo económico para o Estado do crime de Homicídio no contexto de VD, consolidou-se com a revisão bibliográfica, sendo desenvolvidas as principais temáticas enquadradoras desta investigação. Da revisão de literatura efetuada, partimos para a investigação empírica, nomeadamente através da recolha de dados junto de pelo menos os atores principais dos sistemas de portas de acesso a este crime: Ministério da Administração Interna (MAI), Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Justiça (MJ). Sob a tutela destes ministérios, analisaremos os custos relacionados com o momento em que as demais entidades interagem com este crime nomeadamente e respetivamente, PSP, GNR, INEM, SNS, INMLCF, PJMP, Sistema Judicial, DGRSSP e Segurança Social, conforme Tabela 6 em Apêndice X. Todas as recolhas foram devidamente autorizadas, contudo não é tarefa fácil efetuar uma estimativa geral precisa dos custos que representam, para todas as partes envolvidas. Se por um lado é demonstrada uma possível relutância em contribuir com dados de custos, por se tratar efetivamente uma de matéria sensível na nossa sociedade, por outro lado, não raras vezes

foi transmitida uma ideia reticente acerca da boa concretização do estudo, pela ambição do projeto. Em virtude disto, foi essencial o estudo de múltiplos casos, na perceção do *iter* processual desenvolvido pelas entidades envolvidas e a consulta de processos transitados em julgado<sup>51</sup>, por forma a definir uma base para um “estudo de caso” potenciador de uma sequência lógica de eventos comuns a todos os processos.

A obtenção de custos foi baseado num conjunto de processos analisados, em que se verificam semelhanças no tratamento e que estão em conformidade com o normal e regular funcionamento das instituições. Por forma a completar o raciocínio, utilizamos uma árvore de decisão, isto é “diagramas capazes de enumerar todas as possibilidades lógicas de uma sequência de decisões e ocorrências incertas” (Trigueiros, 1991, p. 17), de modo a determinar processos e a facilitar o cálculo de custos. Deste modo, iremos analisar os diferentes *iters* processuais de cada instituição na intervenção neste crime, pois só desta forma é possível identificar os custos associados. Após esta recolha de dados procedemos à preparação dos dados e respetivos cálculos de aferição dos custos.

Naturalmente que existem diversas abordagens de aferir estes custos, pois como já referido, a escolha é diversa no que concerne ao método selecionado. “O termo método significa literalmente «seguindo um caminho», refere-se à especificação dos passos que devem ser dados, em certa ordem, para alcançar um determinado fim” (Carvalho, 2009, p. 153).

Desta forma, as entidades que efetivamente dispunham de uma contabilidade analítica por centros de custos efetivo, custo esse aferido de forma concreta e fiável à sua realidade, adaptamos esses valores para o nosso estudo. Porventura, as entidades que não dispunham valores aferidos em concreto para o nosso objeto de estudo recorreremos à técnica de análise de registos e documento (Quivy & Campenhoudt, 1998), como o balancete de execução orçamental, para se proceder a uma análise dos casos registados para obtenção de informação de relevo no âmbito do nosso objeto de estudo. Complementando esta estratégia, socorremo-nos da elaboração de um pequeno questionário, de modo a conseguirmos contabilizar o tempo médio despendido pelos elementos na atuação perante o crime em análise.

Para traçar um “registo fiel dos custos económicos com a violência, é fundamental recorrer a informação detalhada das entidades que realizam o atendimento de situações de violência sobre as mulheres” (Lisboa, 2006, p. 142). Perante isto, queremos ressaltar que a

---

<sup>51</sup> Esta consulta de processos transitados em julgado de crimes de Homicídio em contexto de VD foi realizada nas instalações da 7ª secção do DIAP de Lisboa, devidamente autorizada.



análise dos custos é sustentado em valores médios, pelo que os custos poderão ser superiores ou inferiores consoante cada, já que cada caso é *uno*.

Para a aferição dos custos do crime de Homicídio em contexto de VD, utilizamos como fundo territorial o distrito de Lisboa, uma vez inevitavelmente existem variações não só ao nível de procedimentos como de custos, de área para área, seguindo a orientação metodológica de Bouma e Atkinson (1995), referentes ao espaço temporal de 2014 e 2015, definindo assim de forma clara as fronteiras temporais.

Por fim, e relativamente à formatação do trabalho académico, este foi elaborado ao abrigo do novo acordo ortográfico português, de acordo com as normas da sexta edição do Publication Manual of the American Psychological Association (APA), de 2010, balizado pelas indicações previstas no Regulamento das Condições de Elaboração e Avaliação da Dissertação/Trabalho de Projeto do Ciclo de Estudos de Mestrado Integrado em Ciências Policiais.

#### **4.3. CARATERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES**

Esta investigação pretende estimar os custos para o Estado Português, desagregando os procedimentos e os respetivos custos de cada instituição pertencente ao Estado que reaja ao crime em análise. Por essa razão, analisamos os custos numa visão imediatista na devida medida de intervenção com o crime, das seguintes entidades que passamos a enunciar: Sistema Nacional de Saúde Público, individualizado no Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Lisboa Central (CHLC) e no INEM; PSP, ramificado nas demais valências desta; INMLCF; Sistema Judicial, bipartido na atuação do MP e na atuação do Tribunal Judicial de 1ª Instância; PJ, enquanto polícia com competência reservada de investigação; LPC; DGRSP e Segurança Social.

O Estado Português garante, através do Sistema Nacional de Saúde Público, a todos os cidadãos o direito de acesso aos cuidados de saúde, sendo garantidos os cuidados primários e hospitalares. Desta feita, o serviço de urgência de cada Centro Hospitalar caracteriza-se por ser polivalente e possuir recursos materiais e humanos preparados para dar respostas adequadas e diferenciadas a cada situação clínica de urgência (Ponte, 2013).

Por sua vez, o INEM é um Instituto Público, tutelado pelo Ministério da Saúde, que regula a emergência médica pré-hospitalar, por forma a garantir a adequada e célere prestação de cuidados de saúde a todas as vítimas. O INEM desenvolve assim todas as atividades de socorro pré-hospitalar, o seu respetivo transporte e consequente receção hospitalar (INEM, 2010).

A PSP é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa, que tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. Servindo de mote o art.º 272º da CRP, a PSP integra constitucionalmente a função administrativa do Estado, sendo da sua competência garantir as necessidades coletivas de segurança e ordem pública.

O INMLCF tem como função cooperar com os tribunais e demais serviços e entidades, assegurando a prestação de serviços periciais médico-legais e forenses, nos termos da lei, prestando o apoio técnico e laboratorial especializado (Provedor de Justiça, 2012).

O acesso ao Direito e à Justiça é efetivamente um direito consagrado na CRP, não podendo a ninguém ser negado, em razão de condição, o exercício de defesa dos seus direitos. É desta forma que surgem os Tribunais, que de acordo com o art.º 202º n.º 1 da CRP são o órgão competente para administrar a justiça. Ao Ministério Público compete representar o Estado, defendendo os interesses da lei e exercer a ação penal, suportada no princípio da legalidade de acordo com o art.º 219º da CRP (Direção-Geral da Administração da Justiça, 2013).

Em Portugal, no que respeita à competência de investigação de homicídios, esta é da responsabilidade da Polícia Judiciária, tendo esta a missão de, nos termos da Lei n.º 37/2008 de 6 de agosto e da Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto, coadjuvar as autoridades judiciais na investigação de crimes da sua competência. Aliada a esta força policial, surge o LPC como a única fonte de perícia forenses das autoridades judiciais em Portugal, cabendo-lhe, enquanto unidade de apoio à Polícia Judiciária, contribuir para a realização da justiça, procurando garantir uma resposta pericial mais célere e mais completa.

A DGRSP, de acordo com o art.º 2º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, tem por missão a execução de penas e a execução de medidas de reinserção social, contemplando desta forma uma intervenção espaçada no tempo, desde o momento da pré-sentença até à libertação do indivíduo.

Por fim, a Segurança Social, de acordo com a Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, é um sistema que pretende assegurar direitos básicos dos cidadãos, bem como, promover o bem-estar e a coesão social.

## ***CAPÍTULO V***

### ***APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS***

#### **5. CUSTOS DO CRIME DE HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

A análise do crime de homicídio em contexto de VD, jamais poderá ser analisado sem considerar os custos associados à ocorrência de VD<sup>52</sup>, caso contrário perderíamos a substância do seu contexto. Razão pela qual, analisamos o custo de todas as entidades envolvidas na reação ao crime de VD, mas não esgotamos todas as suas formas de custo, consideramos somente os custos associados ao *iter* processual desenhado para a nossa investigação. De seguida, analisamos o custo gerado após a ocorrência de Homicídio em contexto de VD, para desta forma aferir o seu custo global. Acresce que alguns dos Homicídios são seguidos do suicídio do agressor. A questão releva porque minimiza a expressão estatística do fenómeno ao nível dos Tribunais e consequentemente os seus custos, ainda que não das Polícias e do INMLCF. No MP, um Homicídio seguido de suicídio conduz, por regra, a uma diminuta investigação criminal e a um arquivamento do processo na fase de inquérito, por extinção da responsabilidade criminal em razão da morte nos termos do art.º 127 do CP (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2015). Contudo, não consideraremos este cenário no que releva aos custos.

#### **5.1. NOTÍCIA DO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

##### **5.1.1. CUSTOS PAR O SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICO**

Assumindo como ponto de partida o estudo realizado por Barros, Lisboa, Cerejo e Barrenho (2008) onde revela que através de inquéritos de vitimação não é possível um registo fiel dos custos hospitalares, uma vez que a própria vítima não se apercebe dos custos de atendimento e de tratamento nos serviços de saúde decorrentes da violência exercida sobre si, a nossa metodologia referente à aferição dos custos no Sistema Nacional de Saúde que se traduz sobretudo no custo da urgência hospitalar, concretizou-se no pedido ao Centro Hospitalar Lisboa Central, nomeadamente ao Hospital de S. José, de dados referentes ao custo em concreto do atendimento no serviço de urgência de um utente. Em virtude de, efetivamente este serviço hospitalar dispor de dados frutos de uma existente

---

<sup>52</sup> Nesta investigação, apenas consideramos uma ocorrência de VD antes da ocorrência do crime de Homicídio em contexto de VD.

contabilidade analítica<sup>53</sup> por centros de custos efetiva relativa ao custo padrão de um utente socorrido nas urgências, foi precisamente esse valor que utilizamos<sup>54</sup>.

Desta forma, e conforme Tabela 7 Apêndice Y, o custo unitário de atendimento de um doente no serviço de urgência no Hospital de São José é de 178,10 €. De acrescentar que, o custo do atendimento no serviço de urgência de uma vítima de VD poderá não se esgotar nos custos de um atendimento geral, uma vez que associada a este contexto poderão ser tomados outros procedimentos, como a solicitação de observação pela Assistente Social a exercer funções no hospital ou porventura um acompanhamento psicológico no momento por parte de um profissional de saúde.

### **5.1.2. CUSTOS PARA A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Sendo efetivamente um percurso a percorrer por esta instituição, “na PSP, como na maioria dos organismos do setor público administrativo, não foi ainda implementada a contabilidade analítica” (Silva, 2015, p. 31).

Neste sentido, a estratégia desenvolveu-se noutro sentido. A recolha de dados relativos aos custos decorrentes da atividade da PSP foram realizados junto do COMETLIS, precedida da autorização da Direcção-Nacional<sup>55</sup>. Foram realizadas diversas reuniões com as demais figuras responsáveis pelas diversas áreas de forma a ser possível o acesso aos dados necessários à aferição de custos.

Apurou-se, com recurso a inquéritos por questionários<sup>56</sup>, devidamente autorizados<sup>57</sup> aplicados aos elementos em causa, o tempo médio despendido na intervenção junto do crime em análise, por forma a conseguirmos apurar o custo efetivamente despendidos por cada elemento.

Para aferir o custo total da PSP, foi nossa opção tornar o estudo o mais afunilado possível e rigoroso, pelo simples facto de ser inexequível uma aferição total e completa dos custos totais. Por este facto, aferimos os custos relacionados com o pessoal juntamente

---

<sup>53</sup> No âmbito da criação do POCP, foram desenvolvidos vários planos sectoriais, como o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), aprovado pela Portaria n.º 898/2000, de 28 de Setembro. “Nos pontos dedicados ao sistema de Contabilidade Analítica, verificamos que a mesma é de aplicação obrigatória nas instituições do Serviço Nacional de Saúde” (Carvalho, Costa & Macedo, 2008, p. 31).

<sup>54</sup> Este valor inclui todas as despesas inerentes ao atendimento de um doente na urgência, desde recursos humanos, encargos com as instalações, encargos com os equipamentos, respetivas amortizações, entre outras despesas.

<sup>55</sup> Conforme Anexo K.

<sup>56</sup> Conforme Anexo L.

<sup>57</sup> Conforme Anexo M.

com os custos intermédios<sup>58</sup> *per capita* de cada elemento policial, sendo estas as componentes que integram a fatia maioritária dos custos da PSP. Isto, porque do somatório da despesa em segurança pública, tendo em conta as diversas forças e serviços de segurança, não foram disponibilizados os recursos financeiros necessários à modernização das organizações policiais, nomeadamente aos seus consumos intermédios e investimento, visto que a os encargos com o pessoal comportam mais de 90%, em média, da despesa (Oliveira, 2012)<sup>59</sup>.

Para a aferição de custos relativos ao efetivo policial da PSP, recorreremos à Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP)<sup>60</sup>, nomeadamente ao relatório do 4.º Trimestre/2015 para determinar o valor da remuneração base média mensal<sup>61</sup> em 2015.

Como estamos a aferir o valor na ótica do Estado, não poderemos incluir as contribuições fiscais, Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) porque esse valor é neutro. Relativamente às contribuições para fiscais<sup>62</sup>, Contribuições para a Segurança Social (CSS) e os descontos para a Serviço Assistência Doença - Polícia Segurança Pública (SAD/PSP)<sup>63</sup>, ambas as parcelas foram consideradas como um custo para o Estado, mesmo que o beneficiário não receba diretamente este valor em termos líquidos, irá usufruir dessas parcelas mais tarde.

<sup>58</sup> Os custos das deslocações automóveis impreterivelmente são um custo significativo na atividade policial. Devido à dificuldade encontrada na determinação do n.º de km médio percorridos por um carro-patrulha na deslocação a uma ocorrência e por existirem alguns obstáculos na imputação direta deste custo a uma situação de VD ou de Homicídio em contexto de VD, incluímos esta como uma rubrica dos custos intermédios.

<sup>59</sup> De acordo com o Plano de Atividades para 2014 da PSP, os 90% do orçamento total da PSP adstritos à despesa com pessoal revelam um uso excessivo da mão-de-obra em detrimento do capital fixo, isto é, material, equipamento e tecnologia. Esta situação é resultado de um uso insuficiente de tecnologia inteligente e de equipamento potenciador do fator humano provocando uma necessidade constante e incontrolável de recrutamento de pessoal, sendo um dos grandes objetivos proposto por este plano a “mitigação gradual do atual paradigma de mão-de-obra intensiva com vista a um maior equilíbrio entre fatores de produção trabalho e capital fixo” (Polícia de Segurança Pública, 2013, p. 33).

<sup>60</sup> Publicação trimestral de divulgação dos principais indicadores estatísticos sobre emprego público.

<sup>61</sup> Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos), pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, 2016).

<sup>62</sup> Quanto à contribuição para a Segurança Social, consideramos como uma despesa para o Estado, pelo simples facto de mais tarde, e na idade inativa, o elemento gozar dos benefícios descontados na idade ativa. De acordo com o PORDATA (2016), as Despesas com o Pessoal para o Estado incluem todos os “encargos com funcionários públicos e outras pessoas que prestam serviços a entidades públicas, tais como salários, subsídios de refeição, horas extraordinárias, ajudas de custo, prémios ou contribuições para a segurança social”. Assim, e na aferição do rendimento líquido de cada elemento não retiramos esta contribuição, incluindo assim como um custo.

<sup>63</sup> O SAD não é de facto uma receita efetiva do Estado. Este atua como um intermediário, sendo esse montante, ao invés de ser pago diretamente ao beneficiário, é transferido para um seguro de saúde coletivo. Nesse sentido, consideramos como custo para o Estado, apesar de o beneficiário não o receber em termos líquidos, pelo que na aferição do rendimento líquido de cada elemento não retiramos esta contribuição, incluindo assim como um custo.

No que concerne às contribuições fiscais, estas variam de acordo com as Tabelas de IRS 2015 consoante o perfil do trabalhador. Para o caso de estudo utilizamos a Tabela I do Despacho n.º 309-A/2015 de 12 janeiro, correspondente a um contribuinte não casado e sem dependentes. Por fim, iremos incluir nos cálculos os custos relativos aos suplementos constantes no Decreto-Lei n.º 299/2009 de 14 de outubro, consoante a aplicabilidade em cada caso. A aferição deste custo/hora encontra-se dissecado em Apêndice Z.

Por forma a aferir a despesa com os custos intermédios, custos esses inerentes a qualquer elemento que desempenhe funções na PSP, e à semelhança da metodologia empregue no relatório produzido pelo Gabinete de Planeamento e Controlo Logístico e Financeiro da DN PSP (Polícia de Segurança Pública, 2015), que procurou uma visão analítica dos custos intermédios, consultamos o Mapa de Execução da despesa agregada relativa ao ano de 2015 da PSP. Seleccionando todas as rubricas respeitantes aos custos intermédios elencadas na Tabela 8 em Apêndice AA, calculamos o custo *per capita* em função do total de efetivo da PSP em exercício de funções em 2015, conforme em Apêndice AB.

Desta forma, o custo da intervenção da PSP nas diferentes fases varia sobretudo consoante o número de elementos diretamente envolvidos, sendo como já referido a maior percentagem da despesa centra-se na mão-de-obra. A PSP apresenta um custo na sua 1ª intervenção no crime, nomeadamente através da denúncia da vítima na esquadra policial, um custo de 27,28 € (Tabela 9 em Apêndice AC) e no acompanhamento posterior da denúncia através da ação das EPAV um custo de 67,02 € (Tabela 10 em Apêndice AC). No âmbito da investigação deste crime, aferimos um custo despendido pelas EIC de 70,92 € (Tabela 11 em Apêndice AC).

### **5.1.3. CUSTOS PARA O INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES**

A recolha de informação acerca dos exames realizados perante situações de VD foi realizada junto do INMLCF – Delegação do Sul, juntamente com a recolha dos custos, devidamente tabelados em Portaria 175/2011, de 28 de abril. Na inexistência de uma contabilidade analítica por centros de custo<sup>64</sup>, recorreremos somente aos valores tabelados<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> Recorremos à Portaria em questão, pelo facto de não existir uma análise de contabilidade analítica referente aos custos deste Instituto. De acordo com o Relatório de Actividades de 2014, a auditoria da Inspeção Geral de Finanças identificou a necessidade de “implementar a contabilidade analítica por forma a permitir uma adequada análise da atividade Instituto, ao nível das Delegações, Departamentos, Serviços e GMLF, assim como por tipologia de serviço prestado” (2014, p. 10).

adequados ao caso, pelo facto de estes incluírem todas os custos diretos na realização deste exame. Desta feita, na intervenção de um crime de VD é realizado uma avaliação do dano corporal que se traduz num valor monetário de 71,40 €, conforme ilustrado em Tabela 12 em Apêndice AD.

#### **5.1.4. CUSTOS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO**

A DGAJ é um serviço do MJ que tem por missão assegurar a elaboração, executar e proceder à avaliação da gestão orçamental, financeira e contabilística dos tribunais. No entanto, de acordo com a informação fornecida pela própria, ainda não se encontra implementado o sistema de contabilidade analítica.

Por essa razão, procedemos à recolha de dados relativos aos custos unitários decorrentes da atividade do MP foram realizados junto da 7ª Secção do DIAP de Lisboa, precedida da devida autorização<sup>66</sup>.

Por forma a reunir a informação necessária foram realizadas diversas reuniões com as demais figuras envolvidas no processo, assim como foi autorizada a consulta de processos transitados em julgado referentes a crimes de VD e de crimes de Homicídio em contexto de VD.

Aplicando o mesmo procedimento que aplicado à PSP, uma vez que Portugal despende 81,2 % do seu orçamento para a Justiça em salários, apenas 2% em informatização, 7% em custos operacionais e 10% noutras rubricas (OECD, 2013), apurou-se o tempo despendido com o processo por cada funcionário judicial com recurso a inquéritos por questionários<sup>67</sup>, da mesma forma que aferimos os custos relacionados com o pessoal juntamente com os custos intermédios *per capita* de cada funcionário judicial.

Para a aferição de custos relativos ao efetivo dos funcionários judiciais, utilizaremos o mesmo procedimento aplicado aos elementos da PSP, recorrendo à SIEP, para extrair o valor da remuneração base média mensal, retirando a este o valor do IRS, uma vez que o cálculo é realizado na ótica do Estado, e considerando as contribuições para-fiscais e os descontos para o subsistema de saúde como um custo para o Estado. Assim sendo, os cálculos auxiliares relativos ao custo do magistrado e oficial de justiça encontram-se discriminados em Apêndice AE.

---

<sup>65</sup> De referir que os valores, segundo fonte do INMLCF, não foram aferidos com base no sistema de contabilidade analítica.

<sup>66</sup> Conforme Anexo N.

<sup>67</sup> Conforme Anexo O.

Para a aferição dos custos intermédios, recorremos ao Balancete de Execução Orçamental do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa referente ao mês de dezembro de 2015 fornecidos pela Direção-Geral da Administração da Justiça. Para tal, englobamos todas as rubricas relativas as despesas disponíveis no balancete fornecido, conforme Tabela 13 em Apêndice AF, para depois distribuir esses custos por todos os funcionários, discriminados em Tabela 14 em Apêndice AG, que exercem a sua atividade nas instalações do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa. Os cálculos encontram-se devidamente elencados em Apêndice AH.

Assim sendo, um oficial de justiça apresenta um custo total de 61,63 € e um magistrado do MP um custo total de 197,70 € conforme Tabela 15 em Apêndice AI.

## **5.2. NOTÍCIA DO CRIME DE HOMICÍDIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

### **5.2.1. CUSTOS PARA A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

O método aplicado na aferição dos custos para a PSP após a notícia do crime de VD é replicado neste campo, variando somente o nº de horas de intervenção apurados de acordo com os inquéritos por questionário aplicados. Concretizando, os custos de intervenção de 1ª linha numa ocorrência de homicídio é de 67,38 € (Tabela 16 em Apêndice AJ), reforçados pelo apoio das BPC com um custo total de 88,65 € (Tabela 17 em Apêndice AJ). Posteriormente a intervenção das automacas da PSP assume um valor de 64,96 € (Tabela 18 em Apêndice AJ).

### **5.2.2. CUSTOS PARA O INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA**

Os custos referentes ao acionamento das ambulâncias do INEM, apesar dos pedidos e insistências, não foram disponibilizados esses mesmos dados em tempo útil. Assim, com recurso às fontes públicas, apuramos junto do Relatório da Auditoria de Resultados ao INEM, que este “não dispõe de um sistema de contabilidade integrado que permita imputar e conhecer os custos directos e indirectos por unidade orgânica ou por actividade, o que constitui uma falha que prejudica as decisões de gestão baseadas na análise da economia dos meios e, em especial, o que respeita ao apuramento dos custos respeitantes ao accionamento dos vários meios de socorro que dispõe” (Tribunal de Contas, 2010, p. 61)<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Realçamos o facto de esta informação ser respeitante ao ano de 2010, pelo que, e na falta de resposta em tempo útil à solicitação de dados por parte do INEM, desconhecemos a evolução de um possível sistema de contabilidade.



Sendo este o único documento público que apresenta valores, mesmo que com as limitações referidas anteriormente e sendo os dados referentes a 2009, utilizaremos os dados<sup>69</sup> constantes no mesmo, que consubstanciam um valor total de 222,00 € por cada meio SIV acionado, ilustrado em Tabela 19 em Apêndice AK.

### **5.2.3. CUSTOS PARA A POLÍCIA JUDICIÁRIA**

Na análise dos custos para a PJ, e tendo em conta a sua proximidade com a força policial PSP, foi nossa intenção aplicar o mesmo procedimento. No entanto, no que concerne à parcela dos custos intermédios esta não foi possível aferir, uma vez que os dados referidos não foram disponibilizados pela Direção Nacional da PJ, por motivos confidenciais. Em virtude disto, e consubstanciando uma clara limitação no estudo, apenas consideremos os custos relativos aos recursos humanos diretamente envolvidos numa ocorrência de Homicídio em contexto de VD, de acordo com os procedimentos e tempo despendido, informação essa obtida com a autorização da Direção Nacional da PJ junto de inspetores da Brigada de Homicídios.

Para a aferição de custos relativos aos elementos da PJ, recorremos, à semelhança de cálculos anteriores, à SIEP, nomeadamente ao relatório do 4.º Trimestre/2015. Como estamos a aferir o valor na ótica do Estado, não podemos, como já enunciado no cálculo das despesas com o pessoal da PSP, considerar a parcela fiscal do IRS como um custo para o Estado, mas sim considerar as contribuições para a Segurança Social e aos descontos para a ADSE como um custo para o Estado. Por outro turno, aferimos o valor dos suplementos e subsídios dos elementos da PJ, encontrando-se em Apêndice AL os cálculos auxiliares. Assim, apuramos de acordo com a Tabela 20 em Apêndice AM um custo total de 160,65 € no exame ao local do crime, e por sua vez um custo de investigação de 2 929,8 € constante na Tabela 21 em Apêndice AM.

### **5.2.4. CUSTOS PARA O LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA**

A contabilidade respeitante ao LPC encontra-se devidamente unificada com a contabilidade da PJ, constituindo uma única, pelo que, e à semelhança da PJ não aplicam um sistema de contabilidade analítica.

Desta forma, e para analisar os custos dos exames, recorremos às ocorrências de VD com resultado morte registado pelo Sistema Estratégico de Informações (SEI) da PSP<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Dados retirados da Auditoria de Resultados ao Instituto Nacional de Emergência Médica pelo Tribunal de Contas, Relatório nº 47/2010 2ºS.

<sup>70</sup> Conforme Anexo O.

relativas ao ano de 2014 e 2015, que por sua vez enviamos para o LPC a fim de averiguar as custas dos exames realizados. Verificamos que a generalidade dos processos registados não foi alvo de perícia pelo Laboratório, sendo que apenas em dois processos se verificou este exame.

Deste modo, e na falta de inexistência de uma contabilidade analítica por centros de custos efetiva diretamente aferida ao crime em análise, optamos por aferir a média dos exames realizados nos processos em causa, conforme demonstrado em Apêndice AN, refletindo um valor médio das perícias realizadas pelo LPC em 75,2 UC (7 670,00 €), conforme Tabela 22 em Apêndice AO.

#### **5.2.5. CUSTOS PARA O INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES**

No seguimento do já enunciado nos custos deste instituto numa ocorrência de VD, recorremos à Portaria n.º 175/2011, de 28 de abril referente à Tabela de preços a cobrar por perícias, exames e outras diligências, onde nos são disponibilizados todos os custos unitários. De acordo com a NP-INMLCF-008 de 2013, que revela recomendações quanto aos procedimentos gerais de realização de autópsia, a autópsia médico-legal deverá ser precedida de um exame do corpo no local do crime pelo perito médico. Associada a esta autópsia poderão ser realizados exames complementares de diagnósticos<sup>71</sup>.

A Tabela 23 em Apêndice AP revela que o custo do exame do corpo no local tem um custo de 40,80 € e a autópsia um custo de 714,00 €

#### **5.2.6. CUSTOS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO**

Os dados utilizados, assim como os métodos utilizados nos cálculos de aferição de custos respeitantes à intervenção do MP em processos de Homicídio de VD são equivalentes aos aplicados nos processos de VD, variando somente os valores respeitantes ao n.º de horas de intervenção por parte de cada funcionário judicial, de acordo com os questionários aplicados. Desta forma, o custo total da intervenção dos oficiais de justiça assume o valor de 830,40 € e o magistrado do MP o valor de 1 812,25 €, conforme Tabela 24 em Apêndice AQ.

---

<sup>71</sup> Relativamente aos custos associados a estes exames complementares de diagnósticos não os incluímos no nosso estudo, pela inexistência de informação de efetivamente quais os exames que são realizados, muito possivelmente por estes serem realizados consoante as necessidades de cada caso.

### **5.2.7. CUSTOS AUDIÊNCIA E JULGAMENTO**

O procedimento adotado no presente para o cálculo do custo da audiência e julgamento<sup>72</sup>, remeteu-se ao método utilizado nos custos para o MP, no que concerne aos custos dos Magistrados e dos Oficiais de Justiça. A Tabela 25 do Apêndice AR revela que a intervenção de 3 magistrados judiciais assumem um custo total de 197,70 €, 1 magistrado judicial do MP 65,09 € e 1 oficial de justiça, 41,22 €

Para a determinação do custo de um Defensor Oficioso, recorreremos ao estudo realizado por CEPEJ (2014) para aferir o custo médio de um defensor para o Estado Português na defesa de um arguido. Em Portugal, e ao analisar o Gráfico 5 em Anexo Q, o custo médio de um defensor para o Estado Português na defesa de um arguido é de 328 € em 2012.

Por fim, e para a determinação do custo da elaboração do relatório social, este mesmo valor encontra-se Tabelado na Portaria 175/2011, de 28 de abril, correspondente ao valor de 132,60 € conforme ilustrado na Tabela 25 em Apêndice AR.

### **5.2.8. CUSTOS PARA O SISTEMA PRISIONAL**

Na senda de uma lógica de análise crítica contabilística, a DGRSP contribui anualmente com os dados necessários à realização do relatório SPACE I (Aebi, Tiago & Burkhardt, 2015). De acordo com os valores apresentados na Tabela 26 em Apêndice AS, são incluídos no cálculo diversas categorias, para ser possível a aferição global e total do custo que um recluso implica por dia ao Sistema Prisional.

Uma vez que neste caso, os custos se encontram devidamente e metodologicamente aferidos na sua totalidade, utilizaremos este valor, correspondente a 41,45 € por dia, a acrescentar no bolo total do custo para o Estado do crime de Homicídio em contexto de VD, sendo os dados relativos a 2014.

Aditadamente, recorreremos, conforme demonstrado em Apêndice AT, ao estudo realizado por Cândido da Agra<sup>73</sup>, onde na análise das condenações aplicadas, “quase dois terços são considerados qualificados, punidos com pena de prisão média de cerca de 18 anos e meio” (Agra, 2015, p.13).

---

<sup>72</sup> Na análise do custo, não consideramos o tempo, que os demais magistrados judiciais e oficiais de justiça despendido na análise do processo, pela falta de dados nesse sentido. Perante isto, apenas consideramos o tempo, e por consequência o custo relativo a esse tempo, respetivo à sessão de audiência e julgamento.

<sup>73</sup> Este estudo foi realizado no cumprimento no âmbito do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017), promovido pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). Neste estudo realizado pela Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, foi analisado uma amostra de 197 decisões judiciais com trânsito em julgado proferidas entre 2007 e 2012 (inclusive), por tribunais judiciais de 1.ª instância ou por tribunais superiores, relativamente ao crime de Homicídio conjugal.

Concretizando, e pela impossibilidade de acesso próprio a uma amostra significativa de decisões judiciais com trânsito em julgado relativa ao crime suprarreferido, adotamos o valor de 18 anos e 6 meses, como um valor médio da condenação<sup>74</sup>, conforme ilustrado na Tabela 27 em Apêndice AU.

### 5.2.9. CUSTOS DA PERDA DE RENDIMENTOS PARA O ESTADO

Na aferição dos custos deste crime para o Estado, é indispensável ter em linha de conta os custos traduzidos na perda potencial de produção<sup>75</sup> da vítima relativamente ao Estado. Para tal, recorremos à idade média das vítimas de Homicídio em contexto de VD<sup>76</sup>, para obter o número de anos de atividade perdida por pessoa falecida através da diferença entre a idade média de cada vítima e a idade da reforma. Nesse espaço de anos, existe uma contribuição mensal da vítima para com o Estado traduz-se nos descontos para a segurança social, das contribuições da entidade patronal (CEP) e a taxa de retenção<sup>77</sup>, que deixa de ser efetuada. Deste modo, aferimos esse valor com base no Boletim Estatístico do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (2015), que referencia que o ganho médio mensal<sup>78</sup> de um cidadão português para o ano de 2014, estando os respetivos cálculos discriminados em Apêndice AV. Contudo, não nos podemos esquecer da perda de rendimentos do homicida para o Estado, pois efetivamente é preso, deixando de produzir para o Estado. Desta feita, consideramos de igual forma a idade média do homicida e consideramos o valor médio de pena de prisão aplicado, conforme Apêndice AW. Concretizando, o custo total das perdas de rendimento para o Estado é de 273 840,4 € que desagregado se consubstancia numa perda de rendimentos por parte da vítima para o Estado de 148 187,2 € e por parte do homicida de 125 653,2 € conforme Tabela 28 em Apêndice AX.

<sup>74</sup> No presente estudo não consideramos a possibilidade de liberdade condicional, concedida “quando se encontra cumprida metade da pena depende do juízo que se puder fazer quanto à satisfação das finalidades preventivas da pena – prevenção especial de socialização e prevenção geral de integração.

<sup>75</sup> Relativamente aos custos de perda de produtividade para o Estado os mesmos só ocorrem em situações de pleno emprego, sendo por isso uma perda económica potencial.

<sup>76</sup> De acordo com os dados retirados da BDVD referentes à PSP referentes às ocorrências de Homicídio em contexto de VD no ano de 2014 e 2015.

<sup>77</sup> Nesta análise não consideramos a sobretaxa de IRS por ser um imposto extraordinário e excecional.

<sup>78</sup> O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios. (Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, 2015) Este valor é um montante ilíquido, antes da dedução de quaisquer descontos.

#### **5.2.10. CUSTOS PARA A SEGURANÇA SOCIAL**

Se por um lado, é certo que com a morte de uma vítima, esta deixa de contribuir mensalmente com as suas obrigações fiscais, por outro, o Estado, na que seria o início da idade da reforma da vítima, deixará de onerar o montante correspondente à pensão de velhice, sendo os respetivos cálculos discriminados em Apêndice AY.

De notar que o custo estimado mede o valor da atividade do indivíduo, sem atender se está ou não empregado, em virtude de não ser possível garantir que esta situação fosse permanente na vida da vítima, pelo que para termos de contabilização recorremos ao Relatório de Conta da Segurança Social de 2014. Para efeitos de cálculo consideramos a Portaria n.º 277/2014 de 26 de dezembro, que atualiza a idade normal de acesso à pensão de velhice de acordo com os índices da Esperança Média de Vida (EMV).

Assim, o valor total da reforma que a Segurança Social deixará de despendar com a vítima é de 88 677 €, correspondente à pensão de velhice, conforme Tabela 29 em Apêndice AZ.

Por outro lado, associada a uma morte, existem determinados subsídios criados pelo Estado por forma a compensar o acréscimo de despesas no seio familiar associadas a esta morte. No nosso estudo englobamos o subsídio de funeral, sendo esta é uma prestação monetária criada “para compensar as despesas efetuadas com o funeral de um familiar ou de qualquer outra pessoa, desde que residente em território nacional” (Instituto da Segurança Social, I. P., 2014, p. 4). Sendo este um valor único e fixo, em Portugal, será o referido valor aplicado, respeitante a 213,86 € conforme Tabela 29 em Apêndice AZ.

Existem outros subsídios associados a uma morte, como o reembolso de despesas de funeral, a pensão de orfandade, pensão de viuvez, pensão de sobrevivência e o subsídio de morte, que são aplicados consoante cada caso, mas que não incluímos nos nossos cálculos.

## ***CAPÍTULO VI***

### ***DISCUSSÃO DE RESULTADOS***

Apesar das diferentes abordagens metodológicas e científicas suscetíveis da aferição do custo do crime, os resultados mencionados são harmónicos com a literatura económica existente, nomeadamente, ao nível da existência de custos consideráveis do crime.

Cumpre-nos agora analisar o cálculo do custo total do crime de Homicídio em contexto de VD. Ressalvamos somente que, a análise de custos deverá ser alvo de uma observação crítica, tendo em conta as limitações referidas ao longo do estudo. É certo que analisamos um caso padrão, mas os custos associados a este crime poderão extravasar em larga escala estes valores, consoante o caso em si, pois por exemplo, um caso de Homicídio em contexto de VD, que inclua menores, o seu custo possivelmente poderá variar.

No que concerne aos custos gerados após uma ocorrência de VD, de acordo com o *iter* processual delineado anteriormente, o valor aferido é de 674,05 € devidamente dividido pela intervenção das diferentes entidades conforme Gráfico 6 em Apêndice BA. De realçar que o processo em análise para aferição de custo encerra em arquivamento, sendo que este valor naturalmente que não esgota todos os cenários possíveis de custos, podendo envolver mais instituições e/ou outros custos. A título de exemplo, elencamos custos que não consideramos no cálculo deste crime, como a teleassistência e a utilização de casas de abrigo<sup>79</sup>.

Após uma ocorrência de Homicídio em contexto de VD, os valores espontaneamente que são outros, em virtude da complexidade do crime e da intervenção de demais entidades. Face ao exposto, concluímos que o custo de todas as instituições, numa lógica de imediatismo e de reação ao crime, envolvidas é de 295 277,50 € conforme Gráfico 7 em Apêndice BA. A instituição que apresenta um custo maior para o Estado, em virtude da pena elevada aplicada ao homicida, é a DGRSP, pelo que no Gráfico 8 em Apêndice BA é demonstrada a dimensão dos custos das restantes instituições envolvidas, onde o LPC surge como a segunda instituição com mais custos, devido a toda a tecnologia aplicada nos seus exames.

Para além de todos os custos associados às instituições que desenvolvem uma atividade diretamente relacionada com este crime, existem outros custos inerentes a uma morte, como a perda de produtividade da vítima. Esta perda de rendimentos para o Estado por

---

<sup>79</sup> Esta foi uma opção nossa, tendo em conta as demais limitações no contexto em que a dissertação é realizada, pelo que, a nossa estratégia passou por incluir os custos comuns à generalidade de todos os processos de VD.

parte da vítima consubstancia-se no valor de 148 187 € Mas se é verdade que com este Homicídio, a vítima deixa de produzir para o Estado, por outro, o homicida por sua vez também o deixa por se encontrar preso, precisamente no valor aferido de 125 653,20 € Deste modo perfaz-se um total de perda de produtividade para o Estado num caso de Homicídio em contexto de VD de 273 840,40 €

Efetivamente são estes custos, resultantes da perda de produtividade de ambos, que consubstanciam a maior parcela dos custos deste crime. Comparativamente, e em virtude, da inexistência de investigação do crime de Homicídio em contexto de VD nacional e internacional, recorremos à investigação de Cohen (2000) por forma a conseguirmos fazer uma análise comparativa. Cohen (2000) aferiu os custos de perda de produtividade no crime de homicídio no Reino Unido em cerca de 466 000 € Este é um custo que metodologicamente foi aferido de forma distinta, assim como a realidade do país é diversa da realidade portuguesa. Por outro lado, estamos perante um crime generalizado, o crime de homicídio, enquanto que a nossa análise se prende com uma realidade específica, nomeadamente no contexto de VD. No entanto, trazemos à discussão este valor por ser a única referência existente em termos comparativos. E, pese embora, depreendamos que efetivamente os custos de perda de produtividade consubstanciam a maior percentagem de custos, fruto dos nossos dados e da nossa análise, este montante varia sobretudo de acordo com a idade da vítima e do homicida, independentemente do contexto em que se sucede a morte.

Por fim, e se por um lado existem efetivamente custos associados a este Homicídio, por outro, existem verbas que o Estado deixa de despende, como o caso da pensão de velhice, auferida para o caso da vítima, um valor médio de 88 677,00 €

Desta feita, resta-nos por fim analisar o valor total do crime de Homicídio em contexto de VD, uma vez que a análise só por si do crime de Homicídio, acabaria por perder a sua substância do contexto de VD, sendo necessário incluir o custo de ocorrência de VD. Assim, no Gráfico 10, consideramos os custos totais das instituições envolvidas na reação ao crime de Homicídio em contexto de VD, que à semelhança da análise anterior a DGRSP é a instituição com custos mais elevados, seguida do LPC, conforme Gráfico 11 em Apêndice BA.

Por fim, englobamos todos os custos, desde as instituições envolvidas até aos custos da perda de rendimentos, e consideramos o Gráfico 12 em Apêndice BA, perfazendo um custo total do crime de Homicídio em contexto de VD de 481 328,81 €conforme Gráfico 12 em Apêndice BA.

Constatamos por outro lado que, no gasto público a maior percentagem da despesa é despendida em salários, existindo efetivamente uma falta de investimento de tecnologia, por forma a modernizar e a tornar mais eficiente a AP. Esta constatação acompanha a linha defendida por Torres, onde afirma que “serviço público é, por natureza, essencialmente de mão-de-obra intensiva. O saber e conhecimento técnico de professores, médicos, enfermeiros, militares, polícias e diplomatas, entre muitos outros, constitui por si só o produto operacional da máquina estatal” (2014, p. 53).

Na investigação desenvolvida, e por forma a verificar a aplicabilidade da hipótese formulada, recorreremos aos dados retirados da BDVD referentes à PSP referentes às ocorrências de Homicídio em contexto de VD no ano de 2014 e 2015.

De acordo com os dados disponibilizados, todas as ocorrências de VD registadas pela PSP que culminaram no fim morte no ano de 2014, apenas uma ocorrência, tem o registo de realização de avaliação de risco anterior concretizado por elementos da PSP. Este facto é justificável com o facto de apenas a 31 de outubro de 2014 com a implementação da Diretiva Operacional nº 32/2014 ser criada a Ficha RVD-1L e RVD-2L que suporta os dados analisados no que diz respeito à avaliação de risco da vítima por parte de elementos policiais. Neste seguimento, e no ano de 2015, todas as ocorrências de VD que culminam no fim morte, previamente tinha sido realizada uma avaliação de risco. De ressaltar, que esta base de dados apenas contém as ocorrências de Homicídio em contexto de VD que foram devidamente identificadas como tal *in locu* pelo elemento policial.

No que concerne à aferição dos custos, na pesquisa dos dados para a investigação, apercebemo-nos de que contrariamente ao imposto legalmente, e conducente com alguma bibliografia existente, existem efetivamente algumas instituições que não aplicam na sua totalidade a contabilidade analítica, encontrando-se de momento a desenvolver esforços nesse sentido. Esta ausência de contabilidade analítica foi justificada por algumas instituições na linha de Silva (2015) pela inexistência de um modelo definido aliado aos elevados custos de implementação deste sistema de contabilidade.



## ***CAPÍTULO VII***

### ***CONCLUSÃO***

#### **6.1. CONCLUSÃO**

A escassez de recursos na AP e os consequentes problemas da sua afetação consubstanciam a intervenção da área económica neste âmbito, com o objetivo de sistematizar o processo de tomada de decisão.

As causas para tão grande interesse último do mundo na análise económica, poderá estar na origem da crise financeira, no insucesso do Estado e consequente baixos níveis de confiança dos cidadãos nos poderes públicos. É recorrente, o cidadão questionar-se onde o Estado gasta o dinheiro. Cada vez mais, este é sujeito a um escrutínio das suas contas. Destaca-se, assim, a importância de uma análise económica aos gastos públicos, nomeadamente, e no caso em concreto, despendidos na reação a um crime de Homicídio em contexto de VD, que se concretiza atualmente numa problemática social.

Assim sendo, procuramos aferir os custos de todos os profissionais das instituições que intervêm neste crime, através da sua remuneração base, dos seus suplementos e dos custos intermédios, pela falta de existência de uma contabilidade analítica por centros de custos efetivo. Porventura, noutras instituições não aferimos os custos neste sentido, por disporem de um valor médio para a sua atuação, fazendo *jus* a uma contabilidade analítica, razão pela qual adotamos esses valores.

Iniciado este trabalho de investigação com o principal objetivo de responder à pergunta de partida colocada - Qual o custo económico que o Estado suporta no crime de Homicídio em contexto de Violência Doméstica? – concretizamos o nosso objetivo geral concluindo que o custo para o Estado do crime de Homicídio em contexto de VD é de 481 328,81 €

Desta feita, e tendo em conta que a vida humana não terá qualquer preço, acreditamos que o Estado deverá de pelo menos, investir em prevenção todo este montante, sendo claramente este um limite “natural” do investimento do Estado na prevenção do Homicídio em contexto de VD na ótica de custo-benefício. O direito à vida constitui-se um direito fundamental previsto na CRP, sendo sempre, numa análise custo-benefício, mais compensatório investir este montante, do que a perda de uma vida.

Tendo em vista o objetivo geral deste estudo cumprido, resta-nos o cumprimento dos objetivos específicos.

A análise da evolução do crime de VD e do crime de Homicídio em contexto de VD foi devidamente cumprido, no entanto é necessária uma especial atenção às limitações deste

cumprimento, em virtude da existência de estatística débil relativa aos Homicídios em contexto de VD.

A análise do *iter* processual adotados pelas instituições na intervenção deste crime foi um objetivo cumprido, sobretudo através da observação direta das realidades de cada instituição.

Com a resposta à nossa pergunta de partida, por inerência cumprimos o nosso objetivo que procura definir o limite “natural” do investimento ao Estado na prevenção do Homicídio em contexto de VD na ótica de custo-benefício. Desta feita, o valor total despendido na reação ao crime de Homicídio em contexto de Violência Doméstica deverá ser aplicada na prevenção destes casos.

Por fim, e através de toda esta nossa investigação, foi nosso objetivo último abrir caminho para trabalhos ulteriores de confrontação dos gastos do Estado com a prevenção do Homicídio em contexto de VD face aos custos económicos que assume com a sua ocorrência, em virtude da existência de alguma relutância em estudos destes carácter.

Ao abrigo da hipótese proposta nesta investigação procedemos de seguida à sua verificação. Verificamos que as ocorrências de VD que culminam num resultado morte tiveram uma intervenção policial anterior. Efetivamente não é nossa pretensão uma análise associada aos efeitos da intervenção policial em ocorrências de VD. No entanto, o nosso intuito com a análise destes dados é no sentido de demonstrar que o investimento em políticas e medidas de prevenção deve ser reforçado, uma vez que a hipótese formulada fornece *inputs* na análise do custo-benefício das políticas públicas de segurança implementadas.

## **6.2. LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÕES FUTURAS**

No decorrer de qualquer investigação surgem inúmeras limitações e constrangimentos inerentes à complexidade do tema em si. A própria metodologia em si adotada implica algumas limitações, já que a abordagem *bottom-up*, se por um lado confere rigor à dissertação, por outro lado, por outro a aferição de cada componente e cada variável associada ao custo do crime torna-se demasiado exaustivo. Esta limitação associada ao constrangimento imposto pelas demais autoridades no acesso à informação, assim como a mora na resposta pelas demais aos pedidos de autorização de acesso aos dados dirigidos a todas as entidades implicou custos temporais consideráveis.

Efetivamente a nossa opção metodológica poderia ser posta em causa pelo simples facto de os sistemas de custeio padrão nos últimos anos serem colocados em causa, devido ao

aparecimento de novas formas de custeio, como o ABC, ou o sistema JIT. Apesar destas opiniões, um estudo levado a cabo por Marie, Cheffi, Louis e Rao (2010) veio demonstrar exatamente o oposto, ou seja, o custo padrão não só continua a ser utilizado, como se encontra a um nível competitivo com os restantes métodos, não existindo um desvio desproporcional aos congéneres, sobretudo devido à sua simplicidade na implementação e aos reduzidos custos de implementação comparativamente com os restantes métodos.

Por outro lado, e tendo em conta que a aferição de custos implicou o acesso a dados de diferentes entidades e organismos, foi crucial um esforço de harmonização de conceitos, formas de cálculo e resultados dos dados, para que todos se encontrassem ao mesmo nível. Porém, a principal dificuldade na recolha destes dados foi efetivamente a inexistência de uma contabilidade analítica por centros de custos efetivo, o que levou a concretizar diversas estratégias por forma a conseguir aferir um valor médio. Razão pela qual, e de acordo com o que foi exposto ao longo da investigação, a análise dos custos foi efetuada de forma diferenciada tendo em conta o acesso à informação disponibilizada, já que não se conseguiu encontrar um padrão de aferição de custos nas diferentes instituições. Adotamos uma posição crítica e desconfiada na obtenção de dados, no entanto nesta pesquisa de dados não nos foi possível aplicar critérios de validade interna, externa e de fiabilidade aos dados, razão pela qual definimos o *iter* processual para cada uma delas, sendo o mote para a análise dos custos.

Como já referido, ressaltamos ainda que, devido à exaustão e dimensão que o estudo alcançou não foi possível considerar nem porventura todos os custos existentes associados a este crime. A título de exemplo, dos custos estão excluídos todas as formações investidas nos elementos ou custos da teleassistência ou o ingresso em casas de abrigo.

Na análise dos custos, não consideramos um caso tipo em concreto, isto é, não procuramos, por exemplo, analisar os custos de um crime de Homicídio praticado em contexto conjugal, apesar de na recolha de dados efetuada, esta ser a predominante. Não consideramos esta opção, pelo facto de o Homicídio ser praticado contra um cônjuge ou contra, por exemplo, um ascendente em coabitação, não se manifestarem, à primeira vista, variações transcendentais de custos. Acontece, porventura, e aí sim, poderá influenciar em matéria de custos, a existência de descendentes. Esta variação de custos poderá acontecer a todos os níveis, através da intervenção de novas entidades, como a Comissão Proteção de

Crianças e Jovens (CPCJ), ou até aos pedidos de indemnizações a vítimas de crimes violentos<sup>80</sup>.

Tendo em conta as limitações elencadas, e uma vez que a prestação de segurança é efetivamente um direito fundamental incumbido ao Estado, razão pela qual este deverá munir-se dos corretos mecanismos por forma a executar a sua missão eficazmente, recomendamos a criação de uma linha de investigação neste âmbito. Desta feita, nesta investigação aferimos o custo despendido pelo Estado Português na reação ao crime de Homicídio em contexto de VD, pelo que sugerimos que, na sequência da investigação que adotamos, que sejam aferidos os custos da prevenção deste crime. Só desta forma será possível balanço entre o custo de ocorrência deste crime e o custo na prevenção do mesmo crime.

### **6.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

Concluimos com a reflexão de que o conhecimento dos custos económicos do crime são inegavelmente um instrumento valioso na avaliação das políticas de segurança e, mais especificamente na avaliação da eficiência das medidas de prevenção deste crime.

No decorrer desta investigação, verificamos a existência de um pensamento cristalizado referente à disponibilização de dados referentes à contabilidade das demais instituições, acesso esse que jamais teria como intuito uma avaliação crítica das contas de cada.

Assim, e por forma a desmistificar este *tabu*, cada vez mais se revela crucial uma análise económica da atividade de cada instituição, mais que não seja, para um controlo e rigor interno, até porque não raras vezes o tribunal poderá questionar a cada entidade o custo na vertente da reação a determinado crime, para efeitos de contabilização das custas judiciais que o tribunal aplica ao criminoso.

Acreditamos ainda, que seria prolífero, a implementação de um serviço de informação, na extensão da contabilidade analítica, que efetivamente registasse todos os recursos utilizados no desempenho de uma atividade, pois só desta forma é possível analisar de uma forma crítica os custos suportados pelo Estado.

Na impossibilidade, de a curto prazo a implementação deste sistema pelas mais variadas razões, sugere-se a criação de mapas por secção/serviço. Um bom exemplo já implementado na PSP é o serviço de saúde das automacas do COMETLIS, que apresentam

---

<sup>80</sup> Pode ser solicitado por vítimas indiretas que se encontravam a cargo da vítima à data do crime, como os filhos.

um relatório<sup>81</sup> completo, sob o qual é possível uma análise económica de cada deslocação para transporte do cadáver.

Se todos as secções/serviços de cada instituição contribuíssem com esta informação para um sistema integrado e comum a todos as secções/serviços, a instituição conseguiria muito mais facilmente aferir os seus custos.

Por outro lado, e referente ao crime de Homicídio em contexto de VD, urge a criação de uma base de dados que agregue a informação respeitante aos Homicídios de VD na sua totalidade. Notamos alguma incoerência na análise de vários documentos como é o caso do Relatório Anual de Segurança Interna que, em determinados relatórios, apenas faz referência ao Homicídio conjugal, descurando as outras vertentes de Homicídio que se poderão encaixar em contexto de VD. A estatística existente referente a este crime é ainda débil, sendo que nem os dados disponíveis nas Estatísticas Oficiais da Justiça refletem esses valores, nem a própria BDVD e a DGPIJ, que de igual forma não colmatam esta lacuna.

---

<sup>81</sup> Verbete de remoção do serviço de saúde da automaca do COMETLIS em Anexo J.

## ***BIBLIOGRAFIA***

- Abbagnano, N. (1970). *História da filosofia* (Vol. VII). Lisboa: Editorial Presença.
- Aebi, M. F., Tiago, M. M. & Burkhardt, C. (2015). *Space I – council of Europe anual penal statistics: Prisons populations. Survey 2014*. Strasbourg: Council of Europe. Acedido de <http://wp.unil.ch/space>.
- Agra, C. da (2015). *Decisões judiciais em matéria de homicídios conjugais – estudo de sentencing: Sumário executivo*. Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto.
- Aldeia, J. (2009). *Max Weber: “Homem do seu tempo” ou “homem à frente do seu tempo”?* (oficina n.º 332) Coimbra: Oficina do CES. Acedido de: <http://docplayer.com.br/7098647-Max-weber-homem-do-seu-tempo-ou.html>.
- Alves, C. (2005). *Violência doméstica*. Coimbra: Faculdade de Economia Universidade de Coimbra.
- Alves, F. S. (2012). Respostas organizacionais da PSP em relação ao crime de violência doméstica. *Politeia*, IX edição especial, p. 79-112.
- Amaral, L. (2010). *Economia Portuguesa, as últimas décadas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Atkinson, G., Healey, A., & Mourato, S. (2005). Valuing the costs of violent crime: a stated preference approach. *Oxford Economic Papers*, 57, 559-585.
- Barfield, J. T., Raiborn, C. A. & Dalton, M. A. (1998). *Cost Accounting: Traditions and innovations*. New York: West Publishing Company.
- Barros, P. P., Lisboa, M., Cerejo, D. & Barrenbo, E. (2008). *Health care costs of domestic violence against women – evidence from Portugal*. SSRN, 15, Acedido de [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1160306](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1160306).
- Beccaria, C. B. (1996). *Tratado de los delitos y de las penas*. Granada: Editorial Comares,
- Becker, G. S. (1968). Crime and punishment: An economic approach. *Journal of Political Economy*, 76 (2), 169-217.

- Beleza, T. (2008). Violência Doméstica. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 8 (especial), 284-286.
- Bouma, G. D., & Atkinson, G. B. J. (1995). *A Handbook of social science research: A comprehensive and practical guide for students* (2ª ed.). Oxford: University Press.
- Brand, S. & Price, R. (2000). *The economic and social costs of crime*. Home Office Research Study 217. London: Home Office.
- Braz, J. (2015). *Investigação criminal* (3ª ed.). Lisboa: Almedina.
- Bronowski, J. & Mazlisch, B. (1960). *A Tradição intelectual do ocidente*. Lisboa: Edições 70.
- Caetano, M. (1990). *Manual de direito administrativo*. (10ª ed., 4ª reimpressão, Tomo II). Coimbra: Almedina.
- Caetano, M. (1996). *Princípios fundamentais do direito administrativo*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Campos, S. M. C. S. (2015). *Sistemas prisionais europeus* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa.
- Canotilho, J. J. G. & Moreira, V. (2014). *Constituição República Portuguesa Anotada* (Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Carrera-Fernandez, J. (2009). *Curso básico de microeconomia*. Salvador: EDUFBA.
- Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do trabalho científico: Saber fazer da investigação para dissertações e teses* (2ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Carvalho, J. M. M. (1998). Sistemas de Custeio: Tradicionais versus Contemporâneos. *Jornal de Contabilidade da APOTEC*, n.º 261. 359-368.
- Carvalho, J., Costa, T. C. & Macedo, N. (2008). A contabilidade analítica ou de custos no sector público administrativo. *Revista de Contabilidade*, 96. Acedido de [http://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1206546789\\_30a41contabilidade.pdf](http://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1206546789_30a41contabilidade.pdf).

- Castanho, A. & Quaresma, C. (2014). RVD – manual de aplicação da ficha de avaliação risco. Lisboa: Secretaria-Geral da Administração Interna.
- Castanho, A. (2013). *Análise retrospectiva de homicídios ocorridos em relações de Intimidade*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- CEPEJ. (2014). *Report on European judicial systems – Edition 2014: Efficiency and quality of justice*. Acedido de [http://www.coe.int/t/dghl/cooperation/cepej/evaluation/2014/Rapport\\_2014\\_en.pdf](http://www.coe.int/t/dghl/cooperation/cepej/evaluation/2014/Rapport_2014_en.pdf).
- Chalfin, A. (2013). The economic cost of crime. In: *The encyclopedia of crime and punishment*. Cincinnati: School of Criminal Justice University of Cincinnati.
- Circular Informativa DOV.101 de 5 de outubro de 2015. Circular Informativa Centro Hospitalar de Lisboa Central. Lisboa.
- Circular n.º 02671 de 9 de agosto de 2004. Circular Informativa Polícia de Segurança Pública. Lisboa.
- Clemente, P. J. L. (2000). *Da polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da seguridade pública*. (Vol. I). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Cohen, M. A. (2005). *The costs of crime and justice*. New York: Routledge.
- Cohen, M. A. (2007). Valuing Crime control Benefits Using Stated Preferences Approaches. *Working Paper Number 08-09*, Vanderbilt University Law School.
- Cohen, M. A. (2000). Measuring the costs and benefits of crime and justice. In D. Duffee. *Measurement and analysis of crime and justice* (Vol. IV) (pp. 263-215). Washington, DC: National Institute of Justice.
- Cusson, M. (2007). *Criminologia* (2ª ed.). Lisboa: Casa das Letras.
- Czabanski, J. (2010). *Estimates of cost of crime: History, Methodologies, and implications*. Poland: Springer Okt.
- Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de agosto. *Diário da República - I Série, n.º 201. Direito de Reunião*. Ministério da Administração Interna. Lisboa.



- Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro. *Diário da República - I Série, Nº 221. Código Penal*. Ministério da Justiça. Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro. *Diário da República – I série, n.º 189*. Ministério da Justiça. Lisboa.
- Detotto, C., & Vannini, M. (2010). *Counting the cost of crime in Italy*. Global Crime, 11, 421-435.
- Dias, H. V. (2012). *Metamorfoses da Polícia: Novos paradigmas de Segurança e Liberdade*. Lisboa: Almedina.
- Dias, J. de F., & Andrade, M. C. (1992). *Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, M. D. A. (2012). Um olhar conjuntural em torno da(s) política(s) (d)e segurança. In: E. P. Correia & R. dos S. Duque, *O poder político e a segurança* (pp. 59-70). Lisboa: Fonte da Palavra.
- Dias, T. F. C. (2012). *Custos dos crimes dos condutores na cidade do Porto* (Dissertação de Mestrado). Porto: Faculdade de Direito Universidade do Porto.
- Direção-Geral da Administração da Justiça. (2013). *Processo Penal – fase do inquérito: Manual de apoio - formação de ingresso na carreira de oficial de justiça*. Acedido de <https://e-learning.mj.pt/dgaj/dados/0F/003/0F003TEMA4.pdf>.
- Direção-Geral da Administração e do Emprego Público. (2016). *Síntese estatística do emprego público: 4.º trimestre 2015*. Acedido de [http://www.dgaep.gov.pt/upload//DEEP/SIEP2015/DGAEP-DEEP\\_SIEP\\_2015T4\\_16022016.pdf](http://www.dgaep.gov.pt/upload//DEEP/SIEP2015/DGAEP-DEEP_SIEP_2015T4_16022016.pdf).
- Direção-Geral da Política de Justiça. (2014). *Destaque estatístico*, 30. Acedido de [http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej\\_pt/destaques4485/condenacoes-em-homicidio/downloadFile/file/Condenacoes\\_por\\_homicidio\\_conjugal\\_2007-2013.pdf?nocache=1416911267.63](http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/condenacoes-em-homicidio/downloadFile/file/Condenacoes_por_homicidio_conjugal_2007-2013.pdf?nocache=1416911267.63).
- Direção-Geral da Política de Justiça. (2015). *Estatísticas Oficiais da Justiça*. Acedido de <http://www.siej.dgpj.mj.pt/>.

- Diretiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de maio. Diretiva Estratégica Polícia de Segurança Pública. Lisboa.
- Diretiva Operacional n.º 32/2014 de 31 de outubro de 2014. Diretiva Operacional Polícia de Segurança Pública. Lisboa.
- Duarte, F. P. (2012). *O jihadismo global, da teoria à prática: Contributos para o estudo da estratégia de subversão armada de um antimovimento secular* (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Durão, S. & Darck, M. (2012). *Da polícia à justiça: Impasses nos canais de controlo da violência doméstica*. Politeia, ano IX edição especial, p. 7-24.
- Durão, S. (2010). *Proximidade policial: O que é? proposta de leitura contextualizada em territórios urbanos*. In: I Jornadas de Segurança Interna, pp. 113-134. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Durkheim, E. (1894). *Les règles de la méthode sociologique* (16ª ed.). Paris: Les Presses Universitaires de France.
- Faria, M. J. (2014). *Criminologia: Epanortologia e Fundamento do Direito de Punir*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernandes, A. J. (2010). *Introdução à ciência política: Teorias, métodos e temáticas* (3ª ed.). Porto: Porto Editora.
- Fernandes, P.C. (2008). *Violência doméstica; Novo quadro penal e processual penal*. Revista do CEJ, 8 (especial; 1), 293-340.
- Ferreira, D., Caldeira, C., Vicente, C., Vieira, J. & Asseiceiro, J. (2014) *Contabilidade de gestão: Estratégia de custos e de resultados*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Ferreira, J. (2013). *Criminalidade económica: entre o crime de colarinho branco e o crime de colarinho azul – Existirá o crime de colarinho cinzento?* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais.
- Ferreira, M. E. (2005). *Da Intervenção do Estado na questão da violência conjugal em Portugal*. Lisboa: Almedina.

- Fortin, M. F. (1999). *O processo de investigação - da concepção à realização* (3ª ed.). Loures: Lusociência.
- Franco, V., Oliveira, B., Morais, A., Major, M., Jesus, M., Oliveira, A., Serrasqueiro, R. & Lourenço, I. (2005) *Contabilidade de Gestão: O apuramento dos custos e a informação de apoio à decisão*. (Vol. I). Lisboa: Publisher Team.
- Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. (2015). *Boletim estatístico*, Acedido de [www.gee.min-economia.pt/?cfl=33806](http://www.gee.min-economia.pt/?cfl=33806).
- Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão Instituto Nacional de Emergência Médica Ministério da Saúde. (2015). *Relatório de integração VMER & SIV 2014*. Acedido de <http://www.inem.pt/files/2/documentos/20150220162421676884.pdf>.
- Gonçalves, M. L. M. (2009). *Código de processo penal: Anotado e legislação complementar* (17ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Goode, E. (2008). *Out of control: Assessing the general theory of crime*. California: Stanford University Press.
- Gordan, E. M. & Bellavita, C. (2006). Changing homeland security: Teaching the core. *Homeland Security Affairs*, Vol. VII, 1, 1-11.
- Gottfredson, M. R. & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. California: Stanford University Press.
- Guedes, A. M. & Elias, L. (2010). *Controlos remotos: Dimensões externas da segurança interna em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Guiddens, A. (2004). *Sociologia* (9ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Heaton, P. (2010). *Hidden in plain sight: What cost-of-crime research can tell us about investing in police*. RAND – Center on Quality Policing, Acedido de <http://www.rand.org/jie/justice-policy/centers/quality-policing.html>.
- Hipólito, A. C. (2010). *Coordenação da Investigação Criminal: Dos Mecanismos de Coordenação Existentes na PSP, entre os Órgãos de Polícia Criminal de Competência Genérica e na União Europeia* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Hobbes, T. (2010). *Leviatã* (4ª ed.). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Instituto Nacional de Emergência Médica. (2010). *Plano estratégico dos recursos humanos da emergência pré-hospitalar*. Acedido de <http://www.bombeiros.pt/wp-content/uploads/2013/06/Plano-Estrategico-Recursos-Humanos-Emergencia-Pre-Hospitalar.pdf>.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (2015). *Conta da segurança social 2014*. Acedido de <http://www.seg-social.pt/documents/10152/13433747/Conta+da+Seguran%C3%A7a+Social+de+2014+-+Parte+I/95e2cb29-b06e-439b-90e4-ced3ca4a7794/95e2cb29-b06e-439b-90e4-ced3ca4a7794>.

Instituto da Segurança Social, I. P. (2014). *Guia prático: Subsídio de funeral*. Acedido de [http://www.seg-social.pt/documents/10152/15017/4003\\_Sub%20de%20Funeral\\_act/92dd7c36-29cc-4034-b62f-5571c2f111ab/92dd7c36-29cc-4034-b62f-5571c2f111ab](http://www.seg-social.pt/documents/10152/15017/4003_Sub%20de%20Funeral_act/92dd7c36-29cc-4034-b62f-5571c2f111ab/92dd7c36-29cc-4034-b62f-5571c2f111ab).

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (2014) *Relatório de atividades*. Acedido de <http://www.inml.mj.pt/images/InformacaoInstitucional/relatorioAtividades/RelatAtiv2014.pdf>.

Keynes, J. M. (2010). *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Lisboa: Relógio D'Água.

Lara, A. de S. (2004). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto. *Diário da República n.º 155 – I Série A. Constituição da República Portuguesa*. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 43/86, de 26 de setembro. *Diário da República - I Série, N.º 222. Código Processo Penal*. Ministério da Justiça. Lisboa.

Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro. *Diário da República – I Série, n.º 11. As bases gerais do sistema de segurança social*. Assembleia da República. Lisboa.

- Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. *Diário da República – I Série, n.º 168. Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 37/2008 de 6 de agosto. *Diário da República - I Série, n.º 151. Lei Orgânica da Polícia Judiciária*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto. *Diário da República – I Série, n.º 165. Lei de Organização da Investigação Criminal*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lei n.º 38/2009 de 20 de julho. *Diário da República – I Série, n.º 138. Lei Quadro da Política Criminal*. Assembleia da República. Lisboa.
- Lisboa, M. (2006). *Prevenir ou remediar: Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.
- Lopes, M., Gemito, L., Pinheiro, F. (2012). *Violência doméstica: Manual de recursos para a rede de intervenção integrada do distrito de Évora*. Évora: Universidade de Évora, Acedido de <http://cid.cig.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibimg.aspx?skey=E51FECF9544F4B5E864D2852A1F1E304&doc=94986&img=138958>.
- Lourenço, N. (2010). O custo social e económica do crime. *Revista da Guarda Nacional Republicana*, 88, 50-55.
- Ludwig, J. (2010). The costs of crime. *Criminology & Public Policy*, 9 (2), 307-311.
- Machado, C., & Gonçalves, R. (2003). *Violência e vítimas de crimes*. Coimbra: Quarteto.
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.
- Mankiw, N. G. (2008). *Introdução à economia: Princípios de micro e macroeconomia*. Brasil: Editora Campus.
- Maquiavel, N. (2003). *O príncipe* (11ª ed.). Lisboa: Guimarães Editores.
- Marie, A., Cheffi, W., Louis, R., & Rao A. (2010). Is standart costing still relevant? Evidence from Dubai. *Management Accounting Quarterly*, 11(2), 1-11.
- Mascoli, L. M. C. F. (2015). *O homicídio intrafamiliar: Contributos para a avaliação de risco*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

- Matz, A., Curry, O. J. & Frank, G. (1987), *Contabilidade de custos* (2ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Moolenaar, D. E. G. (2009). Modelling Criminal Justice System Costs by Offence, *Lessons from the Netherlands*. European Journal of Criminal Policy Research, 15, 309-326.
- Moreira, A. (2012). *Ciência Política* (5ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Morgado, S. M. A. (2013a). *Economics of public administration: The right budget to the right public services – the new management mythology*. Proceedings in Global Virtual Conference Workshop, 79-83.
- Morgado, S. M. A. (2013b). *Going global: Health organizations and networking information society and social media*. Scientific Conference, 1(1), 47-51.
- Mozzicafreddo, J. (1992), O Estado-providência em Portugal: estratégias contraditórias. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 12, 57-89, Acedido de em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1078/1/4.pdf>.
- Mozzicafreddo, J. (1994), O Estado-Providência em transição. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16, 11-40, Acedido de <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/912/1/4.pdf>.
- Musgrave, R. A. (1973). *Teoria das finanças públicas: Um estudo da economia governamental*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Neves, J. C. (2007). *Introdução à Economia* (8ª ed.). Lisboa: Editorial Verbo.
- NP-INMLCF-008 de 2013: *Recomendações quanto aos procedimentos gerais de realização de autópsia*. Acedido de <http://www.inml.mj.pt/wdinmlWebsite/Data/file/OutrasInformacoes/PareceresOrientacoesServico/Normas/NP-INMLCF-008-Rev01.pdf>.
- NP-INMLCF-007 de setembro de 2013: *Recomendações gerais para a realização de exame em casos de suspeita de violência doméstica, maus tratos ou crimes sexuais contra crianças*. Acedido de <http://www.inml.mj.pt/wdinmlWebsite/Data/file/OutrasInformacoes/PareceresOrientacoesServico/Normas/NP-INMLCF-007-Rev01.pdf>.

- OECD. (2013). *Judicial performance and its determinants: A cross-country perspective*, 5, Acedido de <http://www.oecd.org/eco/growth/FINAL%20Civil%20Justice%20Policy%20Paper.pdf>
- Oliveira, F. (2001). Política e estado no pensamento marxista. *Revista Universidade Federal de Santa Catarina*, 43, 9-28.
- Oliveira, J. F. (2012). Definir uma política pública de equidade, de reorganização do sistema policial a médio/longo prazo. In E. P. Correia & R. dos S. Duque, *O poder político e a segurança* (pp. 177-187). Lisboa: Fonte da Palavra.
- Oliveira, R. F. M. de (2014). Fusão de hospitais em centros hospitalares: Impacto no seu desempenho operacional e financeiro (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Pereira, C. C. & Franco, V. S. (1994) *Contabilidade analítica* (6ª ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Pereira, P. T., Santos, J. C. G., Arcanjo, M., Afonso, A. (2012). *Economia e finanças públicas* (4ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Pinto, A. C., Santos, P. G. & Melo, T. J. de (2013). *Gestão orçamental e contabilidade pública*. Lisboa: ATF Edições.
- Poiares, N. C. L. B. (2014). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: O caso da violência doméstica em Portugal* (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Polícia de Segurança Pública. (2013). *Plano de Atividades para 2014*. Lisboa: Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública. Acedido de <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/2014%20-%20Plano%20de%20Atividades%20da%20PSP.pdf>.
- Polícia de Segurança Pública. (2015). *Relatório trimestral: Consumos intermédios 2015*. Lisboa: Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública.
- Ponte, S. (2013). *Implementação da Via Verde Sépsis no Serviço de Urgência Geral*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal.

- PORDATA. (2016). *Despesas com o Pessoal para o Estado*. Acedido de <http://www.pordata.pt/>.
- Portaria n.º 175/2011, de 28 de abril. *Diário da República - I Série, n.º 82. Tabela de preços das perícias forenses*. Ministério da Justiça. Lisboa.
- Portaria n.º 277/2014 de 26 de dezembro, *Diário da República – I Série, n.º 249*. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Lisboa.
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. (2015). *Relatório de violência doméstica*. Acedido de [http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1438356001\\_2015\\_RELAT\\_VD.docx](http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1438356001_2015_RELAT_VD.docx).
- Provedor de Justiça. (2012). *Atrasos na realização das perícias médico-legais: Implicações sobre a celeridade processual*. Acedido de [http://www.provedor-jus.pt/archive/doc/Relatorio\\_INMLCF.pdf](http://www.provedor-jus.pt/archive/doc/Relatorio_INMLCF.pdf).
- Quivy, R., & Campenhoutdt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, J. J. T. (2013). *Lições de Finanças Públicas* (5ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Rocha, A. C. S. (1991). *Contributo da Contabilidade Multidimensional para a Análise e Informação Empresarial* (Dissertação de Doutoramento). Braga: Universidade do Minho.
- Rodrigues, E. V. (2000). O Estado-Providência e os processos de exclusão social: Considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Revista da Faculdade de Letras*, 10, 173-200.
- Rosseau, J-J. (1999). *Contrato social*. (3ª ed.) São Paulo: Martins Fontes Editora.
- Rossetti, J. P. (1991). *Introdução à Economia* (15ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Samuelson, P. A. & Nordhaus, W. D. (2011). *Economia* (19ª ed.). Lisboa: Eurobooks Editora
- Santos, J. A. (2010). *Finanças Públicas*. Oeiras: INA Editora.
- Schmitt, C. (1932). O conceito do político (Trad. Álvaro Valls). Petrópolis: Vozes.



- Silva, F. V. G. (1991). *Contabilidade Industrial* (9ª ed.). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Silva, G. M. (2001). *Ética Policial e Sociedade Democrática*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Polícias e Segurança Interna.
- Silva, L. (2015). *Afetação de recursos da Polícia de Segurança Pública nos espetáculos desportivos de risco elevado: Uma avaliação económica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Silva, M. (2009). Projectos-piloto de intervenção integrada na área da violência doméstica. *Notícias*, 82.
- Skousen, M. (2007). *The big three in economics: Adam Smith, Karl Marx and John Maynard Keynes*. New York: M. E. Sharpe.
- Smith, A. (1976). *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tappan, P. W. (1947). Who is the criminal?. *American Sociological Review*, 12 (10), 96–102. Acedido de [http://www.corwin.com/upm-data/25522\\_Chap02.pdf](http://www.corwin.com/upm-data/25522_Chap02.pdf).
- Tavares, J. & Branco, J. (1998). *A administração financeira do Estado em Portugal*. Direcção Geral do Orçamento. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Torres, J. M. (2014). *Não temos de ser alemães*. Lisboa: Matéria-Prima Edições.
- Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada. (2013). Relatório n.º 152/13.0BEPDL. Acedido de [http://asfcpj.org/temas/contencioso/sentenca\\_prov\\_caut\\_acores.pdf](http://asfcpj.org/temas/contencioso/sentenca_prov_caut_acores.pdf).
- Tribunal de Contas. (2010). Auditoria de resultados ao instituto nacional de emergência médica (Relatório n.º 47/2010). Acedido de [http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel\\_auditoria/2010/2s/audit-dgtc-rel047-2010-2s.pdf](http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2010/2s/audit-dgtc-rel047-2010-2s.pdf).
- Trigueiros, D. (1991). *As árvores de decisão* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.

UK Government. (2014). *Home Office*. Acedido de <https://www.gov.uk/government/organisations/home-office>.

Valente, M. M. G. (2012). *Os desafios emergentes de uma polícia de um estado de direito e democrático*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Valente, M. M. G. (2014). *Teoria geral do direito policial*. Coimbra: Almedina.

Venes, N. & St.Aubyn, A. (2011). *Análise de dados: Aplicações às ciências económicas e empresariais*. Lisboa: Verlag Dashöfer.

Vicecondi, P. E. V. & Neves, S. (2000). *Contabilidade de custos: Um enfoque direto e objetivo* (6ª ed.). São Paulo: Pioneira Thonson Learning.

Weber, M. (1979). A política como vocação. In H. H. Gerth & C. W. Mills, *Ensaio de Sociologia*. (pp. 55-89). Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

Wilensky, H. L. (1974). *The welfare state and equality: Structural and Ideological Roots of Public Expenditures*. London: University of California Press.